

Sociedade e Economia do Agronegócio

1



FORD FOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Os livros desta coleção são produtos de um projeto de pesquisa coletivo e interdisciplinar, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições.

O objetivo do projeto é realizar um mapeamento das relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual, procurando estabelecer seus vínculos com as políticas estatais e com as estratégias de grandes empresas a que está associado.

A pesquisa desenvolve-se em várias frentes, da investigação bibliográfica e dos levantamentos cartográficos e estatísticos ao trabalho de campo, de cunho antropológico ou sociológico.

Têm sido objeto de investigação empírica sistemática a região sojicultora em torno da BR-163, em Mato Grosso, e a região produtora de oleaginosas e do “Café do Cerrado” no Triângulo Mineiro. Alguns estudos também têm sido realizados no Oeste da Bahia.

O estudo é coordenado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (PPGSA/IFCS/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, ligado à mesma universidade (PPGAS/MN/UFRJ), e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). De seu quadro fazem parte professores e alunos desses centros de pesquisa, bem como de outras universidades.



Cristiano Desconsi

A marcha dos pequenos proprietários rurais

Trajetórias de migrantes do Sul do Brasil
para o Mato Grosso

Rio de Janeiro, 2011



© Cristiano Desconsi/E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2011.
Todos os direitos reservados a Cristiano Desconsi/E-papers Serviços Editoriais Ltda.
É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio,
sem a prévia autorização dos editores.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-292-0

Conselho editorial

Beatriz M. Alasia de Heredia
Leonilde Medeiros

Moacir Palmeira
Sergio Pereira Leite

Projeto gráfico, diagramação e capa
Rodrigo Reis

Revisão

Helô Castro

Publicação financiada pela Fundação Ford.

A pesquisa de que resultou este trabalho foi feita com recursos da Fundação Ford, do CNPq e da Faperj.

Esta publicação encontra-se à venda no *site* da E-papers Serviços Editoriais.

<http://www.e-papers.com.br>
E-papers Serviços Editoriais Ltda.
Rua Mariz e Barros, 72, sala 202
Praça da Bandeira – Rio de Janeiro
CEP: 20.270-006
Rio de Janeiro – Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

D485m

Desconsi, Cristiano

A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso / Cristiano Desconsi. - Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

228p. : il. (Sociedade e economia do agronegócio; 1)

Inclui bibliografia

Apêndice

ISBN 978-85-7650-292-0

1. Migração interna - Brasil. 2. Gaúchos - Mato Grosso. I. Título.

11-1155.

CDD: 304.8098172

CDU: 314.15-026.48

Ao pai Antenor e à mãe Adelira que, mesmo permanecendo em uma colônia no Noroeste do Rio Grande do Sul, acompanharam minha trajetória migratória.

À pessoa especial que é Daniela, que conheci nas andanças por este Brasil e que passou a ser parte da minha trajetória.

Ao orientador e amigo John e ao grupo de Pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório” que propiciaram as condições para a materialização dessa obra.

AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto da dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, finalizado em 2009. Sua realização foi possível através do Projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório”, coordenado por Beatriz Heredia (IFCHS/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ), Moacir Palmeira (MN/UFRJ) e Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRJ), que teve o apoio da Fundação Ford, do CNPq e da Faperj.

Quando perguntam minha procedência
De um pago tão lindo respondo que vim
E esta terra que é minha querência
Guardo com carinho aqui dentro de mim

E quando a saudade chega de mansinho
E as minhas lembranças me fazem voltar
O meu pensamento percorre caminhos
Que um dia cruzei e não vou mais passar

E este atavismo que sempre carrego
E faz entender melhor quem eu sou
Porque se um dia eu deixei a terra
Mas a terra nunca me deixou

Nas lutas da vida corremos o mundo
Buscando razões que nos façam felizes
E junto levamos este amor profundo
Da terra que um dia foi berço e raiz

Tomara que eu sempre mantenha consciênciia
Zelar por valores que são culturais
Sem perder os rumos da querência
Alicerçado nos meus ideais

E este atavismo que sempre carrego
E faz entender melhor quem eu sou
Porque se um dia eu deixei a terra
Mas a terra nunca me deixou

(Antônio Gringo,
A terra não me deixou)

LISTA DE FIGURAS

- 34 Figura 1 | Mapa de localização da microrregião do Alto Teles Pires, estado do Mato Grosso, destacando os assentamentos rurais e chácaras

LISTA DE QUADROS

- 45 Quadro 1 | Fluxograma de trajetórias de 1 a 4
45 Quadro 2 | Fluxograma de trajetórias de 5 a 9
46 Quadro 3 | Fluxograma de trajetórias de 10 a 14
46 Quadro 4 | Fluxograma de trajetórias de 15 a 20
47 Quadro 5 | Fluxograma de trajetórias de 21 a 25
108 Quadro 6 | Relação entre período do casamento, primeira migração e migração para o Mato Grosso
118 Quadro 7 | Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino
119 Quadro 8 | Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino
173 Quadro 9 | Fluxograma da família Pascoali, Palotina/PR
177 Quadro 10 | Fluxograma da família Bortoli, São José do Cedro/SC
177 Quadro 11 | Fluxograma filhos família Kasanova, Boa Esperança/MT
178 Quadro 12 | Fluxograma da família Silva, chacareira de Sorriso/MT
179 Quadro 13 | Fluxograma da família Picolotto de Medianeira/PR
199 Quadro 14 | Fluxograma conhecidos da família de Enio Trento e ano da migração para o assentamento Santa Rosa II
200 Quadro 15 | Fluxograma de parentes e conhecidos da família de Inácio Fernandez e ano de migração para o assentamento Santa Rosa II

LISTA DE TABELAS

- 51 Tabela 1 | População total do municípios da microrregião do Alto Teles Pires
54 Tabela 2 | Distribuição relativa da população segundo a situação de domicílio urbano ou rural, microrregião do Alto Teles Pires, 1980, 1991 e 2000

- 63 Tabela 3 | Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)
- 64 Tabela 4 | Número de famílias assentadas dos municípios por microrregião e ano de criação
- 72 Tabela 5 | Relação de assentamentos, área total e famílias assentadas em Ipiranga do Norte (MT)
- 125 Tabela 6 | Principais estados de origem dos fluxos migratórios do oeste do Paraná
- 130 Tabela 7 | Principais estados de destino dos fluxos migratórios do oeste do Paraná
- 133 Tabela 8 | Estado de naturalidade das pessoas cuja atividade principal é a agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal
- 210 Tabela 9 | Relação entre ano de migração, período no Mato Grosso e periodicidade das viagens de familiares

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
Coambe	Cooperativa Agropecuária Mista Boa Esperança
Copercana	Cooperativa Agrícola de Canarana
Cotrijui	Cooperativa Triticola Ijuí Ltda.
CPDA	Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPR	Cédula de Produtor Rural
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Empaer	Empresa de Planejamento, Assistência Técnica e Extensão Rural
Famato	Fundação Mato Grosso
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
Intemat	Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso
Maripá	Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
P. A.	Projeto de Assentamento
Polo centro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Procera	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras
Sinop	Colonizadora Sinop
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Unijuí	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

- 19 Prefácio
- 23 Introdução
- 49 Capítulo 1 | A chegada no Mato Grosso
- 49 1.1 | Os fluxos migratórios na microrregião do Alto Teles Pires
- 53 1.2 | Período pós-90 – o *boom* do desenvolvimento econômico
- 58 1.2.1 | *As chácaras e a urbanização da cidade de Sorriso*
- 62 1.2.2 | *Os assentamentos rurais*
- 73 1.3 | “No lugar certo, no momento certo” – buscando terra e trabalho
- 74 1.3.1 | *Acesso e valorização das terras*
- 82 1.3.2 | *O trabalho agrícola – “os peões”*
- 91 1.3.3 | *Conhecendo o Mato Grosso – a fase do caminhoneiro*
- 94 1.4 | “Aqui dava pras minhas condições” – o capital acumulado na definição do ponto de entrada no Mato Grosso
- 99 1.5 | O olhar voltado para “frente” – uma nova chance?
- 105 Capítulo 2 | A seletividade nas trajetórias do Sul para o Oeste
- 106 2.1 | Migração e ciclo de vida
- 112 2.2 | Sobre os contextos de origem dos migrantes
- 113 2.2.1 | “*Colonos*” e “*Caboclos*” nos *Projetos de Colonização do Sul do Brasil*
- 120 2.2.2 | *Os Colonos na ocupação do oeste do Paraná e leste do Paraguai*

- 129 2.3 | A seleção social dos migrantes para o cerrado mato-grossense
- 132 2.3.1 | *Aspectos da seleção social na colonização de Sorriso e Boa Esperança*
- 136 2.3.2 | *Ipiranga do Norte e a sua formação a partir de um caso de recrutamento em 1989*
- 142 2.4 | Manifestações atuais de seleção social de migrantes
- 147 2.5 | Entre “os que trabalham” e “os que não trabalham”
- 155 2.6 | De possíveis vencedores a estigmatizados
- 163 Capítulo 3 | Migração e redes sociais
- 165 3.1 | Articulando os “conhecidos” para a migração
- 171 3.2 | Família e parentesco na migração
- 183 3.3 | Adquirindo e ampliando o conhecimento
- 184 3.3.1 | *As viagens para conhecer*
- 186 3.3.2 | *(Re)construindo a rede no novo espaço*
- 192 3.3.3 | *O conhecimento dos mais experientes*
- 194 3.3.4 | *Migrantes recentes e os de mais tempo*
- 197 3.4 | As redes em movimento
- 197 3.4.1 | *Os que vieram depois*
- 201 3.5 | As relações com o Sul
- 201 3.5.1 | *A provação*
- 206 3.5.2 | *Migrar para apagar o passado*
- 209 3.5.3 | *Circularidade nos espaços da rede – as visitas entre o Sul e Mato Grosso*
- 215 Considerações finais
- 223 Referências bibliográficas
- 227 Anexo
- Folder de propaganda da Colonizadora Sorriso
- 228 Sobre o autor

PREFÁCIO

Os estudos sobre migrações têm se caracterizado por centrar suas análises naquilo que se convencionou denominar mecanismos de expulsão-atração, que levam os indivíduos a se deslocarem de um ponto de partida (locais de origem) a um ponto de chegada. Ao mesmo tempo, não poucas vezes tais estudos se associam às análises de caráter avaliativo, que concedem sinal positivo e negativo a cada um dos extremos.

Diferenciando-se desse tipo de abordagem, o trabalho de Cristiano Desconsi opta por centrar-se nas percepções do processo elaboradas por aqueles que migram. Para tanto, ele segue um conjunto de atores sociais integrantes de uma rede de relações e que atualmente residem numa região marcada pela forte presença de população migrante (especificamente uma região de “agronegócio” no estado do Mato Grosso).

A partir das trajetórias e das percepções que os agentes sociais elaboram destas últimas, o autor fornece um amplo leque de situações revelador de que não poucos deles fixaram residência nos diferentes locais, efetuando um percurso entre o que seria seu lugar de “origem” e o local de residência atual. Ao mesmo tempo, torna-se evidente a existência de uma multiplicidade de posições sociais ocupadas pelos atores ao longo do processo.

A reconstrução dos mapas de deslocamento de indivíduos e famílias, suas idas e vindas, tecendo caminhos que se cruzam, coloca em evidência não somente a multiplicidade de formas assumidas pelos deslocamentos, como também a complexidade dos mesmos. Essa análise demonstra que não somente tais percursos não são lineares como tampouco têm um ponto de chegada final, nem acontecem numa única direção espacial, confirmando, assim, algumas das questões elaboradas pelo projeto de pesquisa mais amplo dentro do qual este trabalho se situa.

Seguindo os diferentes atores que constituem a rede com que trabalha, Cristiano Desconsi consegue elaborar uma reconstrução dos espaços e das relações sociais por eles tecidas. Desse modo, o leitor pode observar descrições dos assentamentos, das chácaras e até mesmo das cidades e de sua expansão recente. A forma como é efetuada a análise permite perceber a existência de relações de parentesco, de vizinhança e de amizade, e seu lugar em cada uma das etapas desses deslocamentos, bem como na situação atual. A existência dessas redes – desde as anteriores aos deslocamentos, mas fundamentais na decisão da partida, quanto aquelas constituídas ao longo do processo e as atuais – mostra-se fundamental para a sobrevivência do grupo. Ao mesmo tempo, torna-se igualmente evidente para o leitor, o lugar que ocupam nos deslocamentos e sua influência nas decisões tomadas ao longo de todo o processo e na vida cotidiana desses agentes.

O trabalho de Cristiano Desconsi assim delineado revela, de forma inequívoca, a impossibilidade e a ineficácia de se separar, em termos de categorias sociais, os assentados dos pequenos proprietários, por exemplo, ou peões de produtores, já que em certas situações os assentados são atualmente pequenos proprietários (ou o foram no passado) ou têm familiares entre os mesmos, assim como não é raro que um pequeno produtor, ou mesmo um assentado, tenha parentes entre os médios ou até grandes produtores da região.

Ao mesmo tempo, o trabalho contribui para uma das questões propostas inicialmente pelo projeto, qual seja, a de tornar evidente que a passagem de uma situação a outra não somente é frequente como, em geral, não acontece em uma única direção – quer seja no sentido ascendente ou descendente das trajetórias sociais desses agentes.

Ainda outra contribuição nos termos propostos pela pesquisa mais ampla é a de mostrar que tais movimentos da população aparecem como uma constante, e que ocorrem simultaneamente, isto é, num mesmo momento, assumindo direções diversas. Desse modo, a região em que se realiza o trabalho assume o caráter de um espaço em movimento. Nesse sentido, o trabalho de Cristiano constitui mais um caso importante, na medida em que demonstra que não haveria uma etapa final na migração. De tal modo, as avaliações sobre os deslocamentos, e

a decisão de se continuar rumando em direção a novas áreas, de permanecer ou de retornar fazem parte do cotidiano dessas populações.

Nesse sentido, constituem um excelente exemplo as páginas dedicadas aos chacareiros, nas quais o autor coloca uma questão central para os objetivos da pesquisa. Surgem cidades e, com elas, os chacareiros, isto é, produtores horticultores que serão os abastecedores das populações ali residentes. No entanto, em um período imediatamente posterior – não mais de 15 anos – com a chegada de novos habitantes a essas cidades, sua própria expansão acaba incorporando grandes supermercados e outras redes de abastecimento. Para que essa expansão seja possível, é feita mediante a transformação em locais de residência das áreas até então ocupadas pelos chacareiros que, nesse processo, novamente deixarão o local em busca de novas perspectivas de trabalho e de acesso à terra.

Enfim, a análise das diversas situações exprime a imagem de uma região e de uma população em movimento constante e para a qual a migração (deslocamento no espaço) é constitutiva de sua condição.

Beatriz M. Alasia de Heredia

INTRODUÇÃO

Compreender o processo migratório dos “sulistas” rumo a regiões do Mato Grosso, especialmente nas décadas recentes, foi a perspectiva que se configurou como principal objetivo deste estudo, ora transformado em livro.

A minha história pessoal sempre esteve ligada ao mundo rural. Não somente por ter origem na “roça”, mas por ter, posteriormente, formação no ramo agropecuário (técnico-agrícola), ter participado de movimentos sociais do campo e trabalhar em Extensão Rural há quase oito anos. Nesta trajetória, percebi que se tornava necessário estudar e pesquisar sobre o rural e seus fatos sociais, a fim de que isto contribuísse para a própria atuação neste meio. Esta reflexão foi um dos principais motivadores que me levou à opção pelas Ciências Sociais.

Para quem estuda e atua no meio rural, o tema das migrações sempre aparece como de grande relevância. O primeiro ponto que ganha destaque é o que convencionalmente se chama de êxodo rural, seguido em geral da busca por tentar entender e agir diante desta “saída”, seja de famílias, seja dos jovens; da mesma forma, na vivência no noroeste do Rio Grande do Sul, desde a infância pude presenciar no cotidiano das pessoas a avaliação entre o ficar e o sair, seja, rumo às cidades, seja rumo à outras regiões rurais do Brasil.

Durante o curso de Bacharel em Sociologia na Unijuí (RS) e atuação como Extensionista Rural no município de Esperança do Sul (RS), verifiquei empiricamente um movimento de “retorno” ao meio rural de famílias que residiram por vários anos nas cidades. O fato chamou a atenção especialmente para quem ouvia falar somente em êxodo rural como produto de uma questão meramente econômica. O que estava ocorrendo? Por que o rural se tornou atrativo? Em que situações ocorrem estes fatos? Quais são as características dos segmentos que voltam? Esta indagação se tornou enfim objeto de pesquisa na graduação

e, posteriormente, em uma especialização em Ciências Sociais cursada na mesma universidade.

Estes estudos apontaram que as idas e vindas, os deslocamentos de indivíduos e, ou famílias também incluíam os deslocamentos para o Mato Grosso, Goiás, Tocantins, enfim, para os estados brasileiros da “fronteira”. Porém, este tema, apesar de sempre ser um fato concreto no meio social em que vivi, não havia até então sido objeto de reflexão mais aprofundada. No ano de 2007, na busca pela ampliação da formação pessoal e ainda instigado com a temática dos deslocamentos, visualizei no CPDA um espaço propício onde inicialmente foi apresentada uma proposta que visava ampliar o debate das migrações campo e cidade e retorno no Sul do Brasil. No entanto, nos primeiros meses fui convidado à participar da pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório”.¹ Este ingresso lançou o desafio de pensar os aspectos principais dos deslocamentos de famílias ou indivíduos nas regiões emblemáticas do chamado “agronegócio”. No mesmo período, o aprimoramento dos estudos, entrei em contato com outras áreas de conhecimento, especialmente a economia e a demografia, que contribuíram no caminho teórico metodológico a ser seguido; observar a migração enquanto processo social, como objeto central da pesquisa e tomando, do ponto de vista metodológico, a trajetória dos grupos familiares como abordagem analítica.

Logo no final de 2007, depois da realização de *surveys* pelo Brasil, foram definidas, pelos coordenadores da pesquisa, três áreas de estudo: a região da BR-163 no Mato Grosso, o Triângulo Mineiro e o Oeste Baiano. Em cada uma dessas áreas formou-se uma equipe de pesquisa. No meu caso, integrei o grupo de trabalho do Mato Grosso. Mesmo nunca tendo viajado para esse estado, eu dispunha de um arcabouço de informações sobre múltiplas experiências de pessoas que migravam, suas

1 A pesquisa sob a coordenação de Beatriz Heredia (IFCHS-UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA-UFRRJ), Beatriz Heredia (IFCHS-UFRJ), Moacir Palmeira (MN-UFRJ), Sérgio P. Leite (CPDA-UFRRJ) e Rosângela Cintrão (CPDA-UFRRJ), objetivou desenvolver estudos exploratórios agregando diversos olhares sobre regiões do país cuja dinâmica envolvesse o chamado Agronegócio e caracterizassem grandes processos de transformação recente.

formas de vida, dificuldades e outras notícias, de forma muito presente. Afinal, de modo geral é comum nos municípios do noroeste gaúcho, encontrar famílias que tinham ligação com o Mato Grosso, através de pessoas (familiares, parentes e conhecidos). Esta rede criava um fluxo de informações que sempre fez parte do meu cotidiano.

No período dos meses de janeiro e fevereiro de 2008, quando construía o projeto de pesquisa, estive mais de 30 dias nos municípios do Sul do Brasil. Assim busquei a interação e contato com inúmeras pessoas que visitavam aquela região de origem. Este período, associado com a análise dos dados demográficos, é que deu luz para a abordagem da migração no período pós-90. A observação empírica dava indicativos de um número relevante de pessoas que migraram neste período, muitas para as cidades do Mato Grosso, que se encontravam em pleno crescimento, outras para o trabalho de peão em fazendas de conhecidos e outras, ainda, buscando lotes de terra em assentamentos. Conhecendo este universo empírico do Sul, eu carregava comigo uma inquietação diante de uma representação coletiva que aparecia nos locais de origem e muitas vezes é reproduzida pelas pesquisas acadêmicas, que tomam a migração dos sulistas sempre associando ao processo de enriquecimento e ascensão social. Tinha indicativos que isto não era uma associação que poderia ser feita de forma genérica. Assim, observar a heterogeneidade presente dentro do fluxo migratório do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires foi uma das definições tomadas já nas primeiras semanas do trabalho de campo com a equipe de pesquisa.

Este caminho trilhado produziu o objeto deste trabalho: Compreender o processo migratório do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires através das trajetórias de migrantes que se constituíram “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso no período pós-90. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: i) Trazer para o centro do estudo o tema da migração, delimitando caminhos teórico-metodológicos auxiliares na investigação; ii) Refletir sobre o contexto sócio-histórico pós-90, identificando os caminhos e as estratégias de “entrada” no Mato Grosso desencadeadas por aqueles que vêm do Sul do País; iii) Identificar os principais mecanismos de selevidade e distinção social em perspectiva histórica presentes no processo migratório a partir deste

fluxo de migrantes; iv) Refletir sobre o papel das redes sociais (familiares, de parentesco e conterrâneos), construídas pelos atores aqui pesquisados e os vínculos que as interligam às regiões de origem e outros espaços.

Os estudos sobre migração no Brasil, principalmente no campo da demografia, têm o grande mérito de indicar com base em métodos quantitativos, a direção, a intensidade e à relevância dos fluxos, bem como possíveis fatores estruturais e conjunturais que levam à sua ocorrência nestas regiões. Há de se convir de que nos debates sobre as heterogeneidades que compõem os processos migratórios, mesmo a migração ocorrendo rumo ao mesmo destino, ela não é um fenômeno unilinear que ocorre de forma homogênea ainda que possa “padronizar” os grupos de migrantes oriundos do Sul do Brasil e as posições sociais que vêm assumir no novo espaço. Neste ponto se situa uma das contribuições desse estudo, ou seja, a migração é estudada a partir de um grupo do Sul considerado em posições sociais não privilegiadas e, desta forma, dialoga com os contextos sócio-históricos e com os dados demográficos na dinâmica do Agronegócio. O segundo ponto relevante desse trabalho é que ele permite analisar a dinâmica do desenvolvimento no Mato Grosso, a partir do processo migratório.

O tema da migração é estudado pelas várias áreas do conhecimento, fato que, se ao mesmo tempo o torna talvez “uma terra de ninguém”, cria a necessidade da interdisciplinaridade em sua abordagem, visando tornar a análise mais complexa e mais aproximada da realidade. O tema historicamente vem sendo moldado por historiadores, demógrafos e geógrafos que observam os deslocamentos em suas dimensões econômica, simbólica, política e cultural, menos deste tema ser retomado como objeto da sociologia (SAYAD, 1998). Assim, os problemas sociais ocasionados pela migração e as respectivas análises do mesmo envolvem todo tipo de profissionais, que implica não em “escolher” uma corrente ou vertente de pensamento sobre migração ou, ainda, uma área disciplinar do conhecimento, mas sim, construir um arranjo teórico-metodológico a fim de melhor dar conta do universo de pesquisa pretendido.

Mesmo assim, diante das diversas abordagens sobre migração é necessário identificar alguns dos principais debates considerando as suas possibilidades e deficiências diante do desafio de tomar os processos migratórios como fenômenos sociais. Numa busca genealógica da noção de migração, Fazito (2005) identifica a abordagem emergindo como questão social a partir do conceito de população associado aos estudos demográficos na emergência da sociedade moderna. A ampla abrangência e divergência em torno do conceito de migração e as suas diversas tipologias são debatidas nos trabalhos de Vainer (2001), Palmeira e Almeida (1977), Salim (1992) que apontam para a importância de perceber os contextos históricos onde se geram estas tipologias. Com base nos trabalhos desses autores, há uma superação das abordagens que tratam a migração como constituinte da natureza humana ou decorrente de fatores naturais. Mesmo se assim for considerada, está disposta a dimensão social, pois se trata de relações sociais construídas historicamente. “A migração, é um fenômeno eminentemente social associado a determinantes múltiplos, além de apresentar interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta” (SALIM, 1992, p. 119).

As vertentes neoclássicas se ocupam em pensar a existência de desequilíbrios espaciais na Economia. Desta forma, as migrações entram como fator corretivo, considerando que estas diferenciações regionais denotam diferenças de salários e de oportunidades de trabalho. A geração de fluxos é, nessa perspectiva, constituída do somatório de decisões individuais. Colocadas as possibilidades sob este aspecto, os indivíduos tomam suas decisões, que incluem os deslocamentos, considerando suas habilidades e competências no mercado de trabalho. As críticas a este modelo estão justamente centradas sobre este determinismo, baseado em leis estáticas e sob a perspectiva da liberdade individual quanto à mobilidade e no direito de ir e vir (SALIM, 1992; VAINER, 2001).

Estes estudos, que vão se basear em certas leis naturalizadas, mais tarde se associam às abordagens estruturais e funcionalistas que consideram os movimentos migratórios como causas e consequências de fatores e determinantes estruturais macroeconômicos. No centro destas abordagens clássicas está a unidade analítica do indivíduo, que toma para

si os processos decisórios na relação com as características da região de origem e de destino. Estas leis da migração, assim definidas estão baseadas na análise da origem e destino, onde seriam considerados fatores de ordem econômica e infraestrutura, e assim entram os fatores pessoais na tomada de decisão nestes contextos. Na conexão entre o local de origem e destino, estariam os obstáculos intervenientes, ou seja, custos, dimensões de família, variáveis individuais e a seletividade. Nesta abordagem teórico-metodológica que é mais recorrente na sociologia, por mais que estejam sendo considerados os contextos socioeconômicos, no limite é a ação do indivíduo, sua racionalidade, que vai determinar a decisão de migrar ou não (PEIXOTO, 2004).

As teorias designadas como macrossociológicas privilegiam, essencialmente, as ações de caráter coletivo e as forças estruturantes que condicionam os agentes sociais e suas decisões quanto ao ato de migrar. A vertente histórica estrutural, que se baseia no materialismo histórico, percebe a migração não como um ato individual ou soma deles, mas como uma relação ou processo (BRITO, 2000). “Mesmo que alguns estudos combinem unidades de análise a níveis individuais e agregados, a migração, cujo motor é a desigualdade regional, processasse geralmente redimensionando-a muitas vezes no sentido de uma desigualdade ainda maior em nível regional, grupos sociais etc.” (SINGER, 1976, p. 125). Os trabalhos associados a esta vertente tendem a interpretar os deslocamentos como projetos coletivos, atrelados à organização e movimentação do capital no mercado global de trabalho. Esta ideia é crítica às abordagens da liberdade individual e coloca a migração como processo ao pensar os atores coletivos sempre sujeitos às pressões econômicas do sistema social contemporâneo. A abordagem, porém, não fecha o fenômeno migratório a um único determinante, mas o abre para a sua heterogeneidade que se constituiu historicamente, bem como às trajetórias dos atores que se movimentam no espaço. No caso do agronegócio da “fronteira” do Mato Grosso, a dinâmica gerada recentemente pela expansão de *commodities* tem peso relevante para gerar fluxos ou influenciar novos arranjos no espaço social, considerando que “a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades espe-

cíficas do processo de acumulação em contextos históricos concretos” (SALIM, 1992, p. 126).

Desta forma, o principal foco deste “olhar” está na relação migração e mercado de trabalho. Os “tipos” de trabalho ou formas de inserção produtiva implicam o afastamento de determinados grupos de um local, bem como podem atrair migrantes empobrecidos de diversas regiões, alimentando o ideário de que ali poderão melhorar seu padrão de vida, ou ascender socialmente. Neste sentido, se a questão é o mercado de trabalho ou as suas expectativas, o foco da compreensão da migração centra-se nas regiões desenvolvidas (entendidas como polos de atração). Nesta abordagem, que observa o avanço da sociedade industrial no Brasil, as migrações internas serão compreendidas como transferências de populações de regiões atrasadas para as mais modernas (rural para o urbano, ou regiões rurais empobrecidas para as mais dinâmicas). Nos espaços de “saída” dos migrantes rurais estariam sendo observados os fatores de mudança, ou seja, a introdução da modernização agrícola, provocando expropriações e rearranjos nas formas de trabalho. Além da relação capital e trabalho, ganham destaque a produção e reprodução das relações sociais:

A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação e a dimensão espacial, traduzida no conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade de força de trabalho (SALIM, 2000, p. 127).

Essas dimensões cada vez mais têm sido objeto de investigação nos estudos sobre deslocamentos populacionais associados à noção de mobilidade espacial, e desta forma, permite também perceber como os mecanismos de produção e reprodução social das famílias se constituem frente às dinâmicas do capital. Salim (1992) afirma que podem ser desenvolvidas estratégias diversas na busca de melhor qualidade de vida, da possibilidade de mobilidade social ou, ainda, de resistências ao que ele chama de contramobilidade. Os fluxos entendidos apontam para movimentos de massas populacionais, todavia são formados por

estratégias diferenciadas e muito variadas dentro do mesmo campo ou grupo social ou na relação dos diversos campos. Garcia Jr. (1989) trabalha em sua pesquisa buscando compreender as múltiplas estratégias que camponeses nordestinos vão desenvolvendo no contexto histórico de mudanças nas relações de produção e reprodução, que envolvem a terra, o trabalho temporário, o alugado, a migração de membros das famílias para a cidade, seja de forma permanente ou forma temporária objetivando o retorno ao rural a fim de se constituir como proprietário.

Como pensar a migração como processo social? A complexidade de situações dos deslocamentos exige do pesquisador a adoção de um arcabouço teórico-metodológico, capaz de compreender a migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo. A análise da migração deve ser percebida como um acontecimento histórico, que atinge uma “comunidade” de agentes, tanto os que partem quanto os que ficam constituídos por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, mediados por organizações sociais (de classe, gênero e raça/etnia). Os atores são agentes neste processo, portanto, a análise parte da ótica destes atores envolvidos no processo migratório (SILVA; MENEZES, 2006).

Silva e Menezes (2006) consideram, ainda, elementos sobre os migrantes a partir de duas óticas: inicialmente, trata-se da análise das condições históricas que produzem processos de expropriação e violência (incluindo a simbólica) sobre os sujeitos migrantes; como segundo ponto, é perceber o migrante inserido numa realidade, num cotidiano permeado por redes sociais (de parentesco, família, conterrâneos, ideológicas etc.) que constroem o espaço social. Observar o migrante sobre estes dois aspectos permite a reflexão sobre o processo migratório, atribuindo-lhe fatores econômicos, mas não como únicos:

Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e tam-

bém às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia sobre uma base social (SILVA; MENEZES, 2006, p. 5).

Na abordagem da migração enquanto processo social, o foco são as manifestações no agir cotidiano dos grupos sociais residentes no contexto estudado e as suas conexões com os “espaços” de origem, da mesma forma, realiza-se esta análise verificando a dimensão “temporal”, ou seja, as construções históricas do deslocamento. De forma analítica, podem observar estas forças estruturais que constroem e desconstroem dinâmicas no espaço social. Podem ser pensadas como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1990). O acesso ou não à terra e ao trabalho, bem como outras dinâmicas do desenvolvimento em que se envolvem em cada momento histórico os atores migrantes, não são dados ou construídos somente por eles, mas estão inscritos em vetores que por vezes estruturam lugares considerados de origem e destino, mesmo que de modo peculiar.

A noção de trajetória social permite clarear este caminho, na medida em que é considerada “como uma série de posições sucessivamente que são ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo por um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996). Sob esta abordagem, o estudo migratório, assentado sob a perspectiva não meramente econômica, evitando modelos estáticos e passando a operar a partir da dimensão mais empírica. De outra parte, a perspectiva da trajetória social permite entrar em dimensões da racionalidade instrumental fundidas com as dimensões dos valores e ou comportamentos dos atores; neste sentido, tratam-se de realidades coletivas (grupo, da família, de grupo que possuem mesmo *habitus*) que se interligam com a perspectiva indi-

vidual dos migrantes em si. Isto forma o ator coletivo, que passa a ser a unidade de análise (BOURDIEU, 1979; SAYAD, 1998).

A análise das migrações pela trajetória social dos agentes pode ser associada ao ciclo de vida (no caso da família trata-se do ciclo de vida familiar – casamento, juventude, filhos, idade). Os estudos do campeginato dos colonos do Sul compreendem que a formação de novas unidades familiares e de produção o momento do matrimônio (ou pré-matrimônio), o momento de nascimento dos filhos e, ainda, a fase dos filhos em idade adulta são relevantes para desencadear novos deslocamentos de membros familiares (WOORTMANN, 1995). No caso de famílias estudadas, nesta pesquisa a tentativa de estabelecer uma relação na análise sob o início da trajetória social do grupo familiar ao ciclo de vida pode partir da categoria expressa “começar”, ou “nós começamos”. Começar aponta o início de uma trajetória social cujo objetivo é acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar ou a geração seguinte (filhos). No sentido da acumulação de patrimônio, é uma busca por mobilidade social dos atores. Esta trajetória poderá ou não estar associada aos deslocamentos espaciais. Neste sentido, tratar de trajetória migratória remete a pensar a partir do deslocamento em si. A trajetória adquire corpo e visibilidade não apenas para o seu agente, mas para toda uma comunidade de espectadores, através da inscrição e do reconhecimento legitimado de sua ação em um contexto histórico específico (SAYAD, 1998).

O que se defende, primeiramente, é que os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de inserção no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos (conhecidos), familiares, parentes ou, ainda, agentes promotores da migração (como administradores municipais, empresas colonizadoras, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios ao deslocamento e à fixação definitiva). A perspectiva desta teoria é considerar a centralidade do debate sobre processos migratórios aos agentes coletivos na construção dos fluxos. “Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo” (PEIXOTO, 2004, p. 23).

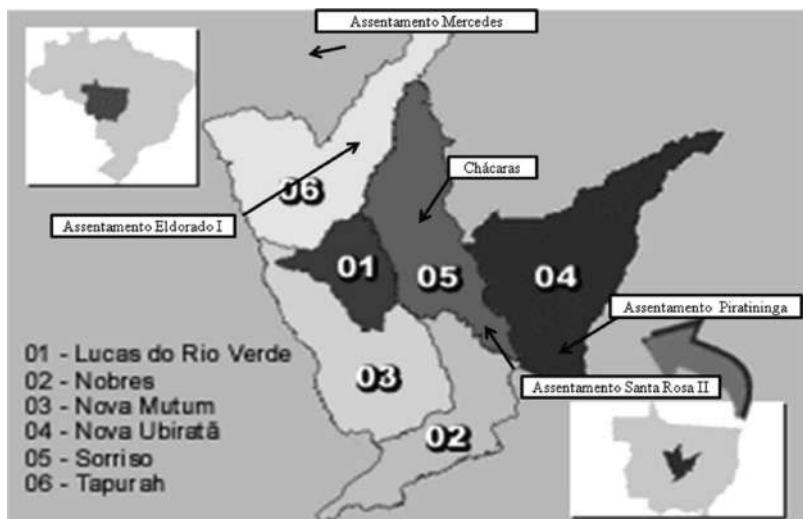
Como operar isto metodologicamente na pesquisa? A busca da reconstrução das trajetórias neste trabalho tem como instrumento principal as narrativas dos atores estudados, “capturados” no trabalho de campo. Na obra *Como uma família*, Comerford (2003) considera as narrativas como práticas, ou seja, identificadas como estratégias de publicização e de construção das relações e nas políticas de reputações. Além disso, essas informações estão associadas a informações de observação participante, em que há verificação dos atos e vivências em relação às narrativas. Esse procedimento tem a preocupação, de não tomá-las como “verdades” ou fragmentos “capturados” em gravações, e posteriormente, transcritos. Em suma, a narrativa deve estar associada a uma operação observada que permita o mapeamento do objeto. Mapeamento, nessa perspectiva do autor, é a observação que se faz da narrativa associada às ações dos atores, o que leva à construção dos “caminhos” onde estes atores estão se relacionando e a partir de então buscar as respostas para as questões colocadas na problematização. Nestes termos, para proceder ao caminho investigativo a partir destas premissas iniciais, o principal instrumento é o trabalho de campo. Neste, o investigador lança mão de diversas estratégias para levantar dados e informações sobre o tema, sobretudo busca compreender e interpretar a vida social destes atores.

O trabalho de campo teve a duração de março a julho de 2008, considerando um tempo de 80 dias na microrregião do Alto Teles Pires (MT), mais 15 dias no mês de outubro do mesmo ano em municípios do norte do Rio Grande do Sul. Para chegar às possíveis respostas do objeto elencado na pesquisa, a principal metodologia utilizada buscou captar as narrativas das famílias migrantes. O instrumento de entrevistas dialogadas (gravadas em MP3 ou anotadas) em um ou mais contatos com as famílias dos “pequenos” proprietários rurais, foram centrais. No entanto, é importante frisar que as narrativas são compreendidas como práticas dos atores e, isto leva à perspectiva de sempre observar o contexto, o local, quem e em qual condição este ator produz esta narrativa. Quando cito o contexto, é fundamental apontar que os instrumentos da etnografia foram correntes na pesquisa construindo diariamente o caderno de campo, que acima de tudo contém observações, percepções,

informações adicionais do local estudado, além de situar cada ator, cada contato que obtivemos. Contamos neste trabalho de campo com a possibilidade de diálogo com a equipe composta por cinco pesquisadoras coordenadas pela professora Dra. Ana Cláudia Marques. Este coletivo no trabalho de campo permitiu que as informações e observações fossem somadas. A equipe buscou “explorar” informações diversas, assim como diversos atores sociais. Isto possibilitou estabelecer conexões para compreender o conjunto da vida social desta região, assim como conseguir informações relevantes para compreender o contexto social do grupo específico que cada um estava investigando e seu respectivo leque de relações.

Agregam-se ao conjunto dos dados informações secundárias de bibliografias, dados locais censitários e outros muitos levantados pela própria equipe de pesquisa. Em suma, apontamos que as trajetórias aqui elencadas, bem como o grupo social dos “pequenos”, foi o foco para onde esta dissertação se direcionou.

Figura 1 | Mapa de localização da microrregião do Alto Teles Pires, estado do Mato Grosso, destacando os assentamentos rurais e chácaras



Nos primeiros dias do trabalho de campo, no mês de maio de 2008, estava tomado de certa angústia no sentido de identificar os espaços “de entrada” e assim traçar o caminho exploratório da pesquisa. Sabia de antemão que estaria ocorrendo naqueles dias a festa de aniversário do município e também a feira denominada Exposorriso. Logo, na busca de compreender melhor os canais e caminhos que conectam e conectaram os estados de origem de boa parte desta população desta região, identificamos que, paralelamente à realização da feira estaria acontecendo o 4º Encontro dos Amigos do Portelaço. Ao ouvir falar sobre este evento, inicialmente pelas colegas de pesquisa, me lembrei que este mesmo evento com o nome de “Portelaço” havia ocorrido em 2003 no município de Tenente Portela (RS). Como trabalhava naquela região, soube da repercussão deste evento que envolvia festejos e encontro de caravanas de ex-portelenses de Sinop (MT) e Canarana (MT), ou dito de outra forma, dos migrantes que saíram deste município rumo a regiões do Mato Grosso.

Nos dias seguintes saí em busca dos organizadores do evento e conheci Neusa Lobato,² natural do município de Tenente Portela. Através dela, pude proceder a minha inserção no evento realizado em Sorriso e viabilizar a viagem com a caravana dos “portelenses”, fazendo o percurso com eles até a cidade de Tenente Portela. Foram 2.500 km estabelecendo inúmeros contatos e entrevistas. Segundo a narrativa de Neusa, a ideia do encontro surgiu a partir de vários amigos todos nascidos em Tenente Portela e atualmente residentes no estado do Mato Grosso, especialmente destacando os grupos que residem em Sinop, Sorriso e Canarana. Este grupo de amigos contatou outros amigos residentes em Terra Nova do Norte e Querência do Norte, todos no estado do Mato Grosso, e desencadeou um primeiro encontro que se realizou em Sinop. Este primeiro encontro ficou conhecido, e comentado entre os ex-portelenses espalhados pelo Brasil que passam a visualizar no evento um momento de encontro, de oportunidade de visitar e de atenuar as saudades. O segundo foi em Tenente Portela, por ocasião da comemo-

2 Visando preservar a identidade dos entrevistados, neste livro são utilizados nomes fictícios.

ração dos 50 anos de emancipação daquela cidade. Canarana assumiu realizar o 3º encontro e receber as caravanas de outros municípios do Mato Grosso, e mais os conterrâneos de Tenente Portela.

Em 2008, o evento foi associado à festa do município. A programação incluiu recepção com festa pela cidade, um espaço permanente junto à feira-exposição, visitas a fazendas, homenagens, shows e a missa crioula. Vale mencionar que esta é a programação oficial, porém em conversas com vários participantes, as pessoas das caravanas por vezes, em parte destes dias, iam visitar parentes, amigos e familiares, além de pessoas que aproveitam o evento “para conhecer”. Este encontro também acaba sendo um momento de troca de informações e por vezes até de negócios – é um momento de “buscar o conhecimento”.

Observando com maior atenção, percebi que o evento é representativo de um processo migratório. A começar pelas cinco caravanas; as quatro caravanas presentes do Mato Grosso representavam exatamente os projetos de colonização levados a cabo pelo Estado com a parceria da Cooperativa de Colonização criada na década de 1970, que “recrutava” pessoas no Sul do Brasil, em especial na região do Alto Uruguai (RS). Desta forma, haviam sido convidados alguns agentes que foram importantes neste processo. Cito, em primeira ordem, funcionários do Incra que participaram ativamente dos projetos de colonização e projetos de assentamentos de Reforma Agrária no Centro-Oeste, mobilizando agricultores do Sul. O agrônomo Nestor Votsck, que reside e trabalha em Terra Nova, e foi agente destacado no acompanhamento do projeto nos anos de 1972-1978. Nos relatos de vários dos agricultores presentes houve destaque a estas lideranças e seu papel importante na articulação “para levar gente para cima”. Cito também, os prefeitos e ex-prefeitos das referidas cidades, e ainda, outras pessoas de destaque como agricultores que fundaram a cooperativa de produção (Coopercana) em Canarana. Assim, a participação no 4º Encontro dos Amigos do Portelaço permitiu, no decorrer do trabalho de campo, construir conexões com as trajetórias individuais, da mesma forma que dispor de um conjunto de elementos para compreender a circularidade dos migrantes no Mato Grosso do ponto de vista espacial e temporal.

Os contatos com o grupo dos chacareiros tiveram como ponto de partida a Feira de Produtor no município de Sorriso. Essa feira, realizada nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados reúne famílias de feirantes do entorno da cidade de Sorriso, definidos como chacareiros, e alguns assentados do assentamento Jonas Pinheiro, localizado a 30 km de Sorriso às margens da BR-163. Conhecemos Nelson Mariak e Senir Barato³ que comercializavam embutidos derivados de carne suína, queijos e mel e que possuía uma chácara de 3 ha há três anos nas proximidades da cidade de Sorriso. Na primeira entrevista ainda na feira, Nelson Mariak sinalizou uma passagem pelo trabalho “de peão fixo” no distrito de Boa Esperança (Sorriso) e enfatizou que esteve prestes a adquirir lotes no assentamento Santa Rosa, o que trouxe indicativos e interesse em conhecer este assentamento considerado um dos mais importantes do município de Sorriso.

Na mesma feira do produtor, em outra ocasião estabeleci contato com Célio Vilarin, que comercializava produtos hortigranjeiros, juntamente com o irmão. Nesta conversa inicial, rendeu uma entrevista nos dias seguintes na sua chácara localizada no Bairro São José. O chacareiro, natural de Constantina (RS) destacou em sua trajetória, a migração para o Rio de Janeiro onde a família trabalhou em churrascarias. Na ocasião da visita à chácara chamou atenção que na entrada da chácara vizinha, havia uma placa com a frase “Vende-se esta chácara”. A entrevista realizada com Célio Vilarin ocorreu em meio à realização de suas atividades, fomos conversando em meio à coleta de hortaliças e caminhadas pela área da chácara. Este fato indicou a relevância do trabalho enquanto valor moral expresso na fala do chacareiro: “aqui não dá para perder tempo”. Logo depois, o questionamos e fomos informados que a chácara vizinha era de um cunhado, que havia migrado e constituído o negócio da produção de hortaliças em parceria, e que pretendia vender a chácara objetivando retornar para o Rio Grande do Sul. Depois de alguns dias, fomos até a chácara de Rodrigo Pedó (o cunhado) para estabelecer contato, o que resultou em mais duas visitas e a entrevista. O

³ Este trabalho utiliza nomes fictícios para os atores em análise, visando preservar a identidade dos informantes dessa pesquisa.

caso trouxe um conjunto de representações sobre o Mato Grosso diante do planejamento estabelecido para retornar ao Rio Grande do Sul.

Outros chacareiros foram contatados através de um dos técnicos da Secretaria de Agricultura, o qual acompanhei em visitas de orientação técnica à chácara de Airton da Silva e, estabelecido o contato com a família, retornamos à chácara mais duas vezes para realizar a entrevista. Na primeira visita feita com o auxílio de um mototáxi, erramos o caminho de entrada. Como na vizinhança da área pretendida havia outras chácaras, isso resultou em mais dois contatos com outros dois chacareiros; Ivo Patias e Antonio Theobaldo, que seriam visitados nos dias seguintes.

No caso de Ivo Patias, diante da chegada na chácara e disponibilidade para o diálogo manifestada pela família (nesta ocasião estava o casal), visitamos a chácara e realizamos a entrevista. Migrantes oriundos de União da Vitória (PR), o casal buscava, conforme relataram, melhorar as condições de vida no Mato Grosso, mesmo não tendo nenhum “conhecido” ou parente naquela região. Trabalhar “de peão”, como caminhoneiro e outras formas de trabalho compõem a trajetória do casal até a entrada na chácara, a qual é ainda hoje de propriedade “da família da esposa” de Ivo Patias. O casal trabalha e reside na chácara, vende embutidos na cidade em supermercados ou direto ao consumidor, destacando na sua narrativa, elementos que tentam indicar uma melhoria de vida sempre em relação à situação vivida antes da migração, em particular para a quantidade de patrimônio acumulada nesta relação.

Na mesma tarde chegamos ao vizinho de Ivo Patias, o chacareiro Antonio Theobaldo. Lá, nos deparamos com algumas pessoas em frente à residência e um caminhão “de mudança”. Ao nos apresentar explicitando as razões de nossa estada ali e buscando informações de localização do chacareiro que pretendíamos visitar, Antonio Theobaldo destacou que também “era do Sul”, natural de Tenente Portela. Neste momento emerge um pequeno diálogo e agendamento de uma nova visita que aconteceu naquela mesma semana e mais outro encontro cerca de um mês mais tarde onde construímos a trajetória desta família. O caminhão “de mudança” na verdade era do cunhado do chacareiro que acabava de chegar ao Mato Grosso vindo do Rio Grande do Sul,

e passou por ali para poupar até o dia seguinte quando seguiu rumo a uma fazenda onde este cunhado trabalharia de “peão safrista”. Vale destacar que o mediador para efetivar esta oportunidade de trabalho foi o chacareiro.

Finalmente após estabelecer estes contatos com chacareiros vizinhos, chegamos até a chácara de Airton da Silva. Eles aguardavam na varanda de sua casa, e em meio a uma rodada de chimarrão a primeira entrevista aconteceu. Tive a sensação de estar em uma propriedade de agricultores familiares do Sul do Brasil. Faço esta referência não somente pelo *habitus* desta família, mas esta verossimilhança estava presente na distribuição das culturas e das instalações, nas principais atividades de geração de renda (bovinocultura de leite e criação de aves em sistema de integração com empresas do setor). O casal, que migrou em 1997 passando a ser chacareiro, afirma que esta “mudança” implicou trabalho árduo, mas conseguiram “crescer” comparativamente à condição anterior. Outras duas visitas foram realizadas nesta chácara do casal nas semanas seguintes. No âmbito da vizinhança havia outras duas famílias de chacareiros, uma de um irmão de Sueli da Silva e outra de sua mãe.

Os contatos com mais dois chacareiros se estabeleceram a partir da participação numa festa de comunidade no assentamento Jonas Pinheiro a 30 km da cidade de Sorriso. Ali conhecemos Luis Picolotto, que foi participar junto com sua filha, da celebração religiosa desta festa. A partir daquele dia seguiram-se mais duas visitas e conversas com a família na chácara. Esta família em meio a narrativas sobre sua trajetória, indicou a importância de entrar em contato com uma família que era originária da mesma localidade no município de São José do Cedro (SC). Tratava-se de antigos vizinhos, mas que, no entanto, não havia uma relação “familiarizada”. Assim contei a família de chacareiros de Lucas Cancian durante uma longa visita que se prolongou por um dia de estadia nesta chácara. Aliás, neste caso a chácara de seis hectares tem cinco residências, sendo a do casal mais velho e as demais das famílias nucleares de filhos(as), genros e noras. Coincidemente, um destes genros eu já havia contatado por ocasião de um evento técnico que aconteceu na cidade duas semanas antes.

A designação de chacareiros deriva do termo chácara. No plano básico de formação das cidades no Mato Grosso conduzido por empresas colonizadoras havia áreas/lotes, que variavam de 2,5 a 10 ha, previstas para a instalação de unidades familiares de produção, com fins de abastecimento destes núcleos urbanos com gêneros alimentícios. Os proprietários destas unidades produtoras situadas no entorno de um núcleo urbano foram designados de chacareiros. Desta forma, o chacareiro trata-se de um proprietário de uma unidade de produção de até 10 ha situada no entorno das cidades. Em geral, estes realizam atividades agrícolas como uma das suas principais fontes de renda e possuem residência nesta unidade de produção (chácara), mas nem sempre esta residência é a única da família. O grupo de chacareiros entrevistados, possui alguns elementos em comum: têm na chácara a residência principal da família; há relevância das atividades agrícolas desenvolvidas na chácara para a geração de renda, mesmo que esta não seja a atividade principal da família. No trabalho de campo, foi verificada a existência de várias chácaras, cujos proprietários são fazendeiros, ou empresários, mas cujo objetivo final é o lazer em atividades de familiares, grupos de amigos, ou encontros de trabalho, mas que mesmo dispondão de alguma produção não constituem o foco na geração de renda e local de residência principal.

O grupo dos “pequenos” proprietários oriundos do sul, não ficou restrito somente aos chacareiros. No meio rural do Mato Grosso, quando se fala no “agricultor” em geral o olhar se volta para aqueles indivíduos ou famílias que possuem grandes extensões de terra. Este fato levou-nos a refletir e tentar identificar na percepção dos atores, o que de fato poderia ser definido por “pequenos”. Fomos percebendo, no decorrer do trabalho de campo, que nesta categoria, de forma genérica, estavam incluídos os chacareiros e assentados, e que por inúmeras razões podem ter sido trabalhadores agrícolas (“peões”) em suas trajetórias. Além disso, verificamos que há nesta categoria uma dimensão do tamanho de área do estabelecimento ou propriedade rural. Este fato explica em parte o “enquadramento” dos chacareiros e assentados como pequenos, pois, no caso dos primeiros, as áreas variam de 2,5 hectares a 10 hectares; no segundo grupo, possuem entre 50 ha e 200 ha de terra.

Como critério de acesso às políticas públicas para o meio rural (Projetos de Assentamento e crédito rural) se utiliza a dimensão de até 400 ha (correspondente a quatro módulos fiscais pelo Incra).

Na busca pelos chacareiros, citamos o assentamento Jonas Pinheiro, que fica às margens da BR-163, entre Sorriso e Sinop, com 210 famílias. Neste assentamento tivemos algumas inserções, bem como participamos de alguns eventos, dos quais cito a inauguração de uma Farinheira. Contatamos algumas famílias de assentados oriundos do sul. Outros assentamentos do município de Sorriso eram os Projetos de Assentamento Santa Rosa I e II, que ficavam no distrito de Boa Esperança a 140 km da sede do município. Os próprios chacareiros mencionaram em suas narrativas e trajetórias o contato com esses assentamentos. Outro fator que nos conduziu a realizar uma inserção neste distrito e assentamento próximo foi a existência de alguns primos meus que lá residiam. No distrito de Boa Esperança localizei os mesmos, e assim conheci Nilson Peruzollo que foi um dos primeiros presidentes da associação do assentamento Santa Rosa, que por sinal era casado com uma prima. Logo, ele se tornou o principal mediador do trabalho de campo, inclusive viabilizando deslocamento com sua Toyota 72, permitindo assim chegar até os lotes, realizar as entrevistas no assentamento, bem como conhecer os assentamentos Santa Rosa I e II e Piratininga.

Ter “um conhecido” ou parente neste caso se configurou como um dos principais meios que permitiram a “familiarização” junto aos assentados. Permanecemos 19 dias no distrito e respectivos assentamentos, realizando 12 contatos e entrevistas com assentados, especialmente do assentamento Santa Rosa II. Outro mediador, indicação de Nilson Peruzollo, foi o técnico da Empaer do distrito de nome Almir Nadiani. O técnico era um paranaense natural de Guaíra, filho de família de migrantes do Rio Grande do Sul que, após ter se formado como técnico agrícola, viajou pelo Brasil em vários estados quando trabalhava na empresa Syngenta. Em 2001 ele e o irmão migraram em busca de terras no Mato Grosso e, por não dispor de muitos recursos, chegaram através de outros contatos até o assentamento Santa Rosa. Ele e o irmão são, portanto, assentados. Como a maioria dos assentados, residem na “vila”, ou seja, a sede do distrito, e trabalham no lote. Ele se tornou

técnico da Empaer há três anos e é responsável pelos projetos de crédito e assistência técnica no assentamento. Através desses dois mediadores e seguindo indicações das famílias que iam sendo contatadas, visitadas e entrevistadas chegamos à Ildemar Pavarino, Roberto Trezz, Inácio Fernandez, Elton Rubin, Afonso Hartmann, Cássio Pascoali, Elomar Mariatti, Carlos Jackobsen e Enio Trento todos localizados em seus lotes no assentamento Santa Rosa ou residências em Boa Esperança.

Os três casos do assentamento Piratininga foram contatados através dos primos que residem neste assentamento. De forma aleatória, cheguei a mais três casos neste assentamento: Oscar Barbian, Edson Ferrarini, e Euclides Kasanova. Ressalto que estes casos foram contatados pela primeira vez por ocasião da participação na celebração religiosa na igreja católica existente neste assentamento. O segundo contato com os três ocorreu nos espaços dos dias de campo e no Clube dos Veteranos da sede do distrito.

Durante o trabalho de campo, fiz uma inserção em Ipiranga do Norte (MT), município formado há quatro anos, desmembrado de Tapurah (MT), e que teve um repovoamento motivado por um conjunto de projetos de assentamentos de Reforma Agrária, especialmente desencadeados na década de 1990 durante os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC). O interesse em incluir este município no rol de investigação decorreu da caracterização de ser constituído a partir de vários projetos de assentamentos. Outro aspecto é que este município ficava no eixo oeste da BR-163, e assim seu processo de reocupação havia se processado praticamente uma década mais tarde que Sorriso. Em minhas hipóteses, imaginava poder encontrar nesta região “mais à frente” famílias que haviam passado por etapas migratórias em Lucas do Rio Verde e Sorriso antes de chegar aos assentamentos. Nesse município, o principal mediador do trabalho foi um primo do Sul, que articulou contatos e visitas com três famílias de assentados, cuja origem era os estados do Sul do Brasil. Os três casos contatados aleatoriamente devido às circunstâncias e disponibilidades tinham ligação direta com os projetos de colonização desencadeados nos anos 1970 e 1980. Os casos de Ildo Coraza, que foi parte do primeiro assentamento (Eldorado I) que formou a agrovila base da sede “urbana” de Ipiranga do Norte,

representa um caso significativo de análise. Ildo Coraza e a família são naturais de Ronda Alta (RS) e foi para o Mato Grosso com um grupo de 114 famílias todas daquela mesma região. Ele narra a mobilização empreendida pelo Estado para “levar” acampados do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para áreas agrícolas do Centro-Oeste. Na articulação desta ação, Ildo Coraza descreve o agente do Incra que havíamos encontrado no 4º Encontro do Portelaço responsáveis por projetos de colonização e assentamentos que priorizaram claramente os agricultores do Sul. O projeto do assentamento Eldorado I em Ipiranga do Norte, foi produto dessa mobilização. O segundo contato foi Lauro Marchiori, um dos parceiros⁴ de Lucas do Rio Verde, cuja primeira experiência de migração aconteceu em 1979, no projeto de Canarana (MT). Hoje é assentado, residente em Ipiranga do Norte, onde desenvolve atividades agrícolas em área de 250 hectares.

Em Ipiranga do Norte, contatamos o assentado e dono de lanchonete na “vila”, seu Camilo Bortolli. Com vistas a migrar para o Mato Grosso em busca “de espaço”, de “crescer” conforme descreve, ele faz três viagens a locais possíveis antes de realizar “de fato” sua migração para Ipiranga do Norte. A primeira articulação fora para o município de Querência do Norte (parte do projeto de colonização da região de Canarana) onde tinha um contato de “um parente”. Importante ressaltar que lá, o local de entrada seria um assentamento adquirindo três lotes de outros assentados. O negócio, porém, não se efetivou no ano de 1998 (ano desta viagem), pois naquele ano não conseguiu vender a propriedade em São José do Cedro (SC). A segunda tentativa e viagem “para conhecer” foi realizada para o Pará nos municípios que margeiam a BR-163, como Novo Progresso (PA). Ali ele tinha alguns amigos madeireiros. Apesar da insistente tentativa destes amigos de Camilo Bortolli, em viabilizar sua migração para aquela região, ele vai narrar que ali não era para ele. “Eu tinha pouco dinheiro e ali tem que ser forte e grande para mexer com madeira”. E o terceiro contato vai se estabelecer no município de Sorriso com um primo, que semanas antes

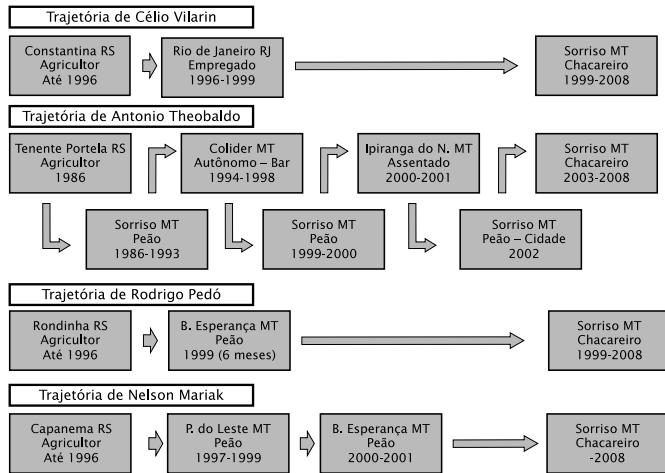
⁴ Parceleiro é a designação utilizada para os agricultores que receberam uma “parcela” ou lote no projeto de assentamento na Gleba Rio Verde, que dá origem ao município.

tínhamos contatado no Portelaço. Ildo Cordebellá, agricultor natural de Tenente Portela, era produtor rural da localidade de Sorriso e possui uma área de terra de 650 ha em sociedade com um irmão residente no Sul. O Mato Grosso entra na vida da família quando a área foi adquirida pelo pai em 1983, ocasião em que ele, o irmão sócio e o pai foram para o Mato Grosso em busca de terras. Vale destacar que eram primos, porém “não se conheciam”. Após “conhecer” o primo residente em Sorriso, o mesmo vai indicar que em Sorriso as terras estavam caras, principalmente observando as condições objetivas que Camilo Bortolli tinha, ou seja, seu patrimônio acumulado no sul. Assim o primo o conduziu até Ipiranga do Norte, pois sabia que era uma região de assentamentos e onde era possível adquirir terras baratas numa “região que ainda tinha muito para crescer”. Nesta mesma viagem a Ipiranga do Norte “para conhecer”, é realizada a compra de três lotes totalizando 210 ha de terra.

Outro caso que compõe este trabalho é o de Lorival Santini que, além ser assentado da Gleba Mercedes no município de Tabaporã, atua como técnico agrícola em fazenda da região. Por atuar nesta profissão, Lorival Santini esteve participando de um evento técnico realizado em Sorriso no dia 30 de maio, denominado *Tour do Algodão*. Nesse evento, em meio a uma lavoura de algodão, após uma conversa inicial quanto a técnicas sobre a cultura do algodão e outras, o assunto se direcionou para sua trajetória, possibilitando uma entrevista anotada deste “paranaense” que migrou para Sinop em função de uma rede estabelecida que criou condições de acesso à terra no assentamento referido.

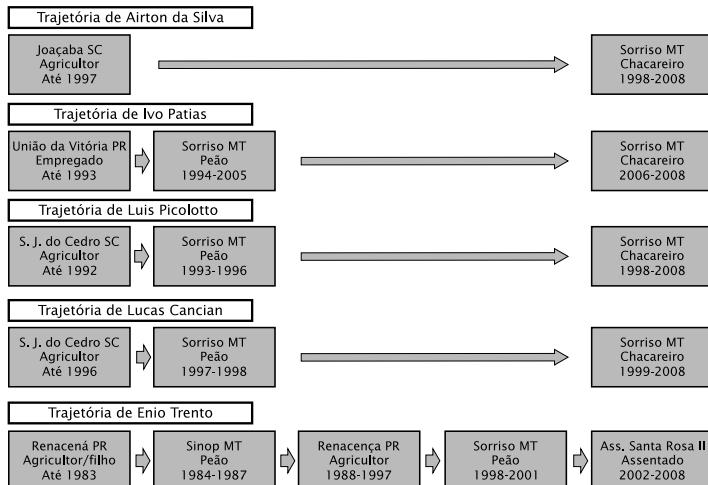
Do conjunto dos contatos e observações do trabalho de campo, apresentamos abaixo os fluxogramas das 25 famílias que serão foco central na análise desenvolvida neste livro. Trata-se de oito casos de chacareiros da cidade de Sorriso e outros assentados considerando nove do assentamento Santa Rosa II de Sorriso, três do assentamento Piratininga em Nova Ubiratã (MT), três do assentamento Eldorado I e Mogiana de Ipiranga do Norte (MT), um do assentamento Mercedes IV, município de Tabaporã (MT). Os fluxogramas operam com três informações: período de cada etapa migratória, localidade (município e estado) e atividade principal (agricultor, peão, empregado, chacareiro e assentado). Trata-se, sobretudo, de migrações de grupos familiares:

Quadro 1 | Fluxograma de trajetórias de 1 a 4



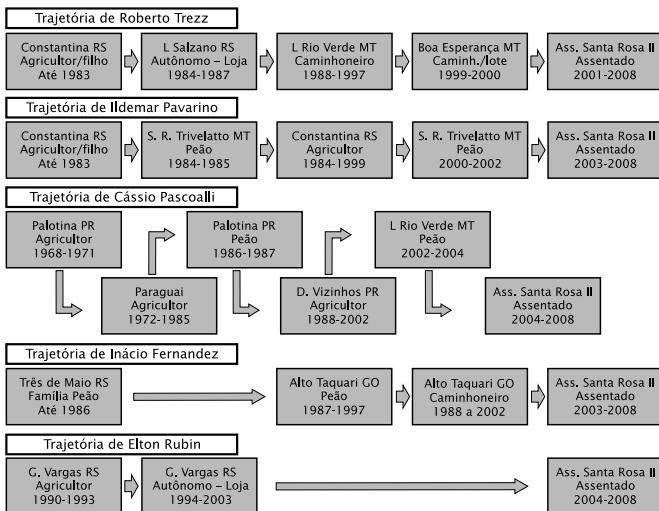
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 2 | Fluxograma de trajetórias de 5 a 9



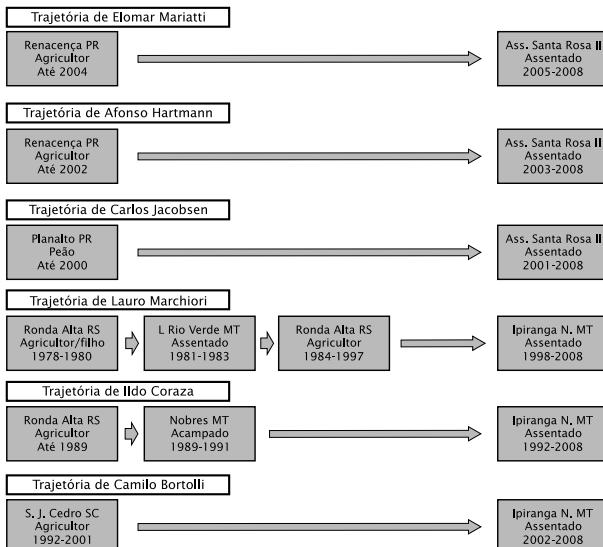
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 | Fluxograma de trajetórias de 10 a 14



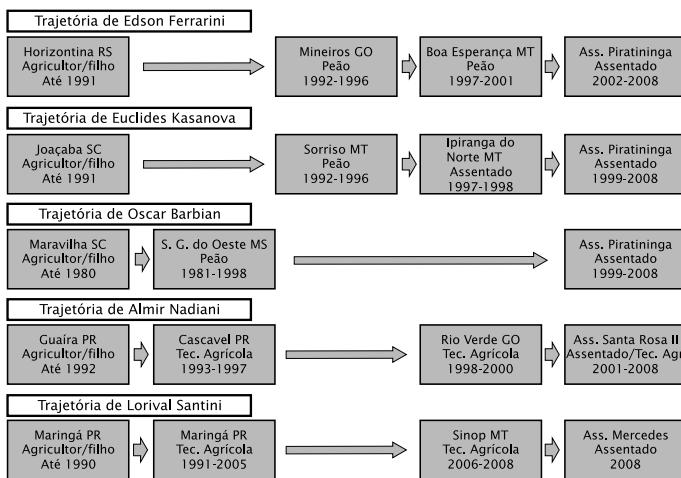
Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4 | Fluxograma de trajetórias de 15 a 20



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 5 | Fluxograma de trajetórias de 21 a 25



Fonte: Elaborado pelo autor.

O leitor deve ter observado que no trabalho de campo, devido ao seu caráter exploratório, foram contatados atores diversos, não se restringindo somente aos casos apresentados nos quadros acima. Foi necessário “recortar” um conjunto de casos cuja condição os caracteriza neste universo social como “pequenos” proprietários rurais. As informações, dados e percepções obtidas dos outros 85 contatos estabelecidos no decurso de todo o trabalho de campo, serão considerados como casos complementares, visto que um critério utilizado pelo pesquisador para compor este conjunto de trajetórias foi a quantidade de informações obtidas em cada caso.

Este livro está organizado em três capítulos, estruturados a partir do olhar sobre as trajetórias dos migrantes.

O Capítulo 1, sob o título “A chegada no Mato Grosso”, versa especialmente sobre dois aspectos centrais. O primeiro apresenta uma contextualização construída a partir das trajetórias dos atores-foco desta pesquisa e outros, e paralelamente dialoga em cada ponto com bibliografias que auxiliam e permitem situar as trajetórias das famílias. A urbanização e as chácaras, os projetos de assentamento, os fluxos migratórios são questões elencadas. O segundo aspecto deste capítulo observa como

os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no ponto de destino (Mato Grosso), buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. A luta por acesso à terra e ao trabalho são centrais neste aspecto, bem como uma avaliação constante do “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória. Em suma, o capítulo situa o caminho pós-90 trilhado por estes atores no Mato Grosso, apontando as peculiaridades diante de uma possível relação a ser estabelecida com os “grandes” que também migraram do Sul do Brasil.

O Capítulo 2, sob o título “A seletividade do Sul do Brasil para o Oeste”, discute como se construíram estes atores sociais encontrados no Mato Grosso, a partir de três vertentes: i) a relação entre migração e ciclo de vida buscando associações com momentos de migração, período pré e pós-matrimônio a partir dos atores; ii) busca desde o processo de ocupação do noroeste e norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná estabelecer a seletividade que foi promovida de início pelos agentes da colonização e paralelamente “incorporada” pelos migrantes; e iii) a construção da distinção social que foi sendo produzida no decorrer das trajetórias na que aponta para o trabalho enquanto valor moral, como um dos principais diferenciadores entre “os sulistas” e “os outros” como também serve para estigmatizar os que não alcançaram acumulação de capital no decorrer de suas trajetórias.

O Capítulo 3, no eixo “Migração e redes sociais”, define o “lugar” das redes sociais dentro da abordagem da migração enquanto processo social. Duas questões são centrais neste capítulo. A primeira busca discutir as redes sociais, se articulando antes, durante e depois da migração. A categoria nativa de “conhecidos”, associada à ideia de pertencimento é discutida nesta abordagem sobre redes sociais, bem como a família e o parentesco participando do leque de relações que envolvem locais de origem e destino. O segundo ponto central do capítulo parte da categoria nativa de “conhecimento”, que vai delinear a importância da informação que circula nestas redes, bem como observa a relação de quem a produz. A busca “pelo conhecimento” é fundamental e aparece nas viagens para conhecer, na busca por (re)construir relações no local de destino e na relação com o sul.

Capítulo 1 | A CHEGADA NO MATO GROSSO

“Aqui o cara que não tem opinião e objetivo não aguenta.”
(Roberto Trezz, assentado)

O capítulo tem como eixo central o processo de inserção social dos atores no período pós-90 no Mato Grosso. A partir da análise das trajetórias das famílias do Sul, na primeira parte é construída uma contextualização que também dialoga com estudos que analisam o processo de desenvolvimento na região. A análise sobre a “chegada” dos atores neste contexto apresenta, como relevantes, a luta por acesso à terra e trabalho. O trabalho “de peão”, a fase de caminhoneiro, os projetos de assentamentos rurais e as chácaras se configuraram como caminhos trilhados pelas famílias. Os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no Mato Grosso buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. A luta por acesso à terra e ao trabalho são centrais neste aspecto, configurando para os atores numa avaliação constante do “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória.

1.1 | OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA MICRORREGIÃO DO ALTO TELES PIRES

No conjunto das trajetórias, observamos alguns pontos em comum, que tomamos como indicadores para as seções seguintes. Se todos os casos compõem os fluxos migratórios dos estados do Sul do Brasil para o Mato Grosso, considerando um grupo relevante que migra após a década de 1990, temos que considerar que cada família possui especificidades em suas etapas migratórias. No momento atual, todos os casos se configuram como “pequenos” proprietários na região do Alto Teles Pires. Desta forma, os primeiros elementos que serão trabalhados nas seções seguintes visam construir um conjunto de questões que “locali-

zem” estas trajetórias no tempo e no espaço, bem como perceber, num segundo momento, como as famílias migrantes vão delimitar seu ponto e forma de “entrada” nesta região.

Nas décadas de 1970 e 1980, a ênfase dos estudos indica migrações rural-urbanas, em função da modernização da agricultura ou industrialização brasileira e o fluxo rumo à fronteira agrícola nos estados do Centro-Oeste e Norte do País (MARTINE; GARCIA, 1987). Os movimentos migratórios rumo a reocupação⁵ da fronteira agrícola passam por diversas fases. Até as décadas de 1960 e 1970 as dinâmicas de ocupação do Mato Grosso estiveram associadas às atividades de extrativismo mineral e vegetal, além de explorar atividades específicas em áreas de maior fertilidade natural. Os governos militares dão novo impulso à colonização, apoiada na “modernização conservadora” especialmente embasada na produção de grãos para exportação.

A abertura de estradas se associa a esta dinâmica de ocupação conduzida pelas colonizadoras privadas, que obtêm concessões das terras públicas e vão desenvolver os projetos. É o caso do eixo Cuiabá-Santarém, que dá origem às cidades e formas de ocupação atuais da microrregião do Alto Teles Pires. A migração sempre acompanha a história deste contexto a ser pesquisado, seja de grupos do Sul e do Sudeste ou, ainda, do Nordeste, os quais carregam nas suas bagagens as expectativas de construir nova vida nestes espaços e em geral compõem uma trajetória de expropriações características do campesinato brasileiro (MARTINS, 1981). Constituem-se neste período por empresas privadas, segundo Santos (1993), 88 projetos de colonização com mais de três milhões de hectares envolvendo os chapadões do Cerrado do Mato Grosso. Se as análises sobre estes processos de modernização agrícola nos estudos sobre a fronteira e a migração têm sido recorrentes, vale observar que, no período pós-década de 1990, há uma nova fase, talvez mais intensa, de reocupação destas regiões do Mato Grosso, dentre a microrregião

5 A utilização do termo reocupação busca trazer a ideia de que esta região do Cerrado não se tratava de áreas com vazios populacionais, visto que eram espaços onde ocorreram processo de expropriação de grupos indígenas especialmente, isto já no projeto de Marcha para o Oeste que se inicia em 1934 (SANTOS, 1993).

que está no eixo da BR-163, com migrantes do Sul do Brasil associados a novas dinâmicas do chamado agronegócio. Estes elementos, do ponto de vista socioeconômico, atribuíam a urbanização associada à industrialização como o principal vetor que leva aos deslocamentos.

No Brasil, em termos gerais, os estudos apontaram na década de 1990, a ocorrência de migrações internas no plano urbano-urbano e certa tendência de retorno aos locais de origem (BAENINGER, 2008). Dentre os fluxos migratórios presentes no Brasil, observando-se as décadas de 1990 e a atual, permanece o fluxo da região Sul do Brasil em direção aos estados do Centro-Oeste e Norte:

No caso da região Sul, as trocas migratórias que estabelece com outras regiões ainda a caracteriza como área de perda migratória para a região Centro-Oeste e para o Norte, com possíveis vínculos com as migrações de fronteira agrícola (BAENINGER, 2008, p. 12).

Falar deste fluxo da região Sul para o Centro-Oeste torna necessário destacar o estado do Mato Grosso, que, segundo a mesma autora, se apresenta como área de “retenção de população”. Segundo o estudo de Cunha *et. al.* (2002), o dinamismo demográfico no estado do Mato Grosso indica o avanço da fronteira agrícola e da urbanização. No caso da microrregião do Alto Teles Pires, apresenta destaque na década de 1990 pela “tomada” da soja e, associada a ela, uma crescente urbanização, especialmente das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde que margeiam a BR-163 e vêm se consolidando como polos regionais nas atividades dos setores agroindustriais e de serviços. A tabela a seguir traz números absolutos de população na microrregião do Alto Teles Pires:

Tabela 1 | População total do municípios da microrregião do Alto Teles Pires

Municípios da microrregião Alto Teles Pires	1970	1980	1991	2000	2007
Ipiranga do Norte					4.114
Itanhangá					4.690

Municípios da microrregião Alto Teles Pires	1970	1980	1991	2000	2007
Lucas do Rio Verde			6.693	19.316	29.955
Nobres	5.692	13.441	15.174	14.983	14.809
Nova Mutum			5.542	14.818	24.041
Nova Ubiratã				5.654	7.518
Santa Rita do Trivelatto					2.232
Sorriso			16.117	35.605	54.636
Tapurah			7.323	11.561	9.366

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem Populacional 2007.

O conjunto dos municípios apresenta um aumento de população. O município de Sorriso, entre 1991 a 2000 tem um incremento populacional de 121%; já de 2001 a 2007 o aumento é de 53,45%, o que corresponde a 19.031 habitantes. O município de Tapurah apresenta decréscimo populacional, fato que se explica em grande parte pela emancipação de Ipiranga do Norte e de Itanhangá, no ano de 2005. Comparativamente aos municípios desta microrregião, o estado do Mato Grosso teve um crescimento populacional de 2,4% a.a. enquanto que nesta microrregião o índice chegou a 8%, mesmo considerando que o município de Nobres constitui uma exceção apresentando população decrescente desde 1991 (CUNHA *et. al.*, 2004).

Ao mesmo tempo, nas décadas recentes, os volumes mais intensos nos deslocamentos populacionais e com dinâmicas cada vez mais particulares indicam a necessidade de compreendê-los para além das análises restritas aos espaços de origem e destino, ou somente pelos saldos migratórios e fluxos predominantes, ou por uma só variante (causa) por mais relevante que seja, como já apontamos no caso da microrregião, a crescente urbanização:

Na complexa dinâmica da economia e da sociedade brasileira, encontram-se os mais diferentes tipos ou modalidades de fluxos migra-

tórios e é justamente dentro dessa dinâmica que eles assumem um significado particular. Compreender essas particularidades, em todas as suas dimensões, é um grande desafio (BRITO, 2000, p. 4).

Observando os dados da população da microrregião do Alto Teles Pires, logo chama a atenção o vertiginoso crescimento populacional e, assim, é válido questionar sobre que dinâmicas estariam potencializando esta migração nestas décadas recentes. Quem seriam estes migrantes, segundo os dados censitários e onde eles estariam inseridos? Para construir a resposta a estas questões é importante observar o que vem se processando a partir da década de 1990 nesta microrregião quando o crescimento populacional entra em uma abrupta ascendência. Os 25 casos das famílias elencadas no trabalho de campo, apesar de trajetórias distintas, vão se constituir como “pequenos” proprietários rurais, especialmente no período de 1996-2003.

1.2 | PERÍODO PÓS-90 – O *BOOM* DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Partindo das trajetórias dessas famílias na microrregião do Alto Teles Pires, pretendemos nesta seção tecer questões sobre a dinâmica socioeconômica, no sentido de compor razões que auxiliem na explicação do crescimento populacional verificado e “localizando”, da mesma forma, as trajetórias em estudo. Todas as trajetórias apresentam uma relação direta com as atividades agropecuárias como eixo condutor do deslocamento, mesmo considerando que em muitos casos há passagem por atividades não relacionadas diretamente à agropecuária ou mesmo residência nas cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde. Neste sentido, podemos considerar um fluxo rural-rural, que parece em algum momento divergir da tendência predominante apregoada para esta década, o que indica um maior percentual de migrantes buscando inserção (trabalho e residência) diretamente nos espaços urbanos destas cidades que margeiam a BR-163. Vejamos a seguir em perspectiva histórica, os percentuais referentes à população urbana e rural na microrregião do Alto Teles Pires.

Tabela 2 | Distribuição relativa da população segundo a situação de domicílio urbano ou rural, microrregião do Alto Teles Pires, 1980, 1991 e 2000

Nome dos municípios	1980		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Lucas do Rio Verde	64,9	35,1	64,9	35,1	83,6	16,04
Nobres	58,0	42,0	71,2	28,08	79,9	20,01
Nova Mutum	-	-	38,4	61,8	70,0	30,0
Nova Ubiratã	-	-	-	-	29,0	71,0
Sorriso	58,0	42,0	70,5	29,5	88,6	11,04
Tapurah	-	-	17,0	83,0	36,5	63,5
Alto Teles Pires	-	-	58,8	41,2	74,5	25,5

Fonte: FIBGE; Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (CUNHA et al., 2004, p. 51), adaptadas pelo autor.

Os dados da distribuição da população relativa entre urbana e rural apontam uma tendência à urbanização não diferente do que vem ocorrendo no mesmo período em todo o estado do Mato Grosso. No geral, o grau de urbanização, que chega à ordem de 30%, dos municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde, atinge no ano 2000 os percentuais de 88,6% e 83,6%, respectivamente. Este fato indica a relevância da década de 1990 neste processo.

Cunha *et al.* (2002) analisa esta distribuição da população com os dados da migração interestadual observando a área de destino. Nesta análise observa que a microrregião do Alto Teles Pires tem, na década de 1980 a taxa de migrantes que buscam as áreas urbanas de 58,3%, considerado elevado se comparado com o estado que apresenta taxa de 69,9% de migrantes que rumam para as áreas urbanas. Logo, na década de 1990 esta taxa na microrregião se eleva para 74,5%. O predomínio dos fluxos migratórios, nesta década tem destino preferencialmente para as áreas urbanas desta microrregião, com destaque para as cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde.

No entanto, este processo de urbanização vem acontecendo associado a mudanças no espaço rural destes municípios. Sobre Lucas do Rio Verde, o assentado Cássio Pascoali de Boa Esperança é um destes

casos e relata as mudanças que viu ocorrer (2000-2004) quando foi “peão” naquele município:

Em Lucas do Rio Verde não foi diferente. Um patrimônio de 500 mil reais [sede comunitária] que eu ajudei a construir acabou, acabou por quê? O povo foi comprando as terras, o povo foi indo para cidade, outros foram indo para outros lados, o local foi doado para matriz, vai hoje lá tem soja plantada e tudo. A segunda comunidade dentro de Lucas, a mais organizada dentro de Lucas era a minha – comunidade União. Não existe mais comunidade (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Cristiano – Para quem vem de fora e olha para Lucas do Rio Verde nem imagina que tinha comunidade.

Meu Deus! Hoje não tem mais. Tinha comunidade tipo 10 a 15 anos. Aí existia uma a cada 20 km ou 25 km. Aí o pessoal começou ir para cidade, um para um lado, outro pro outro, os grandes começaram a comprar as terras e por aí a fora. Os empregados, com a tecnologia das máquinas, foram diminuindo (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Dos 25 casos, foram verificados nove casos de famílias que em sua trajetória passaram pelo trabalho na área rural de Sorriso e Lucas do Rio Verde, tanto como “peões” ou como agricultores, e hoje estão nos assentamentos. Além disso, os próprios casos estudados vão fazer referência a outras famílias que abandonaram as atividades rurais destes dois municípios e migraram para novas áreas, “mais à frente”, como é o caso de Ipiranga do Norte (emancipado em 2005 e que pertencia ao município de Tapurah).

Assim, é importante observar a espacialidade (o local geográfico) onde estes migrantes vão estabelecer suas unidades domésticas e de produção. Dois são os espaços que serão analisados: o primeiro é o grupo dos chacareiros, da cidade de Sorriso, que tem uma dinâmica

e constituição associada diretamente ao processo de urbanização desta cidade visto que está à “margem”, e assim, suas atividades produtivas se vinculam ao fornecimento de gêneros alimentícios para este centro urbano. Neste sentido, suas trajetórias e narrativas ajudam a perceber a urbanização desta década. E o segundo grupo de pequenos proprietários são os assentamentos rurais, que se ampliam, na microrregião, mas que em geral estarão localizados na “franja”, áreas entre 70 km e 140 km para leste e oeste da BR-163. Importante perceber que estes setores, sejam da cidade ou do campo, possuem uma relação direta. Um dos entrevistados, hoje chacareiro do município de Sorriso e que possui uma trajetória de 20 anos compondo o trabalho como peão em fazendas, em assentamentos rurais e outras atividades na região, aponta em sua narrativa esta relação:

Quando nós viemos tinha só um pouco de soja, o resto era mato há 20 anos [1988]. Sorriso tinha umas casas para lá do matinho. Mas o povo colhia muito mal, porque desde lá do sul botava 100 kg por hectare. Mas aqui a terra é muito fraca. Calcariava toda a terra, mas colocavam pouco adubo. Colhia 20 a 30 sacos por hectare. Mas aí a cidade foi expandindo, o povo foi colocando mais adubo e veio vindo o resultado. E chegou ao que está hoje. Hoje, para colher bem, precisa 600 kg de adubo por hectare. O povo foi acumulando em sabedoria mais e mais e virou o que está hoje (Antonio Theobaldo, chacareiro, 04/06/2008).

A narrativa traduz uma percepção sobre o desenvolvimento da região que implica a expansão da produção via técnicas modernas e ampliação da área cultivada “com lavoura”. A urbanização, neste sentido, possui uma correlação direta com esta dinâmica na medida em que se tornam polos do setor de agroindustrialização e prestação de serviços, assim como locais de residência de trabalhadores. “O conhecimento do Cerrado, do desbravamento, começou de 1990 para cá. Antes era derrubar mato para plantar arroz. O forte mesmo foi depois de 1992 e 1993 aí começou o povo mesmo a trabalhar na terra, a usar a terra velha”

(Nelson Hubner, comerciante, 25/05/2008). Esta afirmação é confirmada pelo ex-agrônomo da Empaer de Sorriso (1987-1991), que indica o início da década de 1990 como uma espécie de marco na expansão das lavouras devido às mudanças na tecnologia utilizada no Cerrado (uso de sementes, manejo de solo e uso de plantio direto). Segundo ele, o surgimento da Fundação Mato Grosso (Famato) nesse período alavancou a pesquisa sobre as técnicas de cultivo no Cerrado, e assim vai contribuir como um elemento determinante na intensificação das áreas plantadas e abertura de novas áreas na região.

Nesta dinâmica do desenvolvimento, a agricultura tem um papel importante não somente como produtora de alimentos e matérias-primas, mas também como mercado dos outros setores do complexo agroindustrial, com destaque ao setor de máquinas, insumos e sementes. Ganham destaque também culturas agrícolas destinadas especialmente para a exportação ou a agroindústria, como é o caso da soja, baseadas nas dinâmicas dos preços internacionais. Estão presentes, nesta dinâmica de expansão, fatores como a criação de infraestrutura (estradas, armazéns e serviços) (MARTINE; GARCIA, 1987).

Com “o conhecimento do desbravamento do Cerrado”, como relatou o comerciante entrevistado, a agricultura, especialmente após a década de 1990, já nasce moderna.⁶ O processo de incorporar novas áreas ao sistema produtivo tem condições de ganhar escala e rapidez. “Você pega daqui para Paranatinga [leste], 300 km é tudo aberto e armazém, plantando soja. Para outro lado [oeste], 300 km também aqui tem uma expansão muito grande para você trabalhar, para você andar, para você crescer” (Antonio Theobaldo chacareiro, 04/06/2008). A expansão neste sentido tem como ponto de referência a cidade de Sorriso e a BR-163. Dessa forma, os dados coletados em Boa Esperança, no lado leste indicarão o que vem acontecendo paralelamente à urbanização de

6 A afirmação de que a agricultura no Cerrado já nasce moderna é apresentada por Zart (1998) considerando que a transformação de áreas de vegetação nativa em áreas agrícolas ocorre diretamente dentro da dinâmica da modernização da agricultura, ou seja, a derrubada da vegetação é seguida de incorporação de insumos e sementes melhoradas, mecanização agrícola e em geral serão utilizadas em cultivos de soja e milho em larga escala.

Sorriso. Do mesmo modo, é possível ter indicações sobre a expansão na direção a oeste onde estarão dispostos os núcleos dos assentamentos de Ipiranga do Norte. A narrativa do chacareiro é pertinente, pois ao final aciona os elementos da oportunidade nas “áreas novas” e “o crescer”, como sinônimo de acumular capital por meio do trabalho. Com estas indicações extraídas das trajetórias destas famílias, buscamos verificar as confluências que vão ser consideradas na definição do local onde os migrantes se estabeleceram.

1.2.1 | As chácaras e a urbanização da cidade de Sorriso

A compreensão do desenvolvimento das chácaras no entorno da cidade está diretamente relacionada à dinâmica urbana e seus desdobramentos. Se é verdade que as chácaras estavam planejadas desde o “desenho” da cidade pela empresa colonizadora, também é válido ressaltar que, apesar de algumas delas terem moradores há mais de 25 anos atrás, estas não se constituíram como espaços de vida e produção até o início de 1990. As mudanças que vão ocorrer na cidade nos últimos 25 anos, especialmente entre 1992 até 2000, são descritas pelo microempresário do setor de padaria/confeitaria da cidade de Sorriso:

Depois de 1990 havia uma movimentação incrível dentro da cidade. Eu vendo para ti, tu vende pro outro. Por exemplo, o mercado Sorriso foi vendido duas vezes, o mercado Rovaris um cunhado comprou do outro três vezes. Até que se firmou, depois de 1996 para cá. Depois eles expandiram. Até 1995, 1996 a coisa aqui na cidade era tudo frouxo, não havia uma fixação, as pessoas não estavam estabilizadas. Na cidade, um comprava do outro, e vinha gente de fora, e de repente o dono do posto não era mais o mesmo, o dono do mercado não era mais esse era outro. De 1996 se estabeleceu (...). Só tinha da cidade dois postos de gasolina. As fazendas até 1996-1997 não tinham nem moradia. O povo morava nas cidades e ia pra fazendas, não tinha barracão e não tinha nada (...) (Nelson Hubner, comerciante, 25/05/2008).

Nesse mesmo período acontece uma migração massiva para o núcleo urbano; pois, também é o auge de “aberturas” de área de Cerrado transformado em lavouras; neste período um grande grupo de empresas ligadas à agropecuária vem se instalar no município. Luis Picolotto indica a disputa acirrada por locais de moradia neste período “quando todo mundo estava chegando”, e o crescente avanço das edificações e casas no núcleo urbano de Sorriso. Esse contingente de migrantes opera como uma força que impulsiona o crescimento: “O lugar era promissor, tu passava ali tinha uma casinha sendo erguida, no lado tinha outra com quatro paus cravados, era gente chegando, querendo morar, querendo comprar, viver a vida e ganhar dinheiro, por isso está desse jeito em 21 anos” (Luis Picolotto, chacareiro, 24/06/2008).

Assim as chácaras, enquanto núcleos de produção de alimentos, vão surgir da própria demanda da cidade. Por ser longa a distância para chegar produtos como carnes, hortaliças, feijão, lácteos e derivados, alguns agricultores começam a fazer isso, primeiro vendendo de forma direta nas residências e pequenos estabelecimentos, na feira do produtor e, depois, entrando também nas redes de supermercados e, ainda como acontece nos últimos quatro anos, com o caso do frango, o início de processo de integração vertical com empresas do setor:

Quem vinha para Sorriso na época [1997-2000], tudo o que fazia dava. Se você fizesse pastel e fosse vender na rua, fazia tua vida. Tudo o que tu começava na época você conseguia. O caldo de cana aqui em Sorriso é coisa das que mais vendia (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/2008).

Esse aspecto de “precisão” das chácaras como unidades fornecedoras de alimentos é evidenciado no caso de fornecimento de hortaliças e legumes para o meio urbano. Atualmente somente quatro produtores fornecem esse tipo de produto. Dois deles foram entrevistados na pesquisa. O que motivou agricultores vindos do Sul a colocar hortas? Célio Vilarin relata que migrou pensando em colocar um negócio próprio, na cidade de Sorriso (um bar e restaurante); já Rodrigo Pedó objetiva trabalhar de peão em fazendas da região, isto no ano de 1999. A chácara

e também o ramo da horticultura veio de um conselho de um dono de supermercado (“conhecido”) da cidade de Tapurah MT:

Eu e ele, depois de Tapurah este cara do mercado, além do mercado, ele tinha uma horta para este mercado que nem a minha assim. Eu fui lá ver, e um primo que tem imobiliária e o negócio dele era vender terra e ele disse: porque tu não compra um pedaço de terra e monta uma horta? (Rodrigo Pedó, chacareiro, 05/06/2008).

Esse conselho vindo de “alguém da sociedade” instigou os dois, que foram conhecer pequenas hortas instaladas no município e, ao adquirir a chácara na “margem” da cidade de Sorriso com 3,8 ha vão iniciar o desenvolvimento desta atividade. “Ganhamos muito dinheiro, que pagamos todo o investimento da chácara e os equipamentos em seis meses” (Célio Vilarin, chacareiro, 08/05/2008). O caso da atividade das hortaliças é representativo, pois se trata de produto perecível, cujo transporte de outras regiões era de pouca viabilidade.

A “construção da sociedade” com base numa visão de desenvolvimento e de urbanização em sua dimensão coletiva é identificada na população local, que parece estabelecer em cada fase deste processo um relativo mapeamento das necessidades da cidade. As pessoas parecem saber exatamente “o que está faltando” e se há uma demanda: por exemplo, de mão de obra na construção civil, se faltam fornecedores de produtos alimentícios, que tipo de serviços a cidade ainda necessita e, associado a isto, o migrante realmente “útil” à cidade. Este fato produz um “chamamento” a determinados “tipos” específicos de migrantes. O caso dos chacareiros que trabalham com hortaliças é um caso onde a sociedade buscou suprir sua demanda, por isso mesmo viabilizou seu estabelecimento.⁷

⁷ Este fato do “chamamento” segundo a identificação das capacidades dos possíveis migrantes foi verificado também na minha própria relação com os entrevistados. Os migrantes contatados definem que no momento atual pelo qual passa a urbanização, há

Outro fator importante em se tratando de chácaras que as faz estar numa relação direta com a cidade é a questão do espaço geográfico. Conforme a cidade cresce, haja vista um novo loteamento urbano, ocorre um aumento da pressão imobiliária sobre as áreas das chácaras. Observando o caso das chácaras do Rodrigo Pedó e do Célio Vilarin, cuja soma da área é de 3,8 ha, atualmente as suas chácaras que foram divididas se localizam dentro do Bairro São José, ou seja, área considerada urbana incluindo o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Eles se tornam chacareiros em 1999 e naquele momento este bairro, que é um dos mais distantes do centro da cidade, nem existia. O caso da chácara do Luis Picolotto que está localizada a seis quilômetros do centro da cidade, na saída da rodovia MT-242 que vai em direção a Boa Esperança, há um novo loteamento urbano sendo vendido que fica a 1.500 metros da chácara. Os entrevistados comentam que havia muitas chácaras que já se transformaram em terrenos urbanos nos últimos anos. E mesmo as que não se transformaram resistem a uma alta valorização imobiliária que impressiona. Antonio Theobaldo relata que adquiriu em 2002 a chácara de 12 ha por R\$ 25 mil. Hoje já ofereceram até R\$ 800 mil. As chácaras de Rodrigo Pedó e de Célio Vilarin em 1999 adquiridas juntas custaram R\$ 21 mil. Atualmente somente a de Rodrigo Pedó de 1,8 ha pode ser vendida por R\$ 150 mil.

Alguns outros aspectos vêm alterando e preocupando alguns chacareiros que mantivemos contato. No caso, a venda para os supermercados facilmente realizada até os anos recentes, de produtos como hortaliças, carnes, embutidos, mandioca, começa a sofrer a concorrência dos produtos “de fora” comercializados por grandes empresas do setor atacadista que circulam na região e “fecham” contratos com as redes de supermercados.

Outro fator considerado pelos chacareiros é a dificuldade que “pequenos” estão tendo para adquirir insumos para desenvolver as atividades. Cito como exemplo produtos utilizados na produção caseira de ração para as criações de suínos, aves e bovinos, como milho e soja

uma necessidade de pessoas capacitadas com maior grau de escolaridade, sejam profissionais liberais, administradores, agrônomos, engenheiros e professores universitários.

em grão, ou os resíduos e subprodutos destes grãos nos armazéns. Lucas Cancian relata que as empresas processadoras de grãos da cidade, e mesmo as cooperativas não se interessam em vender quantidades menores do que 100 sacas de milho. Sobre os subprodutos do processamento e limpeza da soja e do milho que também poderiam ser utilizados para ração, segundo o chacareiro, os fazendeiros compram praticamente tudo, visando alimentar as criações de animais em suas fazendas. No caso dos insumos estão considerados, especialmente, os adubos orgânicos provenientes das criações de aves em sistema de integração.

1.2.2 | Os assentamentos rurais

A década de 1990 demarca um grau de urbanização crescente nas cidades que margeiam a BR-163, o aumento de produtividade, que em parte contribui para explicar o grande crescimento demográfico desta microrregião. No entanto, há outro fator que deve ser analisado que são os projetos de assentamentos de Reforma Agrária. A possibilidade de acesso à terra atrai famílias de migrantes do Sul do Brasil, bem como produz um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio estado do Mato Grosso.

O Estatuto da Terra estabelece a base legal da política de colonização (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966), considera a colonização “toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (IANNI, 1979, p. 57). Dentre os destaques de áreas consideradas prioritárias para estas políticas de ocupação estariam “regiões ainda em fase de ocupação, carentes de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras. Nas décadas de 1970 e 1980 predominaram os projetos de colonização conduzidos pelas empresas privadas” (SANTOS, 1993; IANNI, 1989) que vão estruturar os fluxos inicialmente do Sul para o Centro-Oeste e Norte do País. De alguma forma, estes projetos construíram um novo ordenamento fundiário no caso

do Mato Grosso, realocando populações existentes e estabelecendo, nas mesmas áreas, outras. Esta política de ocupação com base das propriedades familiares parcelares era acompanhada por políticas que incentivavam o latifúndio e grandes empresas agropecuárias, que em grande medida acabaram “absorvendo” estas primeiras, devido à precariedade de condições vividas pelas famílias na maioria dos assentamentos.

As desapropriações para fins de Reforma Agrária empreendidas pelo Estado brasileiro vão ter nova ênfase na década de 1980 e ganhar destaque expressivo, pelo menos do ponto de vista numérico (número de famílias assentadas), na segunda metade da década de 1990. A tabela abaixo traz uma radiografia dos projetos e respectivo número de famílias assentadas no período de 1986 a 2003 no estado do Mato Grosso:

Tabela 3 | Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)

Período	Nº de projetos	Nº de famílias
1986- 1991	25	4.247
1991-1996	77	15.040
1996-2001	189	35.493
2001-2003	34	4.450
TOTAL	325	59.230

FONTE: Superintendência do Incra do Mato Grosso, tabulações Nepo Unicamp – 2003. Adaptadas pelo autor (incluindo os dados da Intemat, Incra e Projeto Casulo.)

O que explicaria o crescimento de 136% no número de famílias assentadas na segunda metade da década de 1990 nestas regiões? Para responder de forma mais adequada esta questão, mesmo que ela não seja a central deste trabalho, é necessário observar a conjuntura nacional sobre o tema da Reforma Agrária nessa década. O aumento do número de famílias assentadas, que corresponde a 35.493 famílias, verificado de 1996-2000 está relacionado diretamente à política governamental de Reforma Agrária levada a cabo especialmente no governo FHC. Com base nos dados atualizados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 1995-2002, o governo de FHC desencadeou 5.100

projetos beneficiando 423.813 famílias⁸ (LEITE; MEDEIROS, 2004, p. 45). Dessa quantidade, 35% se localizaram na região Centro-Oeste. Isto em suma situa os dados elencados acima sobre os assentamentos na região de estudo (REYDON; PLATA, 2006). A pressão dos movimentos sociais do campo na década de 1990, em meio a um conjunto de conflitos e massacres (com destaque a Curumbiara em Rondônia em 1995 e Eldorado dos Carajás no Pará em 1996), a Marcha dos Sem Terra em 1997 e mais um conjunto de ocupações são fatos que demarcam a luta pela terra e desencadeiam ações nas desapropriações como uma resposta a esta mobilização social. As regiões onde ocorreu maior tensão social, devido às ações de ocupação e conflitos entre fazendeiros, posseiros e outros agentes, são os espaços onde vão estar localizadas as “manchas” de assentamentos, fato também identificado no Mato Grosso (LEITE; MEDEIROS, 2004).

A tabela a seguir traz os dados dos assentamentos na microrregião do Alto Teles Pires e alguns municípios de outras microrregiões do norte do Mato Grosso relevantes para situar as trajetórias das famílias assentadas e suas relações sociais:

Tabela 4 | Número de famílias assentadas dos municípios por microrregião e ano de criação

Município	Microrregião	Número de famílias assentadas	Ano de referência da desapropriação
Sorriso (A) – Boa Esperança	Alto Teles Pires	177	1999
Sorriso (B)	Alto Teles Pires	271	2001
Sorriso (C)	Alto Teles Pires	25	1999
Nobres **	Alto Teles Pires	25	1999
Nova Ubiratã	Alto Teles Pires	699	1997-1999
Nova Mutum	Alto Teles Pires	622	1999-2001
Feliz Natal	Sinop	450	1997

8 É importante observar que os dados sob número de famílias assentadas incluem neste período as famílias vinculadas ao Programa Banco da Terra, cuja característica principal é a concessão de crédito aos beneficiários (individuais ou associações) para a aquisição de terras no mercado.

Município	Microrregião	Número de famílias assentadas	Ano de referência da desapropriação
Tapurah	Alto Teles Pires	2.485	1992-1999
Tabaporã	Arinos	1.080	1997-1999

FONTE: Superintendência do Incra/MT, tabulações especiais Nepo-Unicamp, ano 2003. Adaptada pelo autor.

Os dados da tabela incluem informações, especialmente da microrregião do Alto Teles Pires, situando o município de Sorriso com três assentamentos. As famílias computadas na tabela como Sorriso-Boa Esperança são referentes ao assentamento Santa Rosa II, cujo ano de referência de desapropriação é 1999 com o dado inicial de 177 famílias divididas na respectiva quantidade de lotes. Os dados a seguir, referentes a Sorriso (B), trazem 25 famílias do Projeto Casulo⁹ implantado nesse município no ano de 1999, nas proximidades da BR-163; os dados sobre Sorriso (C) abrangem o Assentamento Jonas Pinheiro, com 110 famílias situado nas margens da BR-163 a 30 km da cidade de Sorriso indo na direção norte do estado do Mato Grosso. Esse dado abriga ainda outras famílias assentadas no município de Vera, totalizando 271 famílias com o ano de referência em 2001, visto que os dados por vezes computam essas famílias na microrregião de Sinop. Os dados referentes ao município de Tapurah abrigam um conjunto de assentamentos implantados no período de 1993-1999, totalizando 2.485 famílias, dentre os quais estão projetos de assentamentos situados nos municípios de Itanhangá com 1.050 e Ipiranga do Norte com 674, emancipados em 2000. Cito ainda outros municípios da região como Nova Ubiratã, que abriga o assentamento Piratiniga situado à 160 km da cidade de Sorriso e a 20 km da sede do distrito de Boa Esperança, implantado

⁹ O Projeto Casulo é uma modalidade descentralizada de assentamento do Incra, realizada em parceria com os municípios para a exploração agropecuária, e visa o aumento da oferta de alimentos no mercado regional. A iniciativa de aderir ao Projeto Casulo parte do próprio município, que identifica a demanda e indica os beneficiários em potencial e a área a ser utilizada, além de buscar parcerias para viabilizar assistência técnica e capacitação das famílias assentadas. Disponível em: <http://www.maurolemes.com.br/balancoreformaagraria.htm>, acesso em 8 de dez. de 2008.

em 1999 com 170 famílias. O município de Tabaporã compõe esta tabela, pois abriga os assentamentos Mercedes I e II com um número expressivo totalizando 1.080 famílias no período de 1997-1999. Esse assentamento foi mencionado por seis casos nas narrativas dos entrevistados enquanto parte do universo social ou mesmo como “uma nova possibilidade”, como veremos adiante neste trabalho.

Além da expressiva concentração de projetos e respectivas desapropriações centradas em um curto período de tempo nestes municípios, outros elementos-chave devem ser considerados na política de Reforma Agrária vigente, a fim de construir a relação com o processo migratório que é foco deste estudo. Cito três pontos que são estruturantes na definição dos agentes que estarão compondo atualmente os projetos de assentamentos. O primeiro é de cunho mais operacional nas políticas de acesso à terra, que foi chamada “descentralização do processo de reforma agrária”; o segundo está relacionado com a espacialidade dos próprios projetos de assentamentos rurais que chamo aqui de assentamentos na fronteira e o terceiro é a constituição dos assentamentos como mecanismo de alívio de tensões sociais:

a) A descentralização do processo de Reforma Agrária – Os estados e principalmente os municípios, através de conselhos municipais, passam a ter a meta de decidir sobre os assentamentos e sobre as terras a serem compradas. Também serão os responsáveis pelo cadastramento e seleção dos beneficiários. A justificativa para tal alteração estaria na incapacidade do Incra com sua estrutura, dar conta dos projetos em andamento; um segundo aspecto estaria em “despolitizar” a questão agrária, buscando retirar o MST da mediação entre assentados e o Incra (LEITE; MEDEIROS, 2004).

Que relação tem esta medida com o processo migratório deste estudo? A partir do momento em que os mecanismos decisórios (cadastramento, seleção de beneficiários, divisão dos lotes e recursos) sejam operados pelas instâncias locais se ampliam as possibilidades para os migrantes do Sul nos assentamentos rurais desta região do Mato Grosso. Os espaços institucionais locais, Conselhos Municipais, associações de assentamentos e órgãos, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e administrações municipais (nos casos de Sorriso, distrito de Boa Espe-

rança e Ipiranga do Norte), são ocupados por “sulistas” que operam sobre o tema observando mecanismos de distinção presentes no seu *habitus*; além disso, dispondo deste poder deliberativo nestas instituições abrem espaços para integrantes de sua rede social (conhecidos do local de origem, amigos, parentes) para o acesso à terra e aos recursos.

b) Os assentamentos na área de fronteira – A maioria dos assentamentos criados neste período baseados no critério da “área improdutiva” são estabelecidos em áreas de vegetação nativa, seja do bioma Cerrado ou Amazônico. Na dinâmica do mercado de terras, mesmo que as áreas estivessem sendo utilizadas para especulação fundiária, se comparadas às áreas “abertas” ou em processo produtivo, o valor pago para a aquisição pelo governo era menor. Sobre esse aspecto, o assentado Ildo Coraza, de Ipiranga do Norte, conta como isso ocorreu:

As terras de escritura aqui valiam ao redor de três a quatro sacos de soja por hectare. Depois, quando o Incra entrou por aqui e começou a assentar gente, as fazendas com medo da Reforma Agrária começaram a “abrir” as delas. E aí, com o medo que o Incra trouxesse gente e que depois fossem invadir as terras, eles começaram a mexer. Aí foi rápido (Ildo Coraza, assentado, 02/07/2008).

A narrativa do assentado sobre o caso do município de Ipiranga do Norte, paralelamente, indica que a demanda efetiva por terras dos assentados, que se materializa nas ações de desapropriação pelos agentes do Estado, fato que alavanca o preço das terras nesta microrregião. Neste sentido, o caso é expressão de uma questão estrutural levantada por Reydon e Plata (2006) ao tratarem da relação de mercado de terras e as políticas de Reforma Agrária no Brasil:

Os mercados de terras brasileiros são caracterizados por profundas desigualdades estruturais, com uma grande área de terras, oferta fixa, concentrada em poucos proprietários que exigem preços altos para se desfazer de suas propriedades.

Por outro lado, a demanda efetiva de terras está formada apenas pelos agentes econômicos que podem bancá-la economicamente, tais como agricultores que produzem para o mercado, especuladores e o Estado que compra para os projetos de reforma agrária (REYDON; PLATA, 2006, p. 34).

O assentamento Santa Rosa I compõe esta realidade do mercado de terras, onde o proprietário percebe a valorização crescente das terras a partir da criação do assentamento Santa Rosa II, associado ao início da ocupação da área por posseiros e agricultores antes da desapropriação legal e a abertura do Cerrado nas fazendas vizinhas. Este processo valorizou ainda mais a fazenda e, desta forma, o proprietário exigiu valor maior para a desapropriação. Alguns assentados afirmam que a ocupação da área foi incentivada pela Incra e pelo proprietário visando essa valorização. Agricultores de outras regiões, especialmente do Sul do Brasil, vieram e adquiriram posses dos ocupantes anteriores e começaram a investir, construir e plantar na área, mesmo sabendo, que estava ainda em processo de desapropriação. Esse problema se arrasta e ainda não teve uma solução definitiva encaminhada.

c) Assentamentos como alívio de possíveis tensões sociais – Não é novo nas discussões sobre a questão agrária, tratar sobre os assentamentos baseados nos projetos de Reforma Agrária como mecanismo para aliviar tensões sociais, decorrentes de processos que vêm sendo manifestados em outras regiões (LEITE; MEDEIROS, 2004). A política agrária de Fernando Henrique Cardoso foi no sentido de distribuir a paz social, ao mesmo tempo, atenuando e reduzindo os conflitos e confrontos sociais que têm a disputa pela terra como causa. A própria base inicial de agricultores que fundaram os assentamentos que originaram Lucas do Rio Verde (SANTOS, 1993) e depois Ipiranga do Norte (como veremos adiante) dentre outros aspectos foram “recrutamentos” realizados e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul em momentos históricos com intenso conflito naquele estado.¹⁰

10 Para mais informações sobre este tema ver também Ianni (1979, p. 19-25).

A partir do trabalho de campo foi possível verificar empiricamente quem seriam os “pequenos” proprietários dos assentamentos e identificamos três grupos principais: o primeiro é um grupo já migrante para o Mato Grosso nas décadas anteriores e por uma série de questões vendem seus lotes e “vão adiante”. A heterogeneidade desses casos perpassa desde questões que envolvem problemas na aquisição de terra, os agricultores que “quebraram”, os que venderam e buscam no assentamento recomeçar e ampliar seu patrimônio; um segundo grupo oriundo de pequenos agricultores que venderam suas terras no Sul do País e migraram ingressando no assentamento, ou ainda perpassaram em suas trajetórias pelo trabalho “de peão” visando acumular algum capital para posteriormente tornarem-se proprietários de um lote de terra; e um terceiro grupo formado pelos posseiros que, em geral, eram expulsos das áreas por eles ocupadas no estado do Mato Grosso, ex-garimpeiros e trabalhadores que se empregavam na abertura de áreas para lavoura. Em suma, contingentes populacionais diversos de várias regiões estarão presentes na fronteira e visualizam os assentamentos como possibilidade de melhoria de vida e acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar.

1.2.2.1 | O distrito de Boa Esperança e o assentamento Santa Rosa

A *vila*¹¹ Boa Esperança é distrito do município de Sorriso. Esta *vila* formou-se e foi projetada há 15 anos pela colonizadora Sorriso, cujo proprietário era o senhor Alberto Frâncio. A vila inicialmente foi projetada nas proximidades da localidade de Palmitos, que fica a 30 km do local atual (ver mapa em Anexo 1). O objetivo da colonizadora com o projeto urbano era comercializar os lotes daquela Gleba antes das demais áreas a serem vendidas, pois eram mais distantes, observando a referência do Posto Gil na BR-163. Desta forma, a ideia de construção de uma sede (*vila*) produz um imaginário coletivo de que a região “irá desenvolver” e num curto espaço de tempo quem migrar para este local terá acesso aos equipamentos e serviços (educação, saúde, estradas). Vendidas estas áreas, a proposta de sede foi alterada. Em 1986 o projeto da sede do

11 Designação utilizada pela população local para a sede do distrito de Boa Esperança.

distrito passará para o local onde é a sede do distrito de Boa Esperança atualmente (BEUTER, 2000).

Dessa forma, a existência de um projeto de sede urbana, de uma cidade, com uma área loteada, com ruas abertas e distribuição de terrenos aos supostos novos moradores e início de alguns empreendimentos como pequenos supermercados, posto de combustível e armazéns são importantes. Mais que um interesse objetivo em desenvolver cidades, a ideia de uma vila e cidade próximas, ou seja, os desenvolvimentos associados à ideia da urbanização criam as condições para que os migrantes venham investir e trabalhar nesta nova área.

Em suma, há três momentos marcantes na história de Boa Esperança após sua fundação: a) a formação da Cooperativa Agropecuária Mista Boa Esperança (Coambe), que vai garantir a primeira unidade de armazenamento de grãos, o acesso ao crédito nos bancos e garantir a compra de insumos para a correção do solo dos agricultores pioneiros; b) a demarcação e povoamento de áreas pelos projetos de assentamentos Santa Rosa e Piratininga (hoje pertencente ao município de Nova Ubiratã, mesmo ficando a 18 km da sede do distrito) comportando juntos quase 400 famílias em uma área de aproximadamente 40 mil hectares. Isso movimentou a *vila* atraindo e criando possibilidades para muitas famílias e assim, consequentemente, “fazendo desenvolver” a sede do distrito com a construção de casas, novas famílias que investiram nos lotes; c) o desencadeamento do processo de emancipação de Boa Esperança no ano de 2004, que gerou expectativas de uma cidade que “iria crescer” e assim, conforme apontaram os entrevistados, as pessoas migraram para o distrito e começaram a investir. Como o processo de emancipação acabou sendo negado posteriormente, isto abalou esta expectativa de desenvolvimento.

A área do assentamento Santa Rosa se localiza ao lado da sede do distrito e, por isso, a maior parte das famílias assentadas possui residência *na vila*. A área do projeto de assentamento era uma única fazenda que entrou em processo de desapropriação em duas etapas (Santa Rosa I e II). A primeira foi desapropriada e vendida pelo proprietário ao Incra que, posteriormente, realizou o loteamento (Santa Rosa II). Para essa área já em 1996 com os boatos circulando sobre a possibilidade de cria-

ção de um assentamento, de forma espontânea várias famílias migraram para a área criando uma ocupação prévia.¹²

Observando este caso dos assentamentos, a ocupação ocorreu entre dois a três anos antes por agricultores do Sul, e posseiros reivindicam o direito de posse nos projetos de assentamento, ou nas áreas em desapropriação pelo Incra. O “estar ali” no sentido de tomar a posse para estas famílias era percebido como um indicativo para quem era demandante, tinha maior necessidade de terra e assim, por sua vez, o Incra faria posteriormente a regularização desta posse. As negociações do Incra com o proprietário, a avaliação da área, a demarcação dos lotes e a avaliação com a “entrevista” dos inscritos e ocupantes da área ocorre de 1997 até 2000; o assentado Carlos Jackobsen, que foi presidente de associação do assentamento Santa Rosa II, comenta a luta pelo reconhecimento da posse nos lotes por parte daqueles que já tinham ocupado a área: “O superintendente falou: Pelo certo todos deveriam sair de cima da terra, aí ele botaria a equipe para medir o assentamento e aí fazer o sorteio de novo. (...) Disse para ele, mas de que jeito, agora que abrimos os lotes e tão aí, e vocês vão querer tirar o pessoal para depois fazer o sorteio!” (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008). De fato, esta luta rendeu resultados no assentamento Santa Rosa II, criando condições de acesso à terra para esse primeiro grupo de famílias.

O assentamento Santa Rosa II possui 16.937,35 ha divididos em 177 lotes que variam de 70 ha a 100 ha cada um. A desapropriação ocorreu em 1999, sendo que desde 1997 havia posseiros e ocupantes nesta área, após surgir o boato que a fazenda poderia ser desapropriada. Em tese seriam 177 famílias que constam nos cadastros, porém, como é verificado nas entrevistas e observações estes dados não correspondem à realidade, pois por trás deles escondem-se as vendas de direito de posse e outras vendas posteriores, sendo que o sujeito que adquire fica com

12 A reclamação por este direito de posse pressupõe a ocupação da terra pelos pretendentes que iniciam o processo de trabalho nesta terra (derrubada e cultivo, por exemplo), antes mesmo do seu reconhecimento pelas instâncias oficiais. Neste sentido, esta prática de reconhecimento do direito de posse foi operada na fronteira na década de 1970 pelos órgãos oficiais como o Incra (IANNI, 1979).

um contrato de compra e venda em mãos. Além disso, escondem-se os arrendamentos e a articulação conjunta da família nos lotes, onde uma família pode ter, por exemplo, três lotes, sendo registrados no nome de diferentes membros da família (pai, outro do filho, e outro de um terceiro), mas na prática operam como se fosse somente uma só unidade de produção (EMPAER – Escritório de Boa Esperança).

1.2.2.2 | O caso de Ipiranga do Norte

O surgimento do atual município de Ipiranga do Norte está diretamente relacionado aos assentamentos implantados nesta região no período de 1992 a 1999. Nesse período, conforme apontamos na Tabelas 4, no município de Tapurah foram assentadas 2.485 famílias em 12 projetos. Dois destes projetos, Itanhangá e Ipiranga do Norte, se tornam distritos cujas sedes destes é exatamente as agrovilas de assentamentos. Na Tabela 5 estão relacionados os dados referentes aos assentamentos que constituíram o município de Ipiranga do Norte:

Tabela 5 | Relação de assentamentos, área total e famílias assentadas em Ipiranga do Norte (MT)

Assentamento	Área (ha)	Número de famílias	Criação
Eldorado I	34.048	351	Res. 075/12/12/93
Santa Irene	2.846	50	Port. 097/13/11/97
Mogiana I	2.333	37	Port. 118/31/12/97
Furnas III	3.434	43	Port. 005/23/01/98
Bogorni	3.750	50	Port. 109/28/12/98
Mogiana II	1.633	22	Port. 110/28/12/98
Cristalmel	3.493	50	Port. 111/28/12/98
Santa Luzia	3.045	71	Port. 015/24/02/99
Total	57.582	674*	—

* Os dados oficiais operacionalizados pelo Incra consideram o número de famílias igual ao número de lotes em cada projeto de assentamento.

Fonte: Relação nominal de assentamentos criados pelo Incra (MT), 2001 (TANNURY, 2003, p. 99).

A agrovila do assentamento Eldorado I foi formada inicialmente por famílias que estavam acampadas em diversas regiões do Mato Grosso na luta pela terra. São partes iniciais deste projeto, conforme Tannury (2003), famílias excedentes do assentamento Coqueiral no município de Nobres, que, após permanecerem acampadas durante três anos em condições precárias são deslocadas pelo Incra para este novo projeto. Este grupo é formado por 70 famílias originárias do Rio Grande do Sul (no Capítulo 3 retornaremos ao caso deste grupo). Dos municípios de Sorriso são mais 42 famílias, de Lucas do Rio Verde, 42 famílias e 70 famílias de Tapurah. Agregam-se ainda mais 19 famílias do acampamento Pedra Preta, que estava localizado nas proximidades de Rondonópolis.

1.3 | “NO LUGAR CERTO, NO MOMENTO CERTO” – BUSCANDO TERRA E TRABALHO

Uma das questões que permeiam as discussões sobre o processo migratório está relacionada ao tipo de inserção dos migrantes no novo espaço. O que é levado em conta por parte dos atores migrantes na definição não é somente a atividade produtiva e de geração de renda e do próprio local de residência. No caso dos deslocamentos foco deste estudo, como é avaliado pelos que migram o local onde será estabelecida a nova unidade familiar? Nas narrativas dos assentados foi recorrente a análise do momento de migrar, e do local para onde se pretendia migrar, que foi traduzido na narrativa de Lauro Marchiori: “aqui no Mato Grosso temos que estar no lugar certo no momento certo” esta afirmação vem associada à observação de oportunidades de produzir a mobilidade social, ou acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. No caso do conjunto das famílias, isto está associado ou ao acesso à terra e sua valorização, ou ao trabalho agrícola em fazendas e cidades em crescimento e, em alguns casos, ao ofício de caminhoneiro.

Por outro lado, observar as definições deste momento e lugar certo indicam uma dinâmica do desenvolvimento associada à expansão da fronteira, no sentido da avaliação que se expressa nas narrativas do “cheguei atrasado, deveria ter vindo cinco anos antes” ou “agora está

bom lá para frente”. Estes conjuntos de informações, de oportunidades de trabalho, projetos em andamento, situação dos assentamentos, circulam nas redes sociais às quais estas famílias estão relacionadas, o que mantém, potencializa ou restringe determinado fluxo migratório. As formas de circulação destas informações, as trocas de recursos, o ato de acionar a rede na migração e a construção destas redes estão presentes no Capítulo 3 deste trabalho.

1.3.1 | Acesso e valorização das terras

“E eles iam para lá e diziam: piá, vai para lá, lá é bom e é barata as terras. Três lotes por R\$ 20 mil” (Lauro Marchiori, assentado em Ipiranga do Norte, referindo-se a 1995).

Perpassam as trajetórias deste grupo estudado à busca pela terra, ou ainda à busca por mais terra. Nos estudos sobre agricultura familiar, a terra é tomada como um dos pontos centrais na reprodução familiar. A terra é o meio de produção pelo qual, através do trabalho familiar, se pode obter a produção de autoconsumo, obtenção de renda e possibilitar as condições mínimas de acumulação de patrimônio visando à geração seguinte (filhos). Esta relação das famílias com a terra se constrói carregada de um conjunto de significados e representações. Para os colonos do Sul, a insuficiência de terras, os problemas relacionados à herança e à modernização conservadora colocam a migração como estratégia a fim de criar as condições de reproduzir novas unidades familiares a partir do acesso à terra: “A migração interna dos colonos, assim como a emigração de seus antepassados alemães, obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social” (WOORTMANN, 1995, p. 115). No Brasil este caminho deve ser situado dentro de um processo histórico, onde esta reprodução sempre esteve associada à migração para novas fronteiras e processos de expropriação de populações para novas áreas (MARTINS, 1981). Este fato pode ser identificado nos percursos das famílias de agricultores que por vezes saem de regiões do Rio Grande do Sul, perpassando diversas etapas migratórias até chegar ao Mato Grosso.

Migrar representa a possibilidade do acesso à terra, a disponibilidade de terra está na fronteira, o Mato Grosso é o lugar de oportunidade, que se traduz em uma busca pela autonomia, “no trabalhar no que é meu”.

A libertação da coerção do trabalhar para os outros ou do trabalho penoso¹³ está no acesso à terra e não necessariamente na migração. A migração é a possibilidade. Nas novas fronteiras, um elemento central no “chamamento” era a abundância de terras e nesta abundância não somente objetivando um lote inicial, mas com o espaço onde pode ser possível aumentar o patrimônio familiar através da compra de novas áreas (SANTOS, 1993). A propaganda também vinha associada a uma dimensão simbólica “do espaço”, característica do Cerrado. As terras “do chapadão, fáceis de trabalhar com o uso de máquinas” e estabelecer grandes áreas de lavouras. No entanto, esta terra é reconhecida como terra pobre, que necessita de “bastante adubo”, diferente “das terras de mata”, de onde geralmente as famílias viviam antes de migrar para o Mato Grosso.¹⁴ O simbólico da modernização agrícola na fronteira associa à própria paisagem a possibilidade “de crescer”, com imaginário social para os camponeses de que as futuras gerações terão acesso à terra e condições de progredir. É a representação do espaço supostamente vazio, que passará a ser incorporado, é onde vai ser estruturado o espaço social em conformidade com uma visão de mundo destes atores (ZART, 1998). No comparativo com a situação do Sul antes de migrar, entram em cena relatos associados à insuficiência de terras e às condições das áreas “de morro, pedregosas, onde nem tudo dava para plantar”:¹⁵

Aí eu vim visitar eles e achei a terra bonita, vi que tinha o espaço, lavoura e tudo e pensei assim, fiquei três dias aqui

13 No Capítulo 3 abordamos a questão do trabalho, referido aqui de forma breve.

14 Sobre o processo de “estranhamento” quanto do novo ambiente, no caso dos parceiros de Lucas do Rio Verde, ver Zart (1998, p. 155-157).

15 Estudos sobre regiões de agricultura familiar do Sul do Brasil demonstram que uma das estratégias dos agricultores visa à mecanização das terras de roça. Retirar as pedras, fazer terraceamento, drenagens de banhados são técnicas utilizadas visando ao máximo aumentar a área cultivada nos anos recentes. Para mais sobre este tema ver Tedesco (1999).

e, voltei, fui buscar a mulher para conhecer aqui. Aí já vim e comprei um lote aqui e dali 30 a 60 dias comprei o outro pro rapaz. E o importante é que hoje já temos quatro lotes (Afonso Hartmann, assentado, 18/06/2008).

O pai veio antes olhar. Aí ele se agradou das terras, mas também era tudo plano! E lá onde morávamos era tudo ladeira (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008).

Não tinha como crescer, se eu quisesse colocar mais vacas de leite não tinha espaço. (...) para ganhar mais dinheiro não tinha mais espaço para mim (Camilo Bortolli, assentado, 03/07/2008).

Eu vim para cá com este fim. Porque eu sabia que no Mato Grosso tinha espaço (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

A insuficiência de terras é apontada por 15 entrevistados, como ponto gerador de uma condição de crise que tensionou os mesmos para migrar. Outros 10 casos fazem menção ao local de origem, ou local anterior onde residiam como local onde havia “falta de espaço”. A partir da unidade produtiva, estas famílias percebem que a quantidade de área de terra que possuíam como fator limitante para o aumento da produção de acordo com o tipo de atividade agrícola desenvolvida. Assim, a estratégia identificada para gerar aumento da renda familiar está associada à busca por “mais terra”. Os casos de Lauro Marchiori e de Camilo Bortolli, expõem bem este fato. O primeiro relacionado a pouca quantidade de terra para lavoura com cultivo de soja e milho e o segundo, observando a atividade da pecuária leiteira. A relação destas atividades produtivas parece estar associada ao aumento de escala e para tal o aumento de área agricultável como uma condição. Como o preço das terras praticado nas regiões de origem no Sul do Brasil se mantêm em níveis estáveis e elevados em relação a outras regiões do Brasil, ou

ainda não existe disponibilidade de áreas à venda, acessar mais terra nestas regiões se coloca como tarefa difícil de ser realizada.

No entanto, a reflexão sobre a insuficiência de terra deve estar situada no espaço social e, ainda, no contexto histórico ao qual se está fazendo referência. O assentado Ildo Coraza afirma que no Sul a área de terra “da família” era de 20 hectares e todos os membros (cinco irmãos) trabalhavam e viviam sobre esta área. No ano de 1986, ele casou-se e permaneceu morando na área observando o acordo com seu pai, que lhe dava direito de usufruir de quatro hectares para o novo casal. Outros dois irmãos mais novos e solteiros também trabalhavam com o pai. Logo, um deles casou-se e permaneceu sobre esta área “do pai” com o mesmo tipo de acordo que lhe dava direito de uso de outros quatro hectares. Neste sentido, desenvolve uma reflexão temporal sobre esta necessidade “de mais terra”:

Mas na época até com 5 ha ía. Porque meu pai com 20 ha criou nove filhos e casou todos, deu alguma coisa para cada um, não terra, mas casa, casamento e tal ele conseguiu. E hoje quem está lá com uma área de 20 hectares é pequeno e quase não sobrevive mais (Ildo Coraza, assentado, 01/07/2008).

Reflexão semelhante faz o assentado Lauro Marchiori, que ingressou na luta pela terra em 1979 no acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), devido à falta de terra, pois o pai tinha cinco filhos e dispunha de 20 hectares, naquela década: “Meu pai na época, com os mesmos 20 ha de terra, criou um monte de filhos. Hoje, com 20 ha como eu tinha, mal e mal dá pro casal se manter” (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

No comparativo, observa a realidade vivida por ele no Sul em 1997 e as informações que tem dos parentes que estão no Sul, considerando a dificuldade de famílias compostas pelo casal e um ou dois filhos se manter na agricultura, dispondo da mesma quantidade de área que seu pai tinha na década de 1970. Essa narrativa indica que a necessidade de mais terra, além da questão da herança, pode estar vinculada com

sistemas produtivos adotados na região que já envolve nesse período processos de modernização agrícola que se intensificam, especialmente, “nas terras vermelhas ou roxas” que são as mais planas e, assim, de maior facilidade para a mecanização dos cultivos.

As pesquisas que observam os deslocamentos dos agricultores para a fronteira citam a relação entre a venda da terra no Sul, geralmente pequena em termos das “colônias”, de modo a poder adquirir lotes maiores, mesmo nos assentamentos (até 100 ha) (GREGORY, 2008; SANTOS, 1993). Este ato carrega o elemento simbólico associado ao aumento da área mecanizada. Esta racionalidade, que objetiva ampliar o patrimônio na dinâmica das terras baratas, indica a possibilidade do agricultor ao dispor de mais terra poder aumentar sua produção, o que visa reproduzir seu grupo doméstico com melhores condições de vida para a família. No entanto, há outro elemento associado à busca por terras baratas: a perspectiva de valorização das terras. Chama a atenção, no caso dos assentamentos, o grau de valorização monetária, o preço praticado nos negócios. Veja alguns indicativos a partir do assentamento Santa Rosa II e Eldorado I:

Cristiano – Quanto você pagou aqui na época?

Eu cheguei aqui em 1999, por três direitos [210 ha] um paguei R\$ 1.150 (...) Quando foi o que vou te dizer, em 2002 a 2003 já era R\$ 35 mil a R\$ 40 mil cada lote (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008). Referente a 1999 a 2000, assentamento Santa Rosa II.

Três sacas por hectare deu R\$ 6 mil. O do Titi o mais caro que pagou foi duas sacas (Elton Rubin, assentado, 17/06/2008). Referente a 2002, assentamento Santa Rosa II.

E aqui as terras não valiam nada, mas agora vale muito. Se fosse no começo comprava. As terras de escritura aqui ao redor valia três a quatro sacos de soja por hectare. Hoje chegam a 180 sacas de soja (Ildo Coraza, assentado,

01/06/2008). Referente a 1992, assentamento Eldorado I – Ipiranga do Norte.

Paralelamente a esta valorização expressiva que chega a 1000 % (especialmente nos primeiros cinco anos) tensionam a venda do lote para novos compradores quando os assentados enfrentam dificuldades financeiras, como ocorreu no caso dos assentados do Santa Rosa II que acessaram o primeiro crédito rural (Pronaf “A”),¹⁶ o crédito de habitação e a rede de eletrificação rural somente em 2005-2006. Diante das dificuldades apresentadas, a pressão de compradores “de fora” aumenta:

Nesse novo contexto, a terra passou a fazer parte das carteiras de ativos dos agentes econômicos e a ser negociada em função das expectativas de lucros monetários de seu proprietário. Nesse sentido, não é estranho que muitos beneficiários da reforma agrária, ante a expectativa de não ter os recursos necessários (crédito institucional, tecnologia, preços adequados para seus produtos etc.) para explorar sua lavoura ou perante uma boa proposta de compra, decidam vender, formal ou informalmente, sua parcela de terra, fomentando dessa forma um processo de reconcentração da terra (REYDON; PLATA, 2006, p. 32).

Os assentados apontam que a média do preço atual dos lotes de terra gira em torno de 10 a 12 mil sacas de soja, ou convertendo nos valores praticados nesse mesmo período de maio de 2008, aproximadamente R\$ 350 a R\$ 400 mil por lote (80 ha a 100 ha) no caso de área de “terra velha”, ou seja, que já estão há mais de três anos em cultivo. Nesse sentido, o preço da terra nesses assentamentos pula de R\$ 100/ha para valores entre R\$ 3.200 e R\$ 3.500/ha, no período de nove anos. Destaco que esta expressiva valorização monetária da terra não é fato

16 Linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, destinada a assentados da Reforma Agrária.

somente no assentamento, mas acontece em todas as áreas de terra dessa microrregião nesse período.

No caso do Cerrado mato-grossense, os agricultores que migram para estas terras nos anos recentes sabem que, além da terra e do trabalho, terão que ter “o recurso”, ou seja, o capital (dinheiro, crédito, insumos, máquinas) a fim de “fazer agricultura e mexer com lavoura”. Nesse caso pressupõem o uso de um aparato tecnológico a fim de tornar a terra produtiva. Os custos para “abrir” a área, nesse período, conforme apontou o técnico da Empaer de Boa Esperança são os seguintes: para “abrir” o custo médio é de R\$ 300/ha e para a operação de enleirar R\$ 350. Depois dessas duas operações agrega-se a recuperação de solo com insumos cujo destaque é o calcário. O somatório para “deixar a terra pronta” chega a R\$ 1.500 a R\$ 1.800/ha, superando os valores do próprio lote nos primeiros anos. No caso destes assentamentos é comum o trabalho “para fora” como diarista nas fazendas visando dispor de recurso para estes investimentos. No entanto, transformar a terra bruta em terra de lavoura aumenta as expectativas de renda dessa terra, seu valor de mercado e a sua possibilidade de venda:

A liquidez da terra é um atributo muito apreciado pelos agricultores, embora eles utilizem a terra para produção. Mas isso não impede que olhem para sua propriedade como um ativo que proporciona certo nível de segurança para sua família ante qualquer imprevisto futuro (REYDON; PLATA, 2006, p. 35).

Não se trata somente diante de qualquer imprevisto futuro, como é o caso de problemas de saúde de membros da família, mas também a possibilidade de liquidez da terra, ou seja, a sua facilidade de venda (dispor de compradores), o que permitirá ao proprietário buscar novas opções no investimento, como foi o caso de Camilo Bortolli, que com o dinheiro da venda de um lote no assentamento Mercedes que recebeu como pagamento de dívida, investiu no estudo das filhas nas faculdades em Cuiabá. A possibilidade concreta de tornar a terra um ativo, mesmo que isto não se realize efetivamente vem expressa nas

narrativas que compõem os comparativos no momento da migração e hoje. O cálculo que vai ser referência para pensar estratégias de reprodução familiar inclui a terra atribuindo a ela os elementos simbólicos, “do estar na terra”, “mexer com lavoura”, mas, paralelamente, esta terra é contabilizada a partir de seu valor de troca no conjunto do patrimônio alcançado pela família: “Mas eu, faz seis anos que consegui um capital de um milhão de reais” (Antonio Theobaldo, chacareiro, 06/06/2008). Neste caso, está contabilizado o valor de R\$ 800 mil referentes à área de 10 ha da chácara em valores atuais.

Em conversa com o assentado Cássio Pascoali, do assentamento Santa Rosa II, ao fazer referência a seus irmãos que migraram para Lucas do Rio Verde a partir de 1983, quando com a venda das terras dos sítios no Paraná conseguiram adquirir área de assentados cada qual com três lotes e, depois, foram ampliando adquirindo outros. Um destes seus irmãos foi “comprador” no assentamento que funda o atual município de Lucas do Rio Verde onde vendeu os três lotes que dispunha em 1997 e comprou em Ipiranga do Norte. Trata-se de um entre tantos outros assentados que estavam em lotes no município de Lucas do Rio Verde e venderam estas áreas. Não porque “quebraram”, mas porque tinham áreas de 200 ha a 300 ha de terra que sofreram uma valorização abrupta nesse período, de meados da década de 1990 em diante. Os compradores nestes casos foram fazendeiros vizinhos e/ou agricultores oriundos do Sul do Brasil com maior disponibilidade de capital. Esse irmão adquire lotes de terra em outro assentamento e trabalha atualmente com 600 ha de lavoura incluindo as terras arrendadas em Ipiranga do Norte.

Estes fatos indicam que a dimensão da terra, os lotes em assentamentos e as chácaras são concebidos também como ativos financeiros de alta liquidez. Notoriamente esta concepção não deve ser compreendida na análise isoladamente, mas como resultado de uma confluência de fatores entre os quais se destacam: a) falta de capital financeiro e acesso limitado ao crédito institucional e à assistência técnica; b) temor de perda do lote por aspectos conflitivos no assentamento (posseiros, atitude dos funcionários estatais), forte apelo e interesse de potenciais compradores, sejam fazendeiros ou mesmo outros agricultores do Sul mais capitalizados (REYDON; PLATA, 2006). O relato do assentado

Roberto Trezz do assentamento Santa Rosa II sobre o período inicial do projeto descreve bem este fato:

Porque nós ficamos abandonados aqui este tempo, só em 2004 o Incra veio fazer a entrevista. De 1999 até 2004 ficamos abandonados, né (...) Aí as terras começaram a subir, e os caras queriam invadir, um queria vender o outro queria comprar e tal (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

Estas situações tensionam estes “pequenos” proprietários rurais para a venda da terra e faz estes agentes voltarem seu olhar “para frente”, onde com os recursos obtidos neste negócio, poderão empreender nova migração com vistas a “recomeçar”. A relação entre a possibilidade de venda da terra e a migração pode ser identificada também nos casos de agricultores que migraram nos anos recentes para o Mato Grosso. A dificuldade de venda da terra no Sul, ou seja, a possibilidade de torná-la um ativo financeiro que seria investido na compra de terra no Mato Grosso foi fator que retardou a migração em cinco das famílias estudadas. Camilo Bortolli, que migrou no ano de 2002 para Ipiranga do Norte, havia negociado a compra de um lote na região de Querência do Norte no ano de 1999, porém, sem a venda da terra no Sul, não dispunha de “recuso” suficiente para o pagamento do lote e “abertura” deste mesmo lote. Lauro Marchiori aponta, da mesma forma, a dificuldade de venda da terra que só se efetivou em 1997, isso associado a questões familiares, adiou a migração de sua família para o Mato Grosso planejada desde o ano de 1992.

1.3.2 | O trabalho agrícola – “os peões”

Eu conheço muita gente que veio de lá com pouco ou sem nada, trabalhou dois anos na fazenda e aí saiu o assentamento, tinha 25 ha de terra e hoje tem 300 ha (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

Outro componente presente nas trajetórias destes assentados e chacareiros é a passagem pelo trabalho “de peão”. A categoria peão designa o trabalho de empregado submetido a um patrão; designa acima de tudo o empregado agrícola, cuja local de trabalho, em geral, se vincula às fazendas; representa o trabalho não autônomo, ou dito em termos populares “trabalhar no que é dos outros”. Das 25 trajetórias enfocadas neste trabalho, 11 delas tiveram a passagem pelo trabalho agrícola (ver Quadros nºs 1 a 5).

Na medida em que a família nunca teve acesso à a propriedade da terra, ou na medida em que a família (tronco) não conseguiu acumular patrimônio para reproduzir a geração dos filhos em novas unidades domésticas, o trabalho de peão aparece como meio para esta finalidade. Situação semelhante também foi identificada no campesinato do Sul do Brasil, onde o trabalho temporário nas cidades (emprego urbano) foi o meio para, após alguns anos, “juntar algum dinheiro” e retornar às regiões de origem no meio rural e adquirir uma área de terra própria (DESCONSI, 2007).

Para refletir sobre as distinções sobre o trabalho agrícola, caracterizamos quatro formas de trabalho associadas à designação “de peão”:

1. A primeira forma é o emprego agrícola permanente, ou seja, o “peão fixo”. É aquele que recebe remuneração mensal e, por vezes, alguma forma de bonificação no fim da safra anual. Pode ou não residir nas fazendas com a família ou em local próximo e se deslocar até a fazenda que é o local de trabalho. Consideramos permanente, pois ele possui o vínculo de empregado, independente do ciclo agrícola.
2. A segunda forma de trabalho de peão é o chamado de safrista, o contratado para um determinado período do ciclo agrícola (plantio, colheita, por exemplo) com remuneração em geral por salário mensal naquele período, ou no caso de colheita, por porcentagem do produto colhido. Da mesma forma, observando o ciclo agrícola, uma parte dos trabalhadores é contratada por período de seis a oito meses, que coincide com o período da estação das chuvas que vai de outubro a abril. Nesse período é que são cultivadas as lavouras de soja, milho e algodão (principais culturas

- agrícolas desta microrregião). Terminado este ciclo agrícola, os trabalhadores são dispensados. Esta forma de trabalho engloba os trabalhos de operador de máquinas, motoristas de caminhões e carregadores especialmente.
3. A terceira forma de trabalho de peão é a empreita ou diarista. Neste caso entram em cena trabalhos sazonais, associado às práticas agrícolas: os trabalhos que envolvem a abertura do Cerrado, a atividade de “catação de raízes¹⁷”, carregamento e descarregamento de caminhões, trabalho nos silos e armazéns. O pagamento é feito em valor monetário no final da atividade desenvolvida.
 4. A quarta forma de trabalho que também compõe a designação de peão, mas por vezes também designação “de empregado”, são as atividades ligadas à formação das cidades e vilas. Os trabalhos de pedreiro (construção civil), em cooperativas de prestação de serviços e ainda de motorista são exemplos desta forma que possui remuneração por empreita ou pagamento diário. As duas especificações dos itens 3 e 4 são denominadas como “serviço”.

Esta tipificação, construída a partir das experiências vividas pelas famílias, visa compreender do que estamos tratando quando utilizamos o termo “peão”. Da mesma forma, é instrumento para compreender como e quando estas formas de trabalho foram acionadas pelos atores em suas trajetórias, bem como trazer indicações de mudanças que ocorreram no padrão de emprego agrícola nesta região.

Nas décadas de 1980 e 1990, consideradas de intensa migração visando áreas rurais na microrregião, destacam-se duas formas de inserção produtiva e busca por acesso a terra. A primeira forma são os casos de migrantes que tornaram-se proprietários de terra, pois carregavam em suas bagagens alguns “recursos” acumulados, ou foram beneficiados por políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento e acesso à terra;

17 A atividade de catação de raízes consiste no trabalho realizado após a derrubada da vegetação natural do Cerrado. Os primeiros revolvidos do solo com grade aradora expõem na superfície da área as raízes da vegetação que existia ali. Nesta situação são contratados trabalhadores para fazer a catação manual destas raízes na área, que são amontoadas e geralmente queimadas na sequência do trabalho.

a segunda forma eram grupos que entravam por Mato Grosso buscando trabalho agrícola. Nas trajetórias dos grupos estudados percebemos que o trabalho agrícola, “de peão”, se configurou como estratégia para acumular algum “recurso” visando o investimento, seja na compra de área (em assentamentos ou chácaras) ou ainda para investimentos iniciais sobre esse lote, na “arrancada” das atividades produtivas. Recorrente é observar que a busca por esta forma de acumulação no trabalho “para fora” seria uma das poucas possibilidades para os migrantes que são oriundos de unidades familiares do Sul, que não acumularam o suficiente para adquirir nova área de terra destinada aos filhos. No entanto, é possível relativizar esta afirmativa observando que cinco casos deixam a condição de “pequenos” proprietários de terras no Sul e rumam para o emprego agrícola no Mato Grosso:

Cristiano – E vocês, em 1987, como surgiu a ideia de vir para Mato Grosso, ouviram falar?

Todos viajavam para Sorriso e voltavam falando. Lá era a última esperança para os menos favorecidos. O melhor era trabalhar em fazendas, mas hoje não é mais assim. Ia trabalhar em fazenda ganhava dois salários por mês e 500 a 600 sacos de soja. Isso era a coisa mais comum que tinha. Aí você ganha moradia livre, os dois salários, dependia do combinado com o patrão. Foi ali que os meus irmãos começaram. O cara sobrava mais livre do que se produzia lá no Sul. A gente trabalhava no que era da gente, mas eles ganhavam muito mais trabalhando no que é dos outros. E isso foi uma coisa que até chamou nós para vim para cá (Sueli da Silva, chacareira de Sorriso, 21/05/2008).

A forma de trabalho agrícola “atrativa” no momento da migração (ano de 1998) estava associada ao emprego permanente nas fazendas, onde as condições permitiram juntar capital para, posteriormente, buscar o acesso à terra própria. Morar na fazenda evita investimentos iniciais de aluguel ou mesmo a construção de algum tipo de residên-

cia para morar; os salários mensais garantem a manutenção da família. Desta forma, o valor de bonificação, nesse caso medido em sacas de soja, recebido no final do ano ou do ciclo agrícola podia ser acumulado. O casal avalia entre o trabalhar “no que é da gente e no que é dos outros”. Buscar o trabalho de peão na sua forma de emprego permanente se configura oportuno, pois garante uma segurança em relação à renda mensal e à moradia. Mesmo assim, este trabalho de peão é encarado como uma fase, isto traduzido também na relação que se faz entre o trabalho de peão como “coisa para gente solteira ou casal novo que ainda não tem filho”. Outros quatro casos tiveram a entrada no Mato Grosso pelo trabalho de “peão fixo”:

Comecei como peão fixo de fazenda, que tinha muito serviço em Novo Barreiro (Ivo Patias, chacareiro de Sorriso, 04/06/2008). Referente a 1991-1995.

Entramos no Mato Grosso na fazenda do meu irmão, que precisavam de gente [peão fixo], e ai eles via nós naquela situação difícil no Paraná (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008). Referente a 2002-2004.

Era Fixo. Faziam de tudo, mas aí já eram peões fixos. Aí já não tinham de se submeter só àquele tipo de serviço [braçal] (Regina Cancian, filha de chacareiro, 27/06/2008). Referente a 1997-2003.

Tinha três salários na carteira e mais 300 sacas de soja por ano que depois subiu para 450. Era fixo (Enio Trento, assentado, 20/06/2008). Referente a 1998-2001.

Todos estes casos residiam nas fazendas onde trabalhavam, recebiam remuneração mensal entre dois a três salários e mais uma bonificação no fim da safra de soja, correspondente a 300 sacas. Neste sentido, os valores acumulados permitiram a Nelson Mariak e Antonio Theobaldo, por exemplo, adquirir a área de terra das chácaras no entorno da

cidade de Sorriso. No caso de Enio Trento e Cássio Pascoali, o recurso acumulado foi usado para a compra da terra própria; sendo que a primeira compra foi feita no município de origem no estado do Paraná e o segundo recurso na compra de casa e investimentos iniciais no lote no assentamento Santa Rosa II.

Outro elemento relevante, nestes casos que passaram pelo trabalho de “peão fixo”, é referente ao período em que isto acontece. A década de 1990 é o momento onde esta forma de trabalho agrícola se configura como possibilidade para estas famílias, o que coincide com o conjunto de elementos já referidos neste capítulo no pós-anos 1990:

Em 1992, se os caras enxergassem um branco, que aí identificariam de longe que vinha do Sul iam atrás para ver se não queria trabalhar para eles [os fazendeiros]. Os caras iam esperar na rodoviária nas linhas que vinham do Sul para trabalhar (Luis Picolotto, chacareiro de Sorriso, 26/06/2008).

A afirmativa remete ao período em que a família de Luis Picolotto migrou de Santa Catarina para Sorriso. A manifestação de preferência pelos migrantes do Sul (“brancos”) refere-se ao tipo de função dentro das atividades agrícolas nas fazendas. As famílias que passaram por este trabalho de peão fixo tinham como principal função ser tratrizista ou operador de máquinas. A permanência o ano todo na fazenda, também atribui outras funções a estes empregados permanentes, como a tarefa de manutenção e reparo de máquinas no período de entressafra, a atividade de desmatamento de novas áreas ou ainda a função de zelador ou caseiro nas fazendas.

Há nas fazendas hierarquias relacionadas com o tipo de serviço. A grande divisão se situa entre os trabalhos braçais e os de trabalhos com as máquinas. Neste caso, o serviço mais depreciado que é a catação de raiz é o mais referido; já no segundo, a atividade mais referida é de operador de máquina. No caso do grupo estudado há vários casos onde um membro da família (geralmente o homem) ou mesmo todo o grupo familiar trabalhou nas tarefas braçais, porém, logo foram “subindo” na hierarquia das atividades dentro da fazenda, chegando em alguns casos

a condição de gerente e administrador da própria fazenda, ou de setores produtivos específicos dentro dela. A família Cancian que migrou de Santa Catarina para Sorriso, em 1996, viveu esta situação. Na chácara estão as residências dos cinco filhos, sendo que todos possuem renda principal de outras atividades, ou seja, não oriundas da chácara. Um deles trabalha com transportes possuindo caminhões próprios; os outros quatro, são peões fixos, cuja função é de gerência e administração¹⁸ de setores em fazendas. Este conjunto de famílias “começou de peão” na catação de raízes e logo depois de dois anos foram chamados para outras funções na fazenda, como operadores de máquinas, e mais tarde chegaram ao cargo de administradores: “Porque na verdade eles já sabiam mexer com trator, não tanto como hoje aqui, mas sabiam. E aí, o patrão encaixou ele na fazenda e começaram a trabalhar” (Regina Cancian, filha de chacareiros, 27/06/2008).

As outras formas de trabalho “de peão” também são recorrentes nas trajetórias do conjunto das famílias analisadas. A família Cancian, menciona que trabalharam por empreitada e diarista na abertura de áreas de Cerrado, especialmente no serviço de catação de raízes durante dois anos, visando comprar mais quatro hectares da chácara onde residem atualmente e, também, fazer os investimentos sobre esta chácara, como limpeza do terreno e construção das primeiras casas. Este trabalho foi realizado pelo conjunto dos cinco irmãos. Nos assentamentos o trabalho de peão, diarista, o peão safrista, foi acionado antes e depois das famílias disporem do lote. Trabalhar “para fora” foi à forma encontrada para a manutenção da família nos primeiros anos e também nos casos que não dispunham de “recurso” acumulado, juntar e dispor de condições para investir no lote. Neste tipo de trabalho agrícola, o conjunto de serviços ligados à transformação produtiva do Cerrado em área de lavoura gera, durante um curto período de tempo trabalho temporário, sejam na sua forma braçal ou associado a operação com máquinas.

No entanto, estes relatos estão fazendo referência especialmente à década de 1990. Observando-se os anos recentes, as narrativas apon-

18 É importante destacar que, mesmo na função de gerente ou administrador, o sujeito é considerado como peão, neste caso, peão fixo.

tam uma mudança estrutural no emprego agrícola. Apresentam-se cada vez menos postos nas mesmas atividades agrícolas nas fazendas, o esgotamento da possibilidade de expansão de áreas agrícolas nestes municípios, e ainda, uma nova configuração apresenta-se nas formas de contratação dos peões, restringiu a contratação permanente fica restrita a alguns caseiros e gerentes:

Cristiano – As fazendas, pelo que o pessoal anda falando, não contratam mais o pessoal de forma fixa?

Não, é só tipo para estourar 60 dias, para plantar, depois te despede. Depois volta, dependendo a profissão que você tem. Você volta para colher e depois casca fora. Ninguém mais contrata fixo. Bom, claro, talvez fica lá, onde tem 10 fica dois, onde tem 15 fica três, e no mais tem que caçar onde vai dar (Cássio Pascoali, assentado, 20/06/2008).

O relato indica que os trabalhadores contratados como peão têm cada vez mais a ser na condição de temporários, safristas e diaristas. Os contratados “por safra” ou ano agrícola (seis a oito meses) vão ter carteira assinada e receber no período pós-vencimento deste contrato de trabalho, por três meses, um seguro-desemprego com salários de 1.000 a 1.500 reais; outro grupo de peões é contratado no período de plantio ou colheita, isoladamente. Na época do ano denominada de período da seca (abril a setembro), estão sendo fechadas as contratações de trabalhadores já para a próxima safra, assim as pessoas se articulam para buscar o espaço de trabalho nas fazendas. Assim, é recorrente a forma de contratação por seis a oito meses (que inicia nos meses de setembro a abril), mas nos anos recentes, com a intensificação do cultivo de milho “safrinha” (ciclo de fevereiro a junho), se criou a situação onde os contratos dos safristas vão ter que ser renovados por mais três meses. Em outras fazendas, o procedimento são as contratações para dar conta da colheita da “safrinha nos meses de junho e julho de operadores de máquinas, que vão receber uma porcentagem do produto colhido em média 0,5%”.

No ano de 2004-05, ocorreu a crise dos preços das *commodities* agrícolas no Brasil envolvendo a soja. No sentido de reduzir custos, as fazendas começam a operar cada vez mais com funcionários temporários, confirmando o que já havia descrito o assentado Cássio Pascoali, ficam apenas alguns empregados permanentes como caseiros e gerentes nas fazendas. “Os fazendeiros não contratam mais fixo. Agora é praticamente só por período, aí fica difícil se manter. Nos seis meses de chuva, vai beleza, agora no outro período você não ganha, mas a despesa continua” (Edson Ferrarini, peão, Boa Esperança, 21/06/2008).

A inovação tecnológica que vai sendo introduzida nas atividades agropecuárias nesta região, seja pela incorporação de novas máquinas, seja pela adoção de novas práticas agrícolas são apontadas como fatores que reduzem oportunidades de trabalho nas atividades agrícolas desenvolvidas na região. Um símbolo da redução do trabalho nas lavouras de grãos nas fazendas destacadas é o uso do Sistema de Plantio Direto (SPD), que se intensifica depois de 1995. Este sistema se baseia no não revolvimento do solo, dispensando as tarefas de aração e gradagem utilizadas até então. Uma máquina aplica o herbicida antes do plantio e imediatamente outra pode realizar o plantio. Assim, para conduzir estas operações, os fazendeiros trabalham em quatro mil hectares com oito funcionários safristas e um fixo; para a realização de colheitas, por exemplo, “Ele tem só uma máquina colhendo 1.000 hectares de milho. Colhe 15 a 17 carretas por dia. para que vai investir em funcionário?” (Lucas Cancian, chacareiro, 27/06/2008).

A redução nestes casos dos empregos agrícolas na microrregião atinge as três primeiras formas de trabalho mencionadas anteriormente, associadas à designação peão. Se ela reduz o trabalho com as máquinas, pois, conforme apontaram os entrevistados, pela exigência de qualificação, pelo uso de máquinas com cada vez mais capacidade de realização das operações, ou pela mudança de técnicas de cultivo e manejo (caso do Sistema de Plantio Direto), paralelamente diminuem as possibilidades para o que se designa como trabalho braçal: “Essas máquinas poderosas tira serviço de muita gente. O serviço braçal vai ficar duro. Se a pessoa não tiver um grau de escolaridade, fica veiaco” (Cássio Pascoali, assentado, 20/06/2008). [Referente a 1996-2002.]

Finalizando a seção, reforçamos a importância de datar historicamente os fatos e nuances relacionados ao processo migratório. O trabalho de peão, vem diminuindo e exigindo cada vez maior qualificação dos trabalhadores. Paralelamente predominam as contratações dos peões em contratos de curto período, fato que gera um sintoma de insegurança para estas famílias que dependem do emprego agrícola. A diminuição do emprego fixo produz incertezas em relação a dispor ou não de trabalho no dia de amanhã. Paralelamente este fato potencializa a visão que associa o acesso à terra, seja nas chácaras e assentamentos como um “porto seguro”, apesar dos problemas e dificuldades já apontados neste capítulo a partir dos próprios atores. Cada vez mais é recorrente, nestas famílias, intercalar diversas estratégias produtivas e de acesso ao trabalho, envolvendo todos os membros. São assentados que arrendam lotes e trabalham eventualmente de peões, são peões que têm lotes, ou chácaras; membros da família trabalham nas cidades da microrregião, especialmente as mulheres, enquanto outros empreendem o trabalho de diarista. As múltiplas configurações de acesso ao trabalho e as respectivas estratégias das famílias envolvidas são tema que deve ser objeto de reflexão mais aprofundada em outros estudos.

1.3.3 | Conhecendo o Mato Grosso – a fase de caminhoneiro

No conjunto das estratégias associadas à migração, esteve presente em cinco casos, uma etapa onde os atores trabalharam como caminhoneiros “por conta”, ou seja, com caminhão próprio. No decurso das etapas migratórias e respectivas atividades desenvolvidas, o trabalho com o caminhão foi acionado pelos migrantes. Por esta razão, estaremos analisando esta fase a partir dos casos dos atuais “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso.

Já apontamos que compõem as perspectivas dos migrantes o acesso à terra como sinônimo de autonomia das atividades desenvolvidas e a não submissão a um patrão, negando o trabalho de peão. Este é o primeiro indicativo apontado pelos que foram caminhoneiros em algum momento de suas trajetórias: a autonomia, ter o seu caminhão é igual a ter negócio próprio, igual “a ser dono do seu tempo”. Esta busca

por autonomia via estratégia de ser caminhoneiro, apareceu em quatro dos cinco casos logo após a fase de trabalho como peão, seja no Mato Grosso, ou ainda no Sul do Brasil. “E quando saí de empregado eu comprei o caminhão” (Inácio Fernandez, assentado, 10/06/2008). Ou da mesma forma, esta associação feita por outro entrevistado: “Depois saí de peão e comprei um caminhão. Achei de tocar a vida por conta porque era melhor, a idade da gente não permitia mais fazer tanto serviço” (Cássio Pascoali, assentado, 17/06/2008).

O segundo aspecto relevante nestes casos era a possibilidade “de conhecer”, que a atividade permitia a estes atores. Este fato foi mencionado como ponto principal, por Roberto Trezz, para a compra do caminhão. Na época de safra, por dois anos, ele viajou do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, para trabalhar no fretamento de soja das lavouras para os armazéns. Em meio a este trabalho, afirma que ia conhecendo as regiões e, sobretudo, as possibilidades de acesso à terra, que se configurava como o objetivo maior: “E eu já conhecia o Mato Grosso porque já tinha vindo antes puxar soja em Lucas do Rio Verde. Vim dois anos antes puxar com o caminhão que era meu de lá para conhecer. Depois vim para depois pegar um pedaço de terra. Deu certo (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008). A fase de caminhoneiro aparece em mais dois casos de assentados do assentamento Santa Rosa II. Estes “subiam” na época de safra para o Mato Grosso a fim de fretar a produção de soja das lavouras para os armazéns. Esta capacidade de circulação foi o que lhes permitiu “descobrir o assentamento”. Interessante que esta informação foi narrada por “um conhecido” deles que posteriormente vai se tornar assentado neste mesmo assentamento, tendo em comum a região de origem no sudoeste do Paraná: “O Jair e o irmão dele conheceram a região porque eles tinham caminhão e aí descobriram o assentamento” (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008). Os dois conhecidos citados também deixaram de ser caminhoneiros e hoje são assentados.

Essas andanças pelo Mato Grosso a trabalho foi que levaram tanto Roberto Trezz, quanto Cássio Pascoali, e Inácio Fernandez até o distrito de Boa Esperança. A primeira viagem dos dois últimos para este distrito fez justamente o fretamento de “mudanças” para terceiros. Iná-

cio Fernandez realiza o transporte “da mudança” de três “conhecidos”¹⁹ do Alto Taquari para o assentamento Santa Rosa II, fato que o instigou para posteriormente migrar visando o acesso à terra, deixando a atividade de caminhoneiro, cuja venda do caminhão foi usada para investir no lote. “Nós estava ali no Taquari e vim trazer a mudança do Pedro. Eu trouxe e conheci. Depois trouxe a do João, o Zé e mais o enteado dele (Inácio Fernandez, assentado, 12/06/2008).

Esta fase de caminhoneiros em viagens pelo Mato Grosso, levando e trazendo não somente o produto soja, mas insumos e por vezes “mudanças” de famílias, os torna informantes privilegiados no que tange às condições específicas de cada microrregião. Eles vão alimentar a rede social com informações e serão pessoas privilegiadas no sentido de saber “como está” esta ou aquela região segundo as possibilidades de acesso à terra, trabalho e residência. Viajar pelas estradas “levando mudanças de um lado para o outro” é fato que fez parte da trajetória de Roberto Trezz ainda no Rio Grande do Sul, onde ele aponta que “puxava mudanças de sem-terra do movimento”.

A dinâmica do desenvolvimento desta região associada à atividade da soja tende a uma especialização das atividades envolvidas e à sua respectiva concentração e monopolização. Não diferente do que já apontamos em relação ao trabalho de peão, emprego agrícola e ao próprio processo de concentração fundiária, a atividade de fretamento e transportes passa por aspectos semelhantes. Nas regiões mais longínquas e nas regiões de assentamentos (como foi identificado, em Ipiranga do Norte, no período de safra de milho) é maior a presença do transporte de produtos conduzidos por caminhoneiros autônomos, especialmente nos trajetos das lavouras para os armazéns. Já nas grandes fazendas e no transporte dos armazéns para o restante da cadeia produtiva dos grãos (soja e milho) predominam grandes empresas do ramo, conforme indicam os entrevistados:

Aí em 1994, vim para Lucas do Rio Verde. Ali fiquei cinco a seis anos lá, peguei este caminhão vendi e fiquei dois a três

19 A categoria “conhecidos” é objeto de reflexão e análise no Capítulo 3.

anos com carreta e depois vim para cá [assentamento Santa Rosa II]. Vi que a coisa de carreta não dava muito certo, que dava muita despesa e sempre na estrada. E tem o seguinte: você tem um caminhão e o cara tem 10. Claro que é isso tudo que conta (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

Na época dava com caminhão pequeno. Puxava soja direto do armazém. (...) Levava para Bunge, levava para Sadia (Inácio Fernandez, assentado, 12/06/2008). Referente a 1998-2002.

Em suma, a fase de caminhoneiro mesmo não sendo tão recorrente no conjunto das famílias aqui analisadas, traz três elementos que consideramos relevantes na temática deste estudo: i) o sonho do acesso à terra como sinônimo de autonomia da família, que terá melhores possibilidades de gerir seu tempo e sua produção se configura no decorrer destas trajetórias em atividades que possuem alguma similitude em relação a estes significados atribuídos à terra. Assim é percebida a fase de caminhoneiro; ii) a dinâmica da atividade de caminhoneiro autônomo na fronteira, viajando pelas estradas do Mato Grosso se apresenta como fonte de conhecimento, sobre as possibilidades existentes, sobre os momentos de cada microrregião, o que vai ser fonte de análise, não somente para o próprio núcleo familiar, mas para um universo de pessoas envolvidas nas relações sociais onde esta família se insere; iii) a atividade de transportes de produtos e serviços, acompanha a tendência da especialização e da monopolização que é parte em outros ramos produtivos nesta microrregião. Esta tendência vai limitando “o espaço” de atuação dos caminhoneiros autônomos.

1.4 | “AQUI DAVA PRAS MINHAS CONDIÇÕES” – O CAPITAL ACUMULADO NA DEFINIÇÃO DO PONTO DE ENTRADA NO MATO GROSSO

Na análise dos migrantes, ou seja, os que construíram trajetórias que implicaram em várias etapas de migração associadas às estratégias do

“ser peão” e caminhoneiro, vale a tentativa de identificar quais os parâmetros que influenciaram o local onde as famílias foram se instalar. O que começou a ficar identificado é que, dentro do fluxo migratório do Sul para o Mato Grosso, as condições, os recursos dos quais a família dispõe, se apresentam como fatores que definem não somente a “entrada”, mas a nova etapa migratória dentro das trajetórias deste grupo. Na avaliação das questões que levaram à opção pelo acesso à terra nos assentamentos e não em outros projetos de colonização empreendidos no Mato Grosso, as respostas giram em torno de recursos disponíveis naquele momento da migração: “Eu não vim com dinheiro, eu vim só com o começo. Se eu tivesse dinheiro teria comprado um lote de escritura (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008).

Os assentamentos são percebidos como a possibilidade de acesso à terra, principalmente, para aqueles que “têm pouco recurso”. No caso do agricultor Afonso Hartmann, fica evidente que um dos elementos pertinentes da sua “entrada” pelo assentamento no Mato Grosso é a quantidade de recursos acumulados, o que chamou de “o começo”. Sob este aspecto, outras duas características devem ser observadas nos assentamentos: i) a terra está parcelada em lotes menores (em geral de 50 ha a 90 ha), diferente de projetos agropecuários empreendidos por empresas colonizadoras, corretores de imóveis, ou imobiliárias que operam com áreas à venda maiores (em geral acima de 400 ha). Para comprar grandes áreas de terra e proceder à conversão da vegetação natural em área de lavoura, os recursos exigidos ficam muito além da disponibilidade destas famílias;²⁰ ii) os assentados não possuem o título de proprietário do lote (escritura), mas sim a concessão de posse. Este elemento influiu no preço das terras nos assentamentos estudados, ou seja, o valor das terras nas áreas circunvizinhas que possuem a documentação de escritura é maior.

20 A liquidez de um ativo compreende o grau de facilidade ou dificuldade que determinado bem apresenta para ser vendido. Na argumentação de Plata (2002; 2006); há uma relação entendida como inversa entre o tamanho do imóvel (dimensão) e o preço. Segundo este autor, os imóveis de menor dimensão são mais fáceis de ser vendidos por apresentarem maior demanda de compradores.

As trajetórias dos migrantes do Sul “com pouco recurso”, buscando os assentamentos, como local de destino, ou de nova etapa migratória, se confirmam quando observamos as tratativas antes da migração e as viagens para conhecer. O grande número de assentamentos no Mato Grosso, na microrregião do Alto Teles Pires e Arinos, criou a expectativa do acesso à terra para estes migrantes. Muitos deles se estiveram envolvidos na dimensão coletiva da luta pela terra em acampamentos organizados pelo MST, logo nos primeiros anos após a migração. Dois entrevistados presentes no assentamento Santa Rosa II participaram do acampamento na fazenda Ribeirão Grande, que fica no município de Nova Mutum,²¹ proximidades da divisa do município de Lucas do Rio Verde na década de 1990:

Daí fiquei debaixo de lona, quase um ano, em um tal de Ribeirão. O meu sonho era ter um pedaço de terra no Mato Grosso, também. E eu queria um lote de terra de todas as formas. Ribeirão Grande era uma fazenda bagunçada. Estava em andamento a desapropriação, mas muito problemático. Mas eu fiquei um ano lá e tava vendo que não dava futuro para mim daí saí fora (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Neste mesmo ano vim para cá para conhecer. Por causa de muitos assentamentos e tal e coisa, já conhecia Ipiranga. Lá em Ipiranga até fui convidado para ir, como cheguei em 1994 em Lucas, aí era 100 km e achei muito chão, não fui, aí saiu uma invasão lá em Ribeirão fiquei 90 dias lá em Ribeirão. Lá invadimos, e nós é que mandávamos. Lá fiquei quatro a cinco meses (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

21 O município de Nova Mutum teve no período de 1996-2001 um total de 622 famílias assentadas (fonte: Superintendência do Incra/MT, tabulações Nepo-Unicamp, adaptado pelo autor).

Semelhanças na busca por um pedaço de terra identificamos no caso da família de Inácio Fernandez, que era peão na região do Alto Taquari/GO, próximo à divisa com o Mato Grosso que traz o elemento da busca pela terra como uma espécie de sonho, desde a vinda para o Mato Grosso em 1986:

Cristiano – E a expectativa de ter um pedaço de terra, já era uma coisa que tinha há mais tempo?

Sempre. Lá no Alto Taquari/GO na época que nós tava lá não tinha essas coisas de assentamento. Agora já tem uma área que era para ter cortado faz tempo e ainda não cortaram. Viemos embora para cá porque lá não tinha (Inácio Fernandez, assentado, 10/06/2008).

A família observa a possibilidade do acesso à terra via o assentamento. Na medida em que não se apresenta essa possibilidade na região onde residiam e trabalhavam, empreendem a migração para outro local, ingressando no assentamento Santa Rosa II. Este mesmo caso aponta que já estavam “mapeadas” outras regiões onde estavam ocorrendo desapropriações de terra entre os anos de 1996-2000 no Mato Grosso: “Até uma época eu e o Edson saímos e fomos para baixo da Vila Rica olhar umas terras. (...) Mas tinha outros lugares bons como Porto Alegre do Norte, Confresa. Porto Alegre do Norte é um chapadão igual aqui, tem grandes plantios de soja” (Inácio Fernandez, assentado, 10/06/2008). Esta viagem, descrita pelo assentado “para olhar as terras”, acontece no ano de 2001 e compreende roteiro exatamente em municípios do Mato Grosso²² (Vila Rica, Porto Alegre do Norte e Confresa) onde estavam sendo implantados vários Projetos de Assentamentos com destaque no período de 1996-2001.

22 Nos municípios de Colniza, Confresa e Porto Alegre do Norte, no período de 1996-2001 foram assentadas, respectivamente 2.172, 1.130 e 370 famílias. (Fonte: Superintendência do Incra/MT, Tabulações Nepo-Unicamp, adaptados pelo autor.)

As viagens para conhecer²³ o Mato Grosso, com vistas a fechar negócios de compra de terra (lotes) também são componentes das trajetórias dos casos Elton Rubin e Camilo Bortolli, que estabeleceram percursos pelas regiões onde estão situados Projetos de Assentamentos. Elton Rubin, antes de migrar para o assentamento Santa Rosa II realizou duas viagens pelo estado do Mato Grosso. A primeira viagem passou por Paranatinga e Nova Ubiratã, sendo que primeiro foi feita para conhecer especificamente alguns assentamentos. Neste mesmo roteiro, a família auxiliada por um amigo, foi até o assentamento Gleba Mercedes em Tabaporã. “Nós fomos ver terra em Terra Nova, lá em Paranatinga demos uma girada. Fomos em Sinop [Mercedes]. Fomos lá, sem luz, um areão, longe no meio do mato.” Na segunda viagem ele chega também auxiliado pelo amigo à Boa Esperança indo tentar negócios de terra no assentamento Piratininga e, depois no assentamento Santa Rosa II onde reside hoje.

Camilo Bortolli, assentado em Ipiranga do Norte também relata sobre estas viagens. Pretendendo migrar para o Mato Grosso, empreende roteiro “para conhecer”. Primeiro foi até o sul do Pará no ano 2000:

Aí, quando resolvi vender fui conhecer o Pará, ali no Castelo dos Sonhos e era só madeira, madeira. Aí parei ali, fui para Novo Progresso e eu não gostei. (...) Mas daí eu fui lá e vi que isto lá era pessoal para gente grande. Eu tinha pouquinho dinheiro, não tinha como ir para lá mexer com isso, competir com eles (Camilo Bortolli, assentado, 03/07/2008).

A expressão “pra gente grande” indica a necessidade de uma quantidade de capital (*recurso*) o qual o Camilo Bortolli não dispunha. Nesta avaliação sobre estes municípios do sul do Pará, está posta uma rede de conterrâneos que o apoiariam nos primeiros anos após a migração e no desenvolvimento das suas atividades agrícolas ou madeireiras. Mesmo assim, pesa o fator referente à sua quantidade de capital acumulado,

23 A categoria “conhecer”, será objeto de reflexão no capítulo 4 desta dissertação.

insuficiente diante daquela realidade, ou dito literalmente, na linguagem dos atores pesquisados “ali não dava para as minhas condições”. O mesmo caso segue o percurso passando por Sorriso, onde vai identificar que “as terras estão muito caras”, e somente depois, acionando a sua rede social na região, descobre Ipiranga do Norte, que será o seu local de destino.

Em suma, evidenciamos que o recurso disponível (patrimônio acumulado) é elemento pertinente na definição de para onde e quando a família vai empreender sua migração. Talvez se tomássemos um grupo de “grandes” proprietários desta mesma microrregião observando a temporalidade de sua migração e os locais de inserção, verificaríamos configurações diferenciadas no próprio espaço geográfico; os migrantes do Sul de “pouco recurso” observam o acesso à terra nos projetos de assentamento rurais, mapeando os locais de novos projetos bem como a sua situação; mapeiam da mesma forma, como um horizonte possível, novas regiões que estão em processo de expansão buscando o trabalho “de peão”. Esta diferenciação está presente dentro do fluxo dos “sulistas” e permeia, como vimos, as mesmas redes de conterrâneos e conhecidos.

1.5 | O OLHAR VOLTADO PARA “FRENTE” – UMA NOVA CHANCE?

Estamos construindo a argumentação de que as trajetórias empreendidas por estas famílias se diferenciam dos grupos sociais que dispõem de “muito recurso”. Por isso é importante estar atento para os locais mapeados por estas famílias no momento atual, como possibilidade de estabelecer nova etapa migratória da própria família em si, ou de ser o local de indicação para novos migrantes que buscam “espaço” no Mato Grosso. Na busca “do local certo e o momento certo”, parece consensual, tanto para Boa Esperança e Ipiranga do Norte e de forma mais destacada em Sorriso, que este “tempo” passou. Nelson Mariak, chacareiro de Sorriso e feirante ao observar o momento que vive este município, avalia:

Naquela época que vim era bom aqui, ainda está, mas começa a ficar mais difícil [referente a 1998]. O certo era ir mais para frente ali pro lado do Pará onde tem bastante trabalho e terra e dá para crescer mais fácil, mas aqui a gente vai levando, vamos ver (Nelson Mariak, chacareiro, 08/05/2008).

A avaliação do chacareiro sobre o momento está baseada nas possibilidades de terra e trabalho. Este momento bom e oportuno “de crescer” que ele aponta está situado na década de 1990, situação que já descrevemos de quando a microrregião vivia uma dinâmica do desenvolvimento que atraiu muitos migrantes. Nestes termos, apontar “que começa a ficar difícil” é observar a mudança do padrão do emprego agrícola (peão) e das dificuldades de acesso à terra ou de “mais terra”, especialmente pelo preço que as terras atingiram nesta região nos anos recentes. Mesmo que Nelson Mariak considere que em sua trajetória, desde a saída do Paraná, conseguiu acumular algum patrimônio, cuja maior expressão é a pequena chácara de três hectares, ele avalia limites na possibilidade de mobilidade social.

Estas informações sobre o momento e o local certos circulam nas redes sociais de que estas famílias participam, e serão levadas em consideração nas avaliações dos demais componentes da rede, sejam parentes, amigos e conhecidos, de forma frequente, contrabalançando com a situação vivida nos seus locais de residência e trabalho atuais. Tratando sobre Ipiranga do Norte, neste sentido, Camilo Bortolli, em contato com seus cunhados, aconselha:

Quando fui pra Santa Catarina eu falei pros meus cunhados daqui [Mato Grosso]. Mas só que na situação que eles estão hoje lá, para vender lá não vende fácil. E com o dinheiro que faz lá na venda, aqui não tem mais lugar para eles. Valorizou demais, mais que lá. Então, não é o momento de vir para cá (Camilo Bortolli, assentado, 19/06/2008).

No que tange ao acesso à terra e à busca por emprego agrícola o momento, segundo estes relatos, passou. Paralelamente é citado o momento oportuno para investimentos nas pequenas cidades e vilas, ou nos municípios-polo, como Sorriso, por empregos “de pessoal de mais estudo”, mesmo que estes estejam associados a atividades agropecuárias. Neste caso, apresentam-se várias demandas no setor de serviços, o que é visto com bons olhos, especialmente pelos jovens e mulheres das famílias. A região vive outra fase do desenvolvimento, que é diferente de 1996 quando a família migrou. Perguntei a ele como seria se fosse migrar hoje para Sorriso?: “Se fosse hoje a gente ter vindo, a gente estaria embaixo da ponte ali. Hoje quem não tem informação facultativa está fora, aqui” (Lucas Cancian, chacareiro, 27/06/2008).

Em suma, as dificuldades que são analisadas no momento atual estão relacionadas com acesso ao trabalho e à terra (incluindo terrenos): ao primeiro, pela diminuição do emprego agrícola e grau de exigência de maior qualificação, fato presente também nas atividades relacionadas ao desenvolvimento urbano; a segunda, pela escassez de terras à venda na região e, principalmente, pela valorização fundiária atual. Assim, “o espaço de crescer” e acumular algum patrimônio familiar observado a partir do saber-fazer destas famílias apresentam sérias limitações.

Na medida em que estes atores sociais identificam limitação no espaço para crescer, o olhar não se volta eventualmente para um possível retorno, se volta “para frente”. Mas onde exatamente? Vejamos agora alguns relatos que vão apontar esta direção:

O ruim é saber exatamente se esta é a hora certa e tal. Agora, por exemplo, o lugar é Itanhangá. Itanhangá é de, 1995, 1996, um pouco antes daqui. As famílias que estão lá a maioria são de Lucas e de lá de baixo [do Rio Grande do Sul] (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

Importante considerar que as avaliações e reflexões entre o ficar ou empreender nova etapa migratória ocorre de forma coletiva envolvendo a todos que compõem a trama de relações onde estas famílias estudadas se situam. Ela, acima de tudo, é realizada de forma constante,

e situa-se naquilo que é citado por Sayad (1998) como a condição do migrante que gira entre o provisório e o permanente.

O assentado de Ipiranga do Norte aponta que o lugar e o momento atual é Itanhangá, um distrito emancipado em 2005, oriundo do desmembramento do município-mãe Tapurah. Nas bases que formam o movimento de reocupação deste novo município, está o Projeto de Assentamento Itanhangá (ver Tabela 5). Na visão dos entrevistados, o que está acontecendo neste município atualmente é uma fase que tanto Ipiranga do Norte quanto Sorriso já passaram; ou seja, processo de abertura do Cerrado nos assentamentos e fazendas circunvizinhas, terras com preços abaixo da média da microrregião e, assim, oportunidades de trabalho de peão, criando sobre estas bases o imaginário do poder, crescer e acumular. Da mesma forma, o outro local muito mencionado e localizado “pra frente” observando a direção sul a norte é a região que envolve o assentamento Mercedes:

Só que eu falei para eles lá. Um pouquinho mais longe aqui tem Itanhangá, tem a Gleba Mercedes e aí tem lugar para esse povo para sair dessa escravidão e ganhar mais dinheiro aqui [Mato Grosso] do que lá [Santa Catarina] (Camilo Bortolli, assentado, 19/06/2008).

O tempo do trabalho de campo, somado a um conjunto de questões de ordem prática, não nos permitiu empreender uma inserção nestes locais citados. Mas, mesmo assim, a partir de informações dos contatos estabelecidos e outras informações secundárias, nos permitiu delinear algumas características básicas. O assentamento Mercedes trata-se de um grande projeto de desapropriação composto pelas etapas I, II, III, IV e V. As duas primeiras etapas (ver Tabela 5) iniciam em 1997, e localiza-se no atual município de Tabaporã: este projeto está nas suas fases IV e V. A área, de que não tenho informações precisas sobre sua real dimensão, abrange Tabaporã, parte do município de Sinop, parte dos municípios de Ipiranga do Norte e Itanhangá.

No decorrer deste capítulo foi possível observar que, inerente ao processo migratório, se apresenta uma relação direta com mecanismos

de seletividade social e espacial. “A seletividade é um dos componentes intrínsecos das trajetórias migratórias que, como caminhos estruturados socialmente, refletem os inúmeros obstáculos impostos à mobilidade social ascendente pela dinâmica econômica e social no Brasil” (BRITO, 2000, p. 19). Não alcançada a mobilidade social desejada, isto tende a culminar por parte dos “pequenos” em uma avaliação permanente entre migrar ou permanecer, confirmando a condição de provisoriação como sinônimo de condição dos migrantes (SAYAD, 1998).

Capítulo 2 | A SELETIVIDADE NAS TRAJETÓRIAS DO SUL PARA O OESTE

“Estamos seguindo o que meus pais e avós começaram quando saíram do Rio Grande do Sul para o Paraná nos anos 40” (Lorival Santini, assentado).

No Capítulo 1 o foco de análise empreendido a partir das trajetórias dos “pequenos” proprietários rurais na microrregião do Alto Teles Pires esteve situado especialmente nas décadas de 1990 e na atual, o que foi justificado pela sua relevância e implicações na compreensão do processo migratório. No entanto, avançar na compreensão neste universo de pesquisa remete a observar que no conjunto de trajetórias analisadas, a maioria dos casos apresenta várias etapas migratórias, além de apresentar um “ponto de partida” que está relacionado a etapas do ciclo de vida destas famílias. Diante deste fato, este capítulo pretende: i) analisar confluências e divergências entre as trajetórias do núcleo familiar, relacionadas ao ciclo de vida; ii) refletir sobre quem são estes migrantes compreendidos como sujeitos construídos historicamente, considerando que as ações práticas e situações vividas em suas trajetórias produzem distinções que se manifestam no espaço social onde se encontram atualmente. Esta busca visa trazer elementos que são e foram centrais na construção das distinções sociais que caracterizam o *habitus*²⁴ dos migrantes do Sul, bem como perceber a partir dos casos, como estes elementos aparecem durante as trajetórias, diante de novos contextos sócio-históricos e como vão sendo ressignificados; iii) da mesma forma, observando estas trajetórias a partir dos fluxogramas ilustrados no Quadro 1 a 5, logo identificamos a necessidade de estabelecer um diálogo

24 Bourdieu (1979).

com os processos históricos que estão ocorrendo nas principais regiões e períodos por onde estas trajetórias dos grupos familiares passaram. As trajetórias das famílias integram um conjunto de políticas e formas de ocupação das áreas de fronteiras desencadeadas por agentes diversos, visando o desenvolvimento “do País de vocação agrícola”.

2.1 | MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA

Na introdução deste trabalho, indicamos que o caminho teórico-metodológico toma como eixo as trajetórias sociais dos núcleos familiares que possuem seu “ponto de partida” associado a um momento da primeira migração. Nesta seção, o exercício visa inicialmente verificar no universo empírico, a relação entre trajetória e ciclo de vida, que é mencionada como um dos caminhos teórico-metodológicos, segundo aponta Peixoto (2004). No mesmo aspecto, os estudos do campesinato no Brasil têm recorrido a esta perspectiva de interpretação. Na racionalidade camponesa estabelecida a partir da relação entre número de trabalhadores e número de consumidores na unidade doméstica, há um momento em que o grupo familiar dispõe de um máximo de trabalhadores o que implicaria no potencial máximo de produção e acumulação de patrimônio. Porém, neste momento há um tensionamento no sentido da formação de novas unidades familiares. Garcia Jr. (1989) observa este momento do ciclo de vida no campesinato do Agreste paraibano. Considera que esta existência de muitos trabalhadores, especialmente os homens, permite o crescimento da produção e, assim, da acumulação de recursos, porém, observa que isto não é de fato uma garantia de que todos os herdeiros terão acesso a estes recursos ou em quantidade ao menos suficiente para reproduzir uma nova unidade doméstica.

Desta forma, os estudos do campesinato apontam o ciclo de vida como determinante para a reprodução de novas unidades domésticas; começa no casamento e vai se prolongar até o casamento dos filhos (as) que constituiriam novas unidades familiares (WOORTMANN, 1990, 1995). O casamento de um filho exige uma acumulação prévia a fim

de criar as possibilidades de que esta nova unidade familiar possa assumir posição igual ou melhor que a antiga unidade. Se estas condições das unidades não são favoráveis, seja pela escassez de terras, seja de por não oportunizar um mínimo de acumulação de recursos para dar conta de todos os filhos, novos caminhos acabarão sendo trilhados por estes filhos, ou seja, novas estratégias serão buscadas. No Capítulo 1 verificamos que a busca de acumulação de patrimônio é uma constante para estas famílias, o que implicou na maioria dos casos, em novas etapas migratórias no sentido de acumular bens e patrimônio.

No entanto, para construir esta análise entre migração e ciclo de vida é importante diferenciar as noções de trajetória social e trajetória migratória. Trajetória social, segundo a concepção de Bourdieu (2006), “é uma série de posições sociais sucessivamente ocupadas por um mesmo agente”. Neste trabalho, o ator é o núcleo familiar (casal, ou casal mais filhos) que demarca um percurso na busca de acumulação de patrimônio familiar, e às vezes de mobilidade social, podendo estar diretamente associado à migração ou não. De outra parte, a noção de trajetória migratória toma como ponto de partida principal os deslocamentos espaciais, sendo que o seu “ponto de partida” está diretamente relacionado à primeira migração. Mais que um simples deslocamento é um caminho que se apresenta a este núcleo familiar:

Neste sentido, uma trajetória migratória é mais que uma estrada para o migrante. É um caminho social para o qual o migrante é mobilizado, uma alternativa aberta pela sociedade e sujeita, portanto, aos mesmos crivos das desigualdades sociais, sujeita à mesma seletividade (BRITO, 2000, p. 19).

Feita esta diferenciação entre estas duas noções, pretendemos agora observar a partir do conjunto de casos, qual a relação que se apresenta entre o início da trajetória social, a trajetória migratória e a etapa do ciclo de vida associada ao matrimônio (dados no Quadro 6).

Quadro 6 | Relação entre período do casamento, primeira migração e migração para o Mato Grosso

Trajetória	Casamento				Primeira Migração				Migração para o MT			
	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Condição no período entre casamento/primeira migração		
Ildo Coraza	1986	31	29	1989	34	31	1989	34	31	Terra da família – herança		
Lauro Marchiori	1978	22	20	1981	25	23	1997	41	39	Terra da família – herança		
Carlos Jackobsen	2000	29	28	2001	30	29	2001	30	-	xxxx		
Cássio Pascoali	1973	20	17	1971	19	15	2002	49	46	Terra arrendada		
Enio Trento	1992	30	26	1984	22	-	1998	36	32	Sítio próprio		
Célio Vilarin	1996	30	26	1997	31	27	1999	33	29	xxxx		
Antônio Theobaldo	1983	25	22	1986	28	25	1986	28	25	Terra da família e pedô		
Ivo Patias	1989	26	24	1990	27	25	1990	27	25	Pêão		
Nelson Mariak	1996	25	21	1997	26	22	1997	26	22	xxxx		
Rodrigo Pedó	1997	24	21	1999	26	23	1999	26	23	Terra da família e irmãos		
Lorival Santini	1994	31	*	1996	33	*	2005	42	*	Terra da família		
Elton Rubin	1994	22	18	1998	26	22	2004	32	28	Terra da família + negócio autônomo		
Almir Nadiani	1992	27	*	1994	29	*	2000	35	*	Terra da família e empregado		

Trajetória	Casamento				Primeira Migração				Migração para o MT			
	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Condição no período entre casamento/primeira migração		
Inácio Fernandez	1990	19	20	1986	15	-	1986	15	*	Pão		
Ildemar Pavarino	Não	casa		1983	23	-	2000	40	*	Terra da família		
Edson Ferrarinini	1995	29	30	1992	26	-	1997	31	32	Terra da família		
Oscar Barbán	1984	21	-	1980	25	23	1998	43	42	Pão		
Eliomar Mariatti	1990	30	-	2005	45	-	2005	45		Sítio próprio		
Roberto Trezz	1984	22	17	1994	42	37	1994	42	37	Terra própria + negócio autônomo		
Euclides Kasanova	1974	26	24	1990	42	40	1990	42	40	Terra herança + arrendamento		
Luis Picolotto	1983	27	22	1992	36	31	1992	36	31	Terra sogro e sítio próprio		
Airton da Silva	1987	26	24	1997	37	34	1997	37	34	Sítio próprio		
Afonso Hartmann	1984	26	21	2003	45	41	2003	45	41	Sítio próprio		
Camilo Bortolli	1992	26	*	2002	36	*	2002	36	*	Sítio próprio+herança		
Lucas Cancian	1971	*	*	1996	52	50	1996	52	50	Sítio próprio		

■ Período entre casamento e primeira migração menor que 5 anos.

□ Período entre casamento e 1ª migração maior que 5 anos.

■ Migrarão antes do casamento.

■ Migrarão depois do casamento.

* Sem informação sobre a idade.

I A categoria utilizada na tabela de "terra de família" refere-se à terra de posse ou propriedade do grupo familiar de onde provém o homem do casal citado. Esta área de terra em todos estes casos é comandada pela autoridade patriarcal (pai) e participa do trabalho e das "disputas" de herança ou conjunto dos irmãos que também integram esta unidade doméstica.

Há uma relação latente entre a etapa do ciclo de vida pré e pós-casamento com a ocorrência da primeira migração. Nesta relação (apresentada em cor cinza claro), tomamos como referência o período de cinco anos antes do ano do casamento e cinco anos depois. Tomando a diferenciação conceitual apresentada anteriormente entre trajetória social e trajetória migratória, consideramos que esta etapa do ciclo de vida em todos os casos, demarca o início da trajetória migratória não do indivíduo, mas do novo núcleo familiar.

No caso da migração pré-matrimonial (identificada na cor cinza escuro), o número de casos é pequeno e heterogêneo. Destacamos três pontos para refletir sobre eles; i) primeiramente, há casos “de solteiros” que migraram antes do casamento e vão casar-se nos anos seguintes nos locais onde migraram (casos de Inácio Fernandez, Edson Ferrarini, e Oscar Barbian). Migraram visando construir alguma acumulação prévia de patrimônio não possibilitada pelas condições das unidades familiares de onde partiram; ii) em segundo lugar há, casos de migração pré-matrimonial temporárias, visando acumulação de patrimônio no trabalho de peão no Mato Grosso e retorno para adquirir um sítio nos estados do Paraná ou Rio Grande do Sul (casos de Enio Trento e Ildemar Pavarino). Este caminho assemelha-se muito à análise de Woortmann (1990), ressaltando, porém as migrações temporárias como estratégia de reproduzir a condição campesina; iii) e o terceiro aspecto é que, mesmo sendo um grupo pequeno e heterogêneo, identificamos uma relação entre a etapa do ciclo de vida pré-matrimonial (cinco anos antes do casamento) e o início da trajetória migratória.

Se os casos de migrações pré-matrimoniais são menos recorrentes, isso reforça a perspectiva de que o início da trajetória social ocorre após o casamento, conforme já consideramos anteriormente. Nas narrativas, o verbo no plural que melhor descreve o início da acumulação de patrimônio é “começamos”. Dois indivíduos se somam e vão começar recorrendo a diversos mecanismos para tal, cujo destaque está na migração:

Bom, para começo, eu casei e morei na lavoura lá no Sul, mexendo com vaca de leite, morando com a minha mãe e o irmão também (Elton Rubin, assentado, 17/06/2008).

Casei em 1979 (...) já naquele ano fui conhecer Canarana, vim a primeira vez pro Mato Grosso dois anos depois (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

O Ari nunca tinha saído de casa e aí recém-casado, lá tinha ganhado meia colônia de terra e assim resolvemos começar lá [Santa Catarina] (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/2008).

Se a maioria dos casos apresenta uma relação entre a etapa do ciclo de vida e o início da trajetória migratória, isto pode estar em grande parte relacionado à condição de acesso à terra e ao trabalho dessas famílias. Ao se analisar os casos verifica-se que a condição do casal logo após o casamento foi de residência em terras de herança ou terra da família. Nesses casos, a estratégia dos pais foi ceder algum espaço (casa, parte da área de terra, ou alguma proposta de parceria) para acomodar temporariamente o novo casal até que este viesse a tomar algum rumo.

Já nos casos onde não há uma relação direta entre o casamento e a primeira migração, verificam-se a condição de acesso à terra própria do novo casal, ou negócio próprio. Isto decorrente de duas situações: i) da compra da uma área de terra pela família ou da conquista do direito de herança neste período; ii) ou de diferentes formas o casal, trabalhando em sistemas de parceria, ou ainda na terra da família conseguiu algum recurso que permitiu a compra de um lote ou sítio nestas mesmas regiões de origem.

A trajetória de Cássio Pascoali e a sua futura esposa, que se encontravam nesta fase do ciclo de vida (casamento), dentre as possibilidades de “começar” a trajetória social migraram para o Paraguai. O meio social neste espaço onde viviam estava perpassado pela ideologia de uma nova fronteira agrícola no país vizinho. Camilo Bortolli, que se casou em 1992, naquele mesmo ano viajou para Canarana visando adquirir terras, pois ali se encontravam assentamentos em fase inicial.

Não ocorreu a migração, pois não houve na época negociação da área de terra (de herança) que dispunha no Sul. Na busca por terras na fase do ciclo de vida pós-matrimônio, o novo casal está avaliando entre o ficar ou migrar. O local analisado como possibilidade (naquela ocasião, a região de Canarana) está relacionado a uma política de Estado que neste período, desenvolve vários assentamentos nas regiões de fronteira, como já fizemos referência no capítulo anterior.

No entanto, o que chama a atenção nesta análise da relação entre ciclo de vida e migração para o Mato Grosso, é que há 18 casos que migram no período entre 1996-2006. Nestes casos estão abrigados os casos daquelas famílias que dispunham de área própria no Sul, ou seja, o conjunto de casos onde não havia uma associação direta entre a etapa do ciclo de vida do matrimônio e a 1^a migração. Isto permite inicialmente relativizar a relação direta construída nos estudos, entre migração e pobreza, ou migração e os “excluídos da herança”. Da mesma forma, observando o Quadro 6, há casos onde a trajetória migratória é composta por várias etapas; ou seja, se há, na maioria dos casos, uma relação presente entre a primira migração e o matrimônio, vale destacar que as trajetórias migratórias se constituem de diversas etapas não somente uma migração com uma origem e um destino. Este fato aponta para a necessidade de ir além de uma associação direta entre migração e ciclo de vida, incluindo no debate as possíveis relações entre estas trajetórias e os contextos sócio-históricos, seja para compreender o meio social onde se construíram as possibilidades da 1^a migração, seja para compreender outras etapas migratórias empreendidas por estas famílias. A busca desta correlação é tema das seções seguintes.

2.2 | SOBRE OS CONTEXTOS DE ORIGEM DOS MIGRANTES

A reocupação das regiões de fronteira agrícola se constituiu, em grande medida, pelos migrantes sulistas que vão ser agentes de transformação destas novas regiões. É importante estar atento para quem são estes migrantes do Sul, a fim de não operar com generalizações sobre esse grupo. Nas próprias trajetórias analisadas, mesmo observando critérios confluentes (localização e serem “pequenos” proprietários rurais oriun-

dos do Sul), há características diferenciadas, que variam muito segundo o tipo de atividades em que estão inseridos e as condições vividas nas regiões do Sul do País. Enfim, variam segundo a construção de estratégias até chegar no local onde vivem atualmente. Que elementos estas famílias de “pequenos” proprietários têm em comum? Um primeiro ponto observado é que todas as famílias são oriundas das regiões de “agricultura familiar” do Sul do Brasil, ou nos termos de Seyferth (1984), das áreas das colônias. E o segundo ponto marcante é que dentro da tríade de valores morais e racionalidades, terra-trabalho-família (WOORTMANN, 1984; TEDESCO, 1999), o elemento trabalho se apresentou, em destaque, como mecanismo de distinção entre os migrantes do Sul e os “outros”.

A tentativa de debater a relação entre os elementos presentes nos estados do Sul do Brasil e na região do Alto Teles Pires visa apurar a reflexão a fim de compreender um estrato sociocultural e econômico dos migrantes encontrados nos assentamentos rurais e chácaras, que se manifestam em ações adaptativas, estratégicas e situacionais em razão de um vínculo com o contexto socioeconômico. Os migrantes, ao construírem suas trajetórias, redefiniram e dinamizaram seu modo de ser, mas não se pensam objetivamente separados da sociedade (TEDESCO, 1999). De outra parte, construir esta relação permitirá apurar formas de seleção social presentes no decurso das trajetórias do grupo social estudado.

É importante salientar que temos consciência da heterogeneidade da construção histórica dos locais de origem no Sul do Brasil. Não é objetivo, das subseções a seguir, apurar todas essas peculiaridades, mas sim, diante desta complexa constituição histórica, pinçar um conjunto de questões e exemplos que possam dar luz à maior compreensão destes migrantes encontrados neste universo de pesquisa.

2.2.1 | “Colonos” e “Caboclos” nos Projetos de Colonização do Sul do Brasil

A migração do Sul para o Mato Grosso tem como principais locais de origem o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Cata-

rina e o sudeste e sudoeste do Paraná. Estes espaços geográficos são onde se localizam “as colônias”, constituídas a partir de projetos de colonização empreendidos no século XX sobre uma área cuja vegetação natural era constituída de florestas.²⁵ Essas áreas onde se estruturaram as formas de ocupação da terra baseadas na pequena propriedade eram também as áreas onde estavam dispersas populações de “lavradores nacionais” e “caboclos”.²⁶ Desta forma, abordar a construção social do campesinato do Sul é analisar a distinção cultural e econômica presente entre os colonos (descendentes de europeus, italianos, alemães e poloneses, especialmente) e os caboclos ou lavradores nacionais (associados aos indígenas e negros) (GEHLEN, 1998). Ao fazer menção a este critério cultural é importante considerar que a questão racial é acionada como critério distintivo de forma eufemizada. Mesmo assim não pretendo considerá-lo como o único aspecto, mas perceber como ele se associa às dimensões políticas e econômicas que vão construir um “tipo idealizado” e o “tipo indesejado”, compreendendo os modos de vida e as estratégias de produção agrícola desenvolvidos por estes grupos como critérios de diferenciação no processo histórico.

Nestas regiões, o Estado desencadeou um processo de ocupação através de empresas colonizadoras privadas²⁷ (cito o Vale do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul, e o oeste de Santa Catarina). Estas sociedades privadas cumpriram as funções do Estado e priorizaram, em seus projetos, um “tipo” de agricultor para ocupar os lotes parcelares. Renk

25 Zarth (1997) utiliza-se de definições analíticas do território do sul do Brasil dividido em áreas de florestas e áreas de campo nativo. As primeiras são onde vai se constituir o campesinato envolvendo as áreas desde o norte e noroeste do Rio Grande do Sul até o sudoeste do Paraná; já as áreas de campo nativo são onde estavam há mais de dois séculos as estâncias, ou seja, as fazendas de gado.

26 Utilizo neste texto os termos: caboclo ou lavrador nacional e colono de forma genérica, sem pretender atribuindo-lhes uma identidade precisa, até porque são observados no debate somente alguns elementos constituintes destes grupos.

27 Segundo Seyferth (1993, p. 3), “não importa muito se as colônias eram particulares ou oficiais, pois o modelo de ocupação era um só para todas: visava a implementação de um sistema fundiário que privilegiava a pequena propriedade familiar, recebida por compra, a prazo, em terras públicas, sob controle da legislação e do Ministério da Agricultura. O objetivo principal era o povoamento do território com pequenos produtores rurais, preferencialmente imigrantes europeus”.

(2000), em seu estudo sobre o oeste de Santa Catarina constata este fato:

A eficácia do projeto colonizador requereu o agente humano, cujo modelo foi o do descendente de europeu, vindo das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Este é um aspecto que traz similitudes com a ideologia da colonização européia no País tendo como protagonistas os colonos trabalhadores, os “construtores do progresso e da civilização”. A exclusão dessa camada populacional encontrou justificativa e legitimação na ideologia da colonização, no modelo do colono que conviria a um “país de vocação agrícola” (RENK, 2000, p. 90).

Os ideólogos do progresso do País, desde o início do século XX, haviam definido os agentes sociais prioritários para desenvolver o País, sob as bases da modernização. Este ideário foi adotado pelas empresas colonizadoras privadas nas regiões noroeste e norte do Rio Grande do Sul e, ainda, oeste de Santa Catarina que, em geral, não permitiram a entrada dos lavradores nacionais no acesso jurídico à terra, mesmo àqueles que dispunham de recursos financeiros para tal.²⁸

Este ideário, aos poucos se torna “estrutura incorporada” (BOURDIEU, 1979) no *habitus* dos colonos e ex-colonos, que, de modo geral, passaram a advogar-se construtores do “progresso, narrando e registrando as sagas e seus feitos e revendo movimentos em suas auto-homenagens” (RENK, 2000, p. 15). Em todos os municípios que visitamos no Rio Grande do Sul,²⁹ de onde partiram vários dos migrantes hoje residentes no Mato Grosso, verifica-se em relatos orais

28 Gehlen (1998, p. 130) indica que [...] alguns caboclos queriam comprar, mas não concebiam a terra facilmente. “A preferência era sempre dos colonos que chegavam” (E. Z.). A instalação dos colonos nestas áreas irá, isto sim, considerar os caboclos como intrusos, seja pelos próprios colonos, seja pelos agentes do Poder Público e responsáveis pelos projetos.

29 Esta saga pode ser verificada nas histórias dos municípios e festividades comemorativas em comunidades rurais no noroeste e norte do Rio Grande do Sul.

ou escritos, esta saga enaltecedo o progresso construído por famílias de imigrantes, também chamadas de pioneiras, alicerçados no trabalho aplicado à natureza, que, transformada, passará a produzir riquezas. A precariedade das condições vividas nos primeiros anos nos lotes coloniais, como falta de infraestrutura (estradas, escolas, créditos e canais de comercialização) “dimensionam uma realidade que, mais tarde, seria acionada como símbolo étnico, do pioneirismo, dos primeiros ocupantes da região e a eficácia do seu trabalho” (SEYFERTH, 1992, p. 3).

Esta priorização vai contribuir para fortalecer a distinção entre os colonos (*de origem* europeia) e os “outros”, cuja denominação mais usual nestas regiões era de “caboclos”, “brasileiros”, ou ainda, “bugres”. Vai ainda contribuir para construir um espaço social já projetado desde a colonização, que se manifesta no espaço geográfico com áreas destinadas segundo o “tipo” *de origem* (alemã, italiana) e segundo a religião praticada (católicos e protestantes) (RENK, 2000). O discurso que legitimava esta prática esteve embasado na ideia de evitar conflitos e supostos contatos diretos com o “diferente”, assim como fortalecer a diferenciação e a distinção evitando a “mistura” e o acablocamento³⁰ dos colonos.

Seyferth (1992), no estudo sobre as comunidades teuto-brasileiras em Santa Catarina, indica a formação de um campesinato baseado na pequena propriedade fundiária e na produção familiar policultora, que formaram comunidades em meio aos inúmeros problemas vivenciados que tiveram que enfrentar com sua própria organização esta situação. Woortmann (1984) considera o colono uma categoria que constitui o campesinato brasileiro, assim como considera os sitiante do Nordeste, os caipiras do Sudeste e outros “tipos” de camponeses no Brasil. A sua distinção está nas formas construídas historicamente de acesso à terra, ou seja, baseado no pequeno lote, na colônia, no trabalho familiar empregado para o sustento do grupo doméstico e na construção e acumulação de patrimônio (ou capital), objetivando a reprodução da geração

30 A noção de acablocamento tinha por base a ideia de que, se dispostos os colonos junto com os caboclos, estes poderiam ir assimilando os costumes e “vícios” destes, com destaque à preguiça e ao nomadismo.

seguinte. Este processo se daria sob a autoridade patriarcal que controla a terra e o trabalho. Além disso, a indivisibilidade do lote, devendo pertencer somente a um filho, constituía parte das estratégias de reprodução do colono. O restante da prole deveria, tradicionalmente, buscar novas áreas de terra para gerar novo ciclo de reprodução em novas unidades familiares (WOORTMANN, 1984; SEYFERTH, 1992).

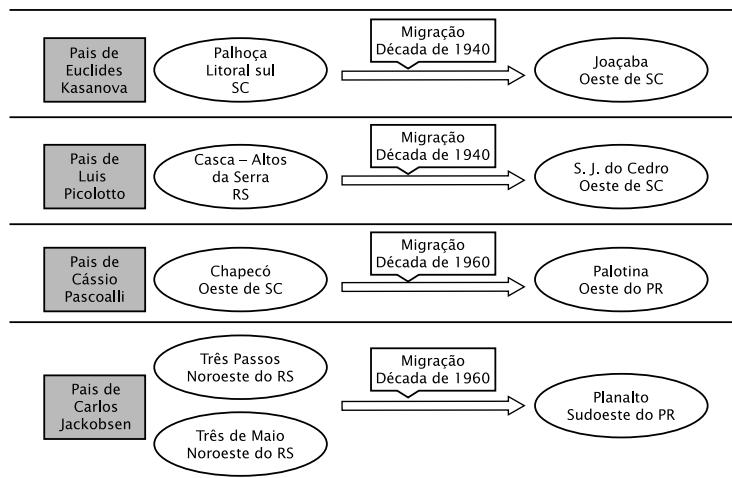
Ocorre advertir que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização, que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, analisando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial.³¹ Estas comunidades, com estes elementos identitários em comum, em meio à precariedade das condições dispostas nestes projetos de ocupação, fortalecem uma sociabilidade, assim como estratégias de reprodução familiar baseadas nelas mesmas, e no conflito diante de outros grupos socioculturais distintos (RENK, 2000; TEDESCO, 1999; GREGORY, 2008).

Alguns casos de entrevistados que migraram diretamente do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso expressam este fato como conflito, a partir da sua experiência vivida sempre assentada sobre estas comunidades “puras”. O conflito se acentua nos casos de famílias que migram em períodos de grande crescimento das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde, ou mesmo no caso dos assentamentos rurais (Santa Rosa II e Eldorado I), logo após a desapropriação da área para tal fim. Neste período (1996-2003), os fluxos migratórios para estas regiões se intensificam, caracterizando uma heterogeneidade de grupos sociais naqueles municípios oriundos de diversas regiões do Brasil.

31 Houve um período histórico em que, permeados pela ideologia da construção da identidade nacional, os agentes estatais da época criaram mecanismos de inclusão nos projetos coloniais dos camponeses brasileiros. Dois exemplos disso ocorreram na colonização de Santa Rosa, e Ijuí no Rio Grande do Sul. Destaca-se que esta inclusão continuou a segregar espacialmente em meio a linhas e córregos, os grupos sociais com base nos seus habitus e formas de fazer agricultura. De alguma maneira, isto acarretou reforço nos mecanismos de distinção já vigentes, ao se tentar transformar estes camponeses brasileiros em colonos modernos aos moldes do tipo idealizado.

Conforme os períodos históricos, as novas fronteiras foram sendo colonizadas, e assim, de alguma maneira redirecionam os fluxos migratórios. Assim, esgotadas as terras devolutas³² no norte e noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, a “marcha” nos anos 1940 a 1970 está na fronteira do oeste e sudoeste do Paraná. As famílias estudadas que têm o seu ponto de origem demarcado como oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná, verifica-se que são produtos da construção de um espaço social iniciado na geração anterior, com a migração dos seus pais, que saíram das colônias mais ao sul. No Quadro 7, destacamos a origem da geração anterior (pais), evidenciando um fluxo decorrente do Sul marchando rumo ao Oeste:

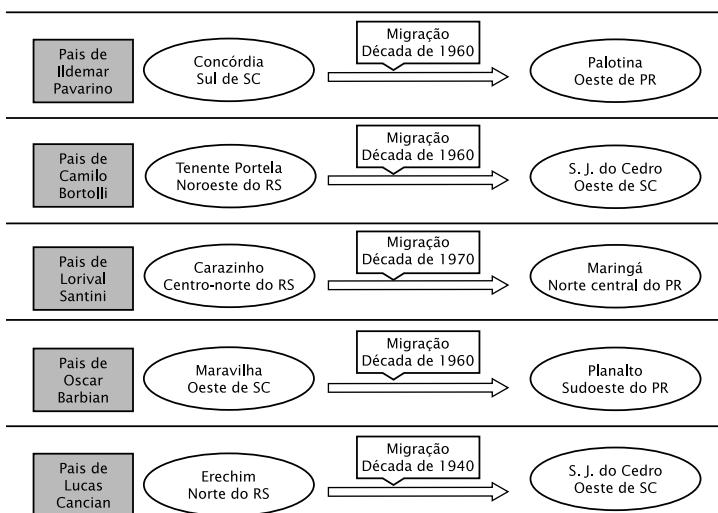
Quadro 7 | Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino



Fonte: Elaborado pelo autor.

32 Gregory (2008) chama a atenção sobre esta questão de esgotamento de fronteira e de que “não havia mais disponibilidade de terras”, observando que a estrutura fundiária do latifúndio subusado não foi alterada, e que correspondia na época a 72% do território gaúcho. Por isso, fazemos uso dos termos “escassez de terras devolutas”.

Quadro 8 | Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Roche (1969), 80 mil pessoas migraram do Rio Grande do Sul para outros estados em 1934. Em 1940, as indicações deste autor apontavam no estado de Santa Catarina 76.394 rio-grandenses e mais 14.800 no Paraná. Em 1950, o total de rio-grandenses em outros estados chegava a 205.576, dos quais 98% eram agricultores. Estes dados podem ser associados às trajetórias migratórias da geração anterior (pais) que exemplificamos anteriormente, principalmente quando observamos a década em que ocorreu a migração. No caso do Paraná, o destaque ao grande fluxo de migrantes está centrado nas décadas de 1950 e 1960, com leve diminuição a partir da década de 1970. Essa diminuição, como veremos, na Tabela 6, não significa que este fluxo de agricultores cuja origem são os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não se mantenha relevante. O principal fator que leva a esta diminuição em relação às duas décadas anteriores é que, após a década de 1970, a migração para a fronteira do Cerrado Brasileiro e Amazônia é incentivada e promovida por um conjunto de políticas de Estado.

2.2.2 | Os Colonos na ocupação do oeste do Paraná e leste do Paraguai

Compreender minimamente o processo de ocupação do sudoeste e oeste do Paraná é fundamental para enriquecer a análise da migração no Mato Grosso. Temos clareza de que o processo de ocupação por migrantes do Sul na fronteira do Paraná apresenta especificidades locais, mesmo dentro desta microrregião definida aqui como oeste; da mesma forma, não estaremos aprofundando o processo de ocupação do sudoeste deste estado. Propomos aqui uma breve análise histórica da estruturação do espaço social com ênfase na preocupação com a seleção dos colonos, promovida e planejada pelos agentes administradores e planejadores das empresas colonizadoras.

O Paraná é o primeiro estado que terá ações desencadeadas no Projeto “Marcha para o Oeste”, instituído pelo governo Vargas em 1943.³³ Os sentidos deste projeto, que não detalharemos aqui neste trabalho, visavam principalmente questões de segurança nacional e, para tal, havia a necessidade de ocupação e controle do território, seguidos de um sentido econômico que visou a produção de alimentos e matérias-primas, destacando que no pós-guerra o País ascende no processo de industrialização e urbanização e, consequentemente, potencializa o mercado consumidor. No caso da fronteira oeste, o destaque está na década de 1950 quando o governador do estado do Paraná, Bento Munhoz Lupion se comprometeu com o governo de Getúlio Vargas em desencadear o processo de colonização daquela região. Dentre as ações empreendidas pelos órgãos estatais responsáveis, a principal ação foi a concessão de terras públicas a grupos da iniciativa privada (empresas colonizadoras) que, sob regência do plano, se tornam agentes primordiais da colonização.

33 Para mais detalhes sobre o Projeto Marcha para Oeste, ver Souza (2001, p. 22-35) e Tavares dos Santos (1993, p. 23-45).

A experiência atribuída aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se refere especialmente à venda de terras, ao desenvolvimento e ocupação do espaço geográfico com base na pequena propriedade particular policultora, e à seleção dos imigrantes para a colonização incentivando colonos descendentes da imigração europeia do século XIX, foi à base das estratégias de ocupação no estado do Paraná. Entra em cena, novamente, a produção das distinções acionando o elemento do trabalho enquanto valor-moral e a distinção étnica – os colonos = *com origem* e os “outros” = *sem origem*. O agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para a indústria. Selecionar no Sul os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, ou seja, os grupos familiares, que de alguma maneira já haviam em parte sido produto (nas gerações anteriores) de processo de seleção nas antigas colônias. Mais do que isso, deveriam ser buscadas inicialmente aquelas famílias que alcançaram maior êxito, segundo esta visão de desenvolvimento, fator que poderia ser avaliado nas condições vividas por estes em suas propriedades e/ou comunidades de origem.

As informações das empresas colonizadoras eram instrumentos para demonstrar para os que “iam conhecer”, pois, para estes possíveis migrantes, encontrar no novo espaço a ser construído elementos e pessoas de origem era um dos pontos apregoados na decisão de migrar. Havia, por parte destas empresas, uma preocupação em demonstrar que o investimento seria seguro, por isso o planejamento incluía infraestrutura de algumas casas de comércio e estradas, em meio aos lotes de 25 ha cortados segundo as bacias hidrográficas de rios e córregos, além de projetos de vilas e núcleos urbanos constituídos de “quadras” com desenho de 100 m x 100 m, com 10 lotes cada um e ao redor uma projeção de pequenas chácaras de 2,5 ha onde deveria ser estimulada a produção de hortigranjeiros (GREGORY, 2008). O autor afirma que este planejamento prévio de todo o espaço, desde a divisão de lotes, vilas, estradas e serviços e locais de inserção das famílias migrantes, em muito influenciou a construção do espaço social destas regiões. Interessante verificar quão grandes são as semelhanças entre os projetos desenvolvidos na região do Alto Teles Pires neste aspecto. Isto reforça a

afirmativa dos trabalhos de Souza (2001), Tavares dos Santos (1993) e Ianni (1979) sobre os projetos de colonização dirigida no Mato Grosso, considerando que os agentes (colonizadores e colonizadoras) em grande parte são oriundos do estado do Paraná e tiveram nele seu principal espelho para planejamento e execução. Isso tem implicações de selevidade, de descarte, de rejeição em relação aos “não adequados para a colônia” (GREGORY, 2008, p. 121). Da mesma forma que acontece nas décadas recentes, no caso do Mato Grosso conforme indicamos no Capítulo 2, as avaliações das comunidades de origem sobre migrar ou não em cada período histórico, também foram presentes neste caso do oeste do Paraná. Havia, a partir do Plano de Colonização do Paraná, a construção social de um “tipo” idealizado de migrante, observando uma ideia de superioridade aos descendentes de imigrantes europeus, calcados sob a égide da ideologia do trabalho:

Importante destacar quem seriam os supostos “outros”, no caso da fronteira do Paraná, a partir de um rápido olhar histórico. A economia do oeste do Paraná, bem como do território oriental do Paraguai, girava em torno das atividades de extração de madeira, produção de erva-mate, hortelã e, mais tarde, da penetração da economia cafecista. Os produtos desta economia dominada por empresários e latifundiários da região eram escoados via fluvial pelo rio Paraná alcançando os mercados da Argentina e outros países europeus. Na margem desta grande produção voltada para o mercado, estavam grupos de camponeses e indígenas que viviam em sistema semelhante ao descrito neste trabalho sobre os caboclos no Sul do Brasil. Estes grupos sociais formavam o contingente de mão de obra que sustentava estas formas de exploração citadas. Circulavam para além das divisas nacionais hoje presentes entre países, por isso era comum, nas companhias de exploração situadas no oeste do Paraná, a presença destes camponeses e indígenas “do outro lado”, trabalhando como obreiros e assim passam a ser designados como “paraguaios”. Mais que uma designação que remete a um local de origem e moradia, “paraguaios” refere-se a um grupo social, cujo *habitus* se constrói sob outras representações do trabalho, da família ou ainda das formas de acesso à terra. Do ponto de vista dos agentes sociais em

posições superiores estes trabalhadores eram “necessários” no cumprimento de uma função, ou seja, no trabalho braçal sem o qual as atividades desenvolvidas neste período do início do século XX, não poderiam avançar (SOUCHAUD, 2007).

Nos projetos de colonização levados a cabo naquela região, após a década de 1940, eles serão designados oficialmente como os “intrusos” e grupos sociais não desejáveis na perspectiva de serem os agentes principais no processo de ocupação – “bugres” e “paraguaios”.

Na priorização dos migrantes oriundos das regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as estratégias de recrutamento variavam segundo os responsáveis diretos pela colonização, em geral empresas privadas. A empresa colonizadora Maripá, por exemplo, utilizava uma estratégia um tanto engenhosa, visando à seleção social das famílias das antigas áreas coloniais e, assim, evitar aventureiros e especuladores de outras ordens. Em vez de divulgação massiva via meios impressos e rádios, ou redes de corretores, esta empresa buscava, através de redes pessoalizadas atuantes no ramo comercial nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sócios da empresa que se caracterizavam por circular as diversas regiões destes estados devido ao seu trabalho. Estes agentes conheciam as famílias e faziam o chamamento de forma pontual observando sua reputação no local e disponibilidade de recursos.

A estratégia prévia de que, a partir deste conjunto de “bons migrantes” seriam atraídos outros, com a ideia que qualidade, atraiu qualidade. Trata-se de um *habitus* comum que continuará a ser expresso nas décadas posteriores, pelos próprios migrantes, que introjetaram este espírito de superioridade que produz e estabelece a segregação.

Nos locais de destino, ou nas novas etapas na trajetória há uma busca por construir o espaço social. Um novo “outro” passa a fazer parte, de alguma maneira, do cotidiano. Analisando alguns elementos do caso da família Pascoali, que tem em sua trajetória etapas migratórias no oeste do Paraná, assim como uma etapa constituída pela migração para o Paraguai (1971-1985), o relato aponta os estranhamentos presentes até hoje, quando fazem referências aos “nativos” destas regiões:

Porco Dio!³⁴ Na ocasião, o brasileiro lá era muito discriminado. O “paraguaio” era muito racista. Muito racista. Mas como o “brasileiro” é insistente e tem vontade de vencer, nós encarávamos tudo o que vinha pela frente. Então ali nós roçava mato ali. Tudo povo do Paraná, Marechal Cândido Rondon, e por ali. Só “brasileiro”. Que o “paraguaio” mesmo não trabalha (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Os “paraguaios”, a que se refere o entrevistado, trata-se de grupos de camponeses que em muito se aproximam dos caboclos presentes dos estados do Sul do Brasil. Sua similitude também se relaciona ao modo de vida e de reprodução social cujo prisma se baseava no acesso livre à terra. Nesta narrativa, o informante aciona especialmente o elemento de distinção associado ao trabalho. A concepção de trabalho, como força aplicada à natureza sobre a mata bruta, vai desta forma se transformar em riqueza. A mata desta região e o solo são abundantes em fertilidade natural, assim, ao ter acesso à terra, quanto maior for o sacrifício empreendido através do trabalho familiar, maior será a possibilidade de “progredir”.³⁵

Este processo de ocupação, em grande parte, conduzido pelos agentes responsáveis pela colonização, forma o meio social que de alguma maneira mantém sua relação com os locais de origem, fato que pode ser verificado analisando o fluxo migratório para esta região nas décadas posteriores. O fluxo, construído a partir dos projetos de colonização teve, nas décadas de 1950 e 1960, seu auge nos deslocamentos vindos do Sul, como vimos anteriormente. Na Tabela 6, a seguir, apresentamos os dados de Imigração para estas regiões após 1975:

34 Palavrão comumente evocado pelos colonos italianos.

35 Zart (1998) aponta que o mito do trabalho alemão renasce no Paraguai. Observa que no momento em que as colonizadoras conduzem as levas de camponeses para o Paraguai, tomaram dois cuidados especiais: “dar prioridade aos descendentes germânicos, e depois através de longas conversas convencê-los de que iriam ensinar aqueles preguiçosos paraguaios e a negrada brasileira, que estava lá para trabalhar” (*apud* WAGNER, 1990).

Tabela 6 | Principais estados de origem dos fluxos migratórios do oeste do Paraná

Estados	1975-1980	%	1980-1991	%	1991-2000	%
Rondônia	300	0,80	4.480	1,84	1.794	5,84
Minas Gerais	3.388	2,37	1.195	3,16	940	3,06
São Paulo	8.658	23,95	6.788	17,94	8.062	26,23
Santa Catarina	8.047	22,26	5.810	15,35	6.592	21,45
R. G. do Sul	11.807	32,65	7.021	18,55	6.196	20,16
M. Grosso do Sul	2.685	7,43	2.989	7,9	3.195	10,39
M. Grosso	507	1,39	9.087	23,9	3.940	12,86
Outros estados	768	2,12	517	1,37	18	0,06
Total	36.157	100,00	37.847	100,00	30.737	100,00

Fonte: FIBGE – Censos, 1975, 1980, 1991, 2000 (RIPPEL, 2005).

Os dados de imigração do oeste do Paraná apontam para a predominância dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (destacados em cinza), que respectivamente, correspondem no período de 1975-1980, a 32,65% e 22,26%, totalizando o percentual de 54,91%. O terceiro estado com volumes de imigração é São Paulo, decorrente da frente colonizadora do norte, especialmente os colonos cuja principal atividade era a cafeicultura. Vale salientar que após 1980, conforme Rippel (2005), os focos da imigração tendem cada vez mais a se dirigir para os núcleos urbanos que se tornam polos regionais do setor industrial e de serviços. Citamos principalmente as cidades de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu. Os dados são indicativos de que ainda assim, o fluxo construído nas décadas de 1950 e 1960 com os projetos de colonização vão seguir contínuos mesmo diminuindo a intensidade. Aqui caberia uma análise mais aprofundada considerando a hipótese de que as redes sociais em que estavam envoltos os migrantes era fator fundamental para manter acesso a este fluxo.

Conforme Souchaud (2007), compreender a ocupação da parte oriental do Paraguai por colonos oriundos do Brasil remete a observar os interesses políticos e econômicos que confluíram nas décadas de 1950 e 1970, tanto de parte dos governos do Brasil como do Paraguai.

De parte do Brasil, esta região da tríplice fronteira era considerada de segurança nacional, tanto que a cidade de Foz do Iguaçu era uma colônia militar. Este interesse na fronteira oeste passa pelo plano de reocupação já apontado anteriormente. Mais que isto, o sentido do controle do território passa cada vez mais por instrumentos econômicos, sociais e políticos. O olhar sobre esta região nestas décadas pelo Estado brasileiro observa principalmente o potencial energético do rio Paraná, que depois se transforma na Usina Hidrelétrica de Itaipu, e as vastas áreas de florestas situadas no lado do Paraguai, vasta área considerada improdutiva, e, portanto, como possibilidades de integração política, econômica e social a partir da implantação de uma agricultura com base na modernização como já havia se ensejado no lado brasileiro.

Nesta época favorecidos pelos órgãos estatais, inicia-se a “entrada” de especuladores e compradores de terras nesta região. Entram nesta época as colonizadoras rurais e os primeiros colonizadores que serão os encarregados de lotear as glebas. Estes empreendimentos vão constituir uma rede de instrumentos e meios modernos de divulgação e publicidade no Brasil, a partir de margens das principais ruas, enaltecedo a riqueza natural, associando a promessa de fortuna aos migrantes que tivessem boa vontade (SOUCHAUD, 2007). A trajetória de Cássio Pascoali e outros agricultores brasileiros, está inserida neste contexto de “entrada” no Paraguai nesta época:

Bom, para começar nós compramos um pedaço de terra lá, que na época a terra lá valia ouro. Compremos 15 alqueires de terra cada. E éramos 22 famílias. Gente bem mais estudada fazia a propaganda e nós entramos neste jogo. Pagamos toda a terra pro dito fazendeiro. Era tipo uma gleba tinha 200 alqueires. Daí 15 dias o cara vinha para trazer os documentos. Fomos até a vila para pegar o um recibo de pagamento que foi o que nos conformou. Um pagou tudo o outro faltava um pouco, mas em geral praticamente tinha pagado tudo. E se acarquemos a derrubar mato (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

A propaganda “de gente mais estudada” está situada exatamente no conjunto de especuladores e corretores de imóveis que agiam nos dois lados da fronteira, e por estes os grupos de familiares vão procurar adquirir a gleba de 200 alqueires. Neste caso uma imobiliária do município de Assis Chateaubriand, oeste do Paraná. A gleba foi comprada em conjunto de 22 famílias e parcelada objetivando formar uma pequena comunidade. Eram famílias “trabalhadoras” de municípios do Paraná, eram todos “filhos” de famílias oriundas das colônias, inclusive Cássio Pascoali, que migrou junto com seus pais (ver Fluxograma 2) de Nonoai para Palotina. A alegria de ter comprado um pedaço de terra não foi duradoura para as 22 famílias, pois compraram uma área cujos documentos eram falsos:

Cristiano – As 22 famílias eram do Paraná mesmo?

Do Paraná mesmo. Tudo povo de Marechal Cândido Rondon, Palotina e por ali. Povo do Paraná. Só brasileiro (...). Lá pelas tantas quando tinha derrubado uns 15 alqueires, e cavado o poço; lá o poço é cavado de 18 m a 20 m de profundidade. Outro dia chega uma camionete. O cara desce e pede aí trabalhando? Nós achávamos que era o cara que vinha trazer os documentos para nós. O cara olhava para cá, olhava para lá, tudo com jeito de espantado, disse, mas vocês compraram isso aqui? Sim dissemos, compremos. Têm documento? Olha tem, o cara está trazendo por estes dias, até achamos que era você. Ele disse, olhem infelizmente vocês compraram a área errada. Pare homem! Não, porque eu tenho o documento (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Cristiano – Compraram de quem?

Compramos de um dono de uma imobiliária de Chateaubriand, que apresentou a gleba tal. Mas não ele disse. Aí o pessoal foi reunindo dali e daqui vão tudo prejudicado. (...)

Não porque eu comprei esta área toda e está documentada, tem escritura, é registrada, puxou os documentos e mostrou legalzinho, tudo bonitinho. Resolvemos levar o cidadão na delegacia. Levamos lá e aí lá se chamava o comissário a autoridade. Igual o inspetor daqui do Brasil. Verificou e: *No esto es el documento legal. “Este cudadón compro todo el gaño. E ustedes ah, no sei o que a vamo facer com ustedes”* (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Aqui não há certeza sobre a veracidade dos documentos. Conforme Souclaud (2007, p. 95-97), os agentes paraguaios (também os comissários) favoreciam alguns proprietários em detrimento de outros. A grande corrida de corretores de imóveis, empresários e especuladores em busca de terras foi intensa neste período. As fraudes acompanham este processo, por vezes mediadas por órgãos ou pessoas no plano dos Departamentos:

Rapaz, aí começou o conflito de novo, e vira daqui e vira dali, e disse ele, “infelizmente vocês vão ter que me desocupar a área que eu vou plantar café, já tenho o meu povo lá do Paraná e vocês vão ter que desocupar” (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

O proprietário, que requereu reintegração de posse da gleba apresentando documentação diante do grupo de famílias, também era um brasileiro. Um brasileiro empresário que pretendia investir na cafeicultura e assim recrutaria “seu povo lá do Paraná”. Souchaud (2007, p. 98-99) trata sobre este processo. O café como atividade econômica fazia parte das culturas de interesse do governo paraguaio. Diante disto, este fez concessões de área de terra a grupos brasileiros para esta exploração. Há uma diferença interessante neste caso que, ao pensar em café, foram concedidas terras a empresas das regiões do café no Brasil, ou seja, situadas no norte do Paraná. O passo seguinte foi o parcelamento das áreas para vendê-las aos agricultores brasileiros, porém, o recrutamento nestes

projetos priorizava agricultores do norte do Paraná que já desenvolviam atividade de cafeicultura.

Expulsas da terra, as 22 famílias não retornaram ao Brasil. Imediatamente, a estratégia adotada por todos foi de ir residir numa pequena vila naquela região, e “começar de novo”, ou seja, trabalhar como peões em fazendas e empresas de exploração das atividades mencionadas acima, ou para outros agricultores capitalizados instalados naquela época, visando juntar algum recurso para, posteriormente, adquirir uma área de terra após alguns anos naquele país.

De fato, o casal após cinco anos de trabalho consegue se tornar naquele país proprietário de um lote de terras, sendo que uma parte foi adquirida e a outra foi direito de herança de Ildemar Pavarino, por condição do casamento. Este caso reforça os indicativos apontados na Seção 1.4.2, sobre a estratégia do trabalho “de peão” como meio de acumular algum recurso para posteriormente adquirir área de terra. De outra parte, o caso descrito anteriormente aponta duas estratégias de recrutamento e seleção de agricultores brasileiros: i) o do grupo das 22 famílias pelo corretor da imobiliária; ii) o caso do proprietário legítimo das terras no Paraguai, que recrutaria pequenos agricultores do café no norte do Paraná.

2.3 | A SELEÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES PARA O CERRADO MATO-GROSSENSE

Conforme abordamos, até a década de 1970, os deslocamentos dos colonos incentivados inicialmente pelos projetos de colonização alcançavam o sudoeste e o oeste do Paraná. Os governos militares se encarregariam de levar adiante o projeto de ocupação dos estados brasileiros do Centro-Oeste e Amazônia, já iniciados desde a “Marcha para o Oeste”, na era Vargas. Assim, o Estado enquanto agente que leva a cabo essa modernização, constrói um conjunto de políticas de incentivo a este processo. Dentre as políticas de incentivo à ocupação destas novas fronteiras, o foco se volta para a atração de migrantes destas “colônias” (SOUZA, 2001; TAVARES DOS SANTOS, 1993). Na Tabela 7 analisamos como

exemplo o oeste do Paraná verificando os principais estados de destino da emigração:

Tabela 7 | Principais estados de destino dos fluxos migratórios do oeste do Paraná

Estados	1975-1980	%	1980-1991	%	1991-2000	%
Rondônia	27.985	18,24	6.526	9,6	2.331	5
Minas Gerais	4.945	3,22	1.813	2,67	1.714	3,68
São Paulo	51.142	33,34	17.996	26,48	12.026	25,81
Santa Catarina	10.452	6,81	11.936	17,56	13.645	29,28
Rio Grande do Sul	4.672	3,05	4.820	7,09	5.015	10,46
Mato Grosso do Sul	20.763	13,53	5.672	8,35	3.891	8,35
Mato Grosso	30.631	19,97	15.349	22,59	7.921	17
Outros estados	2.825	1,84	3.845	5,66	60	0,13
Total	153.415	100,00	67.957	100,00	46.603	100,00

Fonte: FIBGE – Censos 1975, 1980, 1991, 2000 (RIPPEL, 2005).

Os dados da Tabela 7 apontam os fluxos migratórios de destino do oeste do Paraná. O Total da Emigração desta região oeste vêm se reduzindo drasticamente. Este dado, porém, deveria ser relacionado com os dados de fecundidade, também em sequência histórica, visto que, por ser uma região ocupada nas décadas de 1950 e 1960, conforme discutimos nas seções anteriores, passa pelo auge de imigração, com destaque a pessoas jovens e famílias recém-constituídas que, em geral, tiveram grande número de filhos. Essa nova geração estará na etapa do ciclo de vida (pré e pós-matrimônio conforme Seção 2.1) na década de 1970.

Os dados do período 1975-1980 apontam o destino dos paranaenses para três estados onde estão nesta época sendo desenvolvidas políticas de incentivo oficiais para reocupação do território brasileiro, as novas fronteiras. Nesse período os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso correspondem, respectivamente, a 18,24, 13,53 e 19,97 do total dos emigrantes totalizando o percentual de 51,74%. No período de 1980 a 2000 decai a migração rumo aos estados do Mato

Grosso do Sul e Rondônia, mas chama a atenção a manutenção do fluxo para o estado do Mato Grosso, com pequenas alterações.

Os dados referentes à migração para São Paulo e Santa Catarina nas décadas de 1980 e 1990, também são relevantes e somados correspondem a 44,04 e a 55,09 respectivamente, e, portanto, deveriam ser melhor analisados. Rippel (2005) considera que o movimento rumo a São Paulo está associado à urbanização da capital desse estado que após a década de 1970 entra em amplo crescimento. Vale considerar que há vários fluxos migratórios rumo a essa cidade, oriundos de diversas regiões do Brasil, dentre elas um cujas origens estão os estados do Sul. No que se refere à Santa Catarina há um destaque para o período de 1991-2000 com 29,28 % do total da emigração. Esse fluxo tende a estar relacionado a processos de industrialização da região metropolitana de Florianópolis e Vale do Itajaí, que neste período tem se tornado um dos principais destinos das migrações observando a dinâmica dos deslocamentos internos dos três estados da região Sul (BAENINGER, 2008). No entanto, alguns entrevistados de nossa pesquisa apontaram cidades dessa microrregião de Santa Catarina considerando que há familiares, parentes e conhecidos, ou seja, integrantes de suas redes sociais com os quais mantém contato. Assim evidenciamos a necessidade de outros estudos para tratar desse processo.

Retomando o foco central da seção. Os projetos de ocupação das regiões do Centro-Oeste e Amazônia vão acionar e reforçar novamente o ideário da construção do progresso do País, desenvolvendo suas potencialidades agrícolas sob as bases da modernização. Se os projetos de colonização e políticas de incentivo são determinantes para a construção dos fluxos, é necessário compreender que estes projetos vão produzir o prolongamento das redes sociais existentes nos espaços de origem, as quais serão acionadas para, posteriormente, produzir a migração de outras pessoas e famílias. Isto, associado às propagandas dos projetos, às informações que circulavam via os migrantes que viajavam, e mais uma articulação empreendida pelas empresas de colonização privadas e suas redes de corretores de imóveis presentes em quase todas as principais cidades das regiões coloniais do sul do Brasil, ampliavam a difusão da ideia da migração. No bojo de toda esta rede institucional articulada

entre o Sul e o Mato Grosso estava à busca, prioritariamente, de um “tipo” de migrante para os projetos de colonização. No entanto, demons-tramos nas seções seguintes que, além desta rede social dos migrantes e seus afins, as políticas e projetos que priorizam e por vezes recrutam famílias do Sul continuam sendo promovidas até os anos recentes. Nas subseções a seguir são analisados um conjunto de casos (ou aspectos destes) de seleção social ou priorização de migrantes do Sul, situados em períodos históricos diferentes. Os casos aqui elencados todos têm alguma relação com as trajetórias dos “pequenos” proprietários rurais focos desta investigação, do mesmo modo que fizemos ao tratar nas seções anteriores, sobre aspectos históricos de regiões do sul do Brasil.

2.3.1 | Aspectos da seleção social na colonização de Sorriso e Boa Esperança

O processo de ocupação do norte mato-grossense vai considerar em sua base, a experiência desenvolvida no Paraná. Isto se confirma quando observamos que muitas das empresas que ganharam concessões de terras para os projetos eram oriundas daquele estado. A empresa Colonizadora Sinop operou na região norte do Mato Grosso, onde hoje se localiza o município de Sinop – esta empresa já havia atuado no processo de ocupação no norte do Paraná;³⁶ a Colonizadora Feliz, de Sorriso, responsável pela condução das áreas que hoje compõem os municípios de Sorriso incluindo o distrito de Boa Esperança e o município de Feliz Natal,³⁷ teve seus proprietários oriundos do sudoeste do Paraná.

O ponto de partida para compreender a grande presença de “paranaenses” na participação da população do município de Sorriso remete à observação da origem destas empresas colonizadoras. As famílias

36 Para maiores informações sobre o processo de ocupação e desenvolvimento das áreas de Sinop e Alta Floresta em Mato Grosso, ver SOUZA. Sinop, História, imagens e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop. Dissertação de Mestrado em História UFMT, 2001.

37 BORTONCELLOS, Odila; DIAS, Elisia Aparecida. *Resgate histórico do município de Sorriso: Portal do cerrado mato-grossense*. Cuiabá: Edu, 2003.

proprietárias da colonizadora Feliz (e depois da empresa colonizadora Sorriso) desenvolveram estratégias de recrutamento em determinadas regiões do sul. O sudoeste do Paraná, neste caso, é a principal microrregião, justamente por ser também a origem das famílias da colonizadora. Nestes termos, também se espalham mecanismos de propaganda e promoção de viagens com os interessados para conhecer e adquirir terras. O escritório da empresa localizado na cidade de Francisco Beltrão/PR, e uma rede de corretores de imóveis espalhados por inúmeras cidades dos três estados do Sul do Brasil entram em cena e desencadeiam o “chamamento”. As primeiras famílias que migraram e compõem o grupo dos pioneiros do município de Sorriso (BORTONCELLOS e DIAS, 2003) têm esta origem no estado do Paraná. A Tabela 8 traz os dados da naturalidade por estado de origem das pessoas ocupadas na agropecuária no município de Sorriso em comparação com o norte do Mato Grosso e o estado como um todo:³⁸

Tabela 8 | Estado de naturalidade das pessoas cuja atividade principal é a agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal

Naturalidade por UF	Mato Grosso		Norte mato- grossense		Sorriso	
	Quantidade de Pessoas	%	Quantidade de Pessoas	%	Quantidade de Pessoas	%
Paraná	36.751	15,9	29.202	30	965	32,4
Santa Catarina	5.859	2,6	4.436	4,5	396	13,3
Rio Grande do Sul	13.101	6,7	7.910	5,1	976	32,5
Outras UFs	175.501	74,8	45.656	39,6	571	21,9
Total	231.212	100	87.304	100	2.878	100

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico, ano 2000.

Ao estabelecer o comparativo entre a naturalidade das pessoas ligadas à agropecuária deste município, o norte mato-grossense e o estado do Mato Grosso, têm respectivamente, 78,2%, 39,6% e 25,2%.

38 Considerando-se a População Economicamente Ativa (PEA).

Ou seja, os dados apontam para uma predominância acima da média estadual e do norte do Mato Grosso de pessoas cuja naturalidade está situada nos estados do Sul, especialmente o Paraná. Uma das primeiras hipóteses está ligada à influência do projeto de colonização privada operado no município de Sorriso. A ocupação das terras e o posterior desenvolvimento agrícola, foram atividades que mobilizaram a migração do Sul do Brasil. No que tange ao recrutamento desenvolvido pela empresa colonizadora, indicamos a predominância de pessoas oriundas do Paraná, com 32,4% seguidas do Rio Grande do Sul com 32,5%. No entanto, um número que não dispomos aqui para análise é o número destes naturalizados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que tiveram uma etapa migratória no Paraná, mesmo podendo apontar a partir do trabalho de campo a existência deste fato.

Beuter (2002, p. 169-171) em seu trabalho sobre colonização, da área que pertencia ao projeto de Boa Esperança mapeou 50 famílias consideradas por ele como pioneiras. Destas aparecem 29 famílias cuja naturalidade pertence aos municípios do norte gaúcho, seguidos de 10 famílias do oeste de Santa Catarina e sete do oeste do Paraná. Já quando observados os dados do autor referentes ao que chama de procedência (local onde residiam antes da migração para Boa Esperança), identificamos 19 casos dentre o total de 50 casos por ele mapeados, que constituem outras etapas migratórias onde ganham destaque o oeste catarinense e oeste paranaense além de algumas microrregiões do próprio Mato Grosso.

No distrito de Boa Esperança, em entrevista com algumas das famílias pioneiras, foi possível evidenciar estratégias de chamamento da empresa colonizadora que auxiliam na explicação desta predominância na naturalidade no norte do Rio Grande do Sul. Gilmar Hummer relata que fora convidado e contatado por um corretor do município de Carazinho que o trouxe para ver as terras. Comenta ainda que haviam corretores em Passo Fundo, Ijuí e Santa Rosa que também faziam este trabalho. Desta forma, entender os processos empreendidos pelas colonizadoras privadas no Mato Grosso remete a pensar a relação construída com empresas corretores de imóveis e os seus corretores localizados nas

regiões do sul do Brasil. Estes articulavam tanto a propaganda em meios de divulgação locais (jornais, rádios), mas acima de tudo empreendiam um chamamento de forma direta a determinadas famílias. O caso de um dos primeiros participantes do projeto da gleba que dá origem ao distrito da Boa Esperança indica uma distribuição espacial de corretores ligados às colonizadoras (Sorriso e Feliz) localizadas nas principais cidades do norte do Rio Grande do Sul:

Cristiano – Como o senhor veio e ficou sabendo?

Vim através da corretora que tinha lá, em Ijuí, em Carazinho e em Santa Rosa. Os corretores que procuravam a gente. E ela mesma contratava as empresas de ônibus pra vim pra cá (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/2008).

Cristiano – Então o senhor entrou em contato com o corretor. Mas ele era ligado aqui à colonizadora?

É, primeiro era colonizadora Sorriso, só que depois eles se separaram, aquela Feliz ficou com Sorriso, e o Alberto ficou com a colonizadora velha nesta parte de cá. Mas a colonizadora ainda tem terra aqui (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/2008).

Assim, o chamamento pontuava famílias *de origem*, cuja reputação nestas localidades pudesse influenciar outras famílias que migrariam posteriormente. Esta estratégia é semelhante àquela utilizada pela empresa Maripá no oeste do Paraná partindo da tese que “qualidade atrai qualidade”. Gilmar Hummer era considerado em sua localidade de origem Carazinho antes da migração, um “colono forte”, ou seja, possuía uma área de terras própria, desenvolvendo a agricultura mecanizada. Neste sentido observamos que, da mesma forma, outras famílias pioneiras mencionadas pelo entrevistado compuseram o grupo da primeira leva no projeto da Gleba Boa Esperança:

Cristiano – Outros também vieram nessa época?

Da localidade que eu morava não, mas têm de Sarandi, os Zanatta; têm de Marau, os Zanella (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/2008).

Estes casos apontam para a relevância da rede dos corretores de imóveis no processo de recrutamento na região de Sorriso, da mesma forma que os estudos sobre os casos no oeste do Paraná e Paraguai também já haviam indicado. Trata-se de agentes estruturantes para compreender a articulação de projetos, venda de terras, recrutamentos, ou seja, são agentes conectados no sul com estas regiões do Mato Grosso. Além de observar a importância destes agentes a partir da perspectiva dos migrantes, seria necessário realizar estudo empírico em regiões do Sul e do Mato Grosso, localizando parte destes corretores e as respectivas empresas que possam vir a estar em plena atuação neste processo.

2.3.2 | Ipiranga do Norte e a sua formação a partir de um caso de recrutamento em 1989

O atual município de Ipiranga do Norte, conforme apontamos de forma breve no Capítulo 1 tem origem nos projetos de assentamentos desencadeados na década de 1990. Tannury (2003) aponta os grupos de famílias sem-terra acampadas que constituíram o primeiro assentamento (Eldorado I) no ano de 1993. Deste, um grupo de famílias “gaúchas” que se encontravam acampadas em Nobres. Nesta seção buscamos reconstituir a trajetória desse grupo que se caracteriza como um caso de recrutamento oficial de migrantes-agricultores, não nas décadas comumente observadas nas bibliografias sobre reocupação da fronteira, mas ocorrido em anos mais recentes.

No ano de 1989, em meio a um processo intenso de mobilização social na luta pela terra no Rio Grande do Sul, surge um acampamento no município de Ronda Alta organizado pelo MST. O marco deste acampamento são famílias de agricultores desalojados da Reserva

Indígena da Serrinha que abarcava os territórios nos municípios de Constantina, Ronda Alta, Três Palmeiras, Engelho Velho e Serrinha, com área de 11.950 ha, demarcada em 1911, porém expropriada pelo Estado para assentar famílias de colonos nas décadas de 1950 e 1960. A luta empreendida para a retomada da área pelos indígenas, principalmente pelos Caigangues, especialmente nas décadas de 1960 e 1970 vai ser reconhecida na Constituição de 1988. Por força de lei a partir de 1989 e início da década de 1990 a terra foi devolvida aos indígenas causando o desalojamento de centenas de famílias de agricultores³⁹ (CARINI, 2008). Uma grande parte destas famílias passa a integrar a base inicial deste acampamento em Ronda Alta naquele ano. Somaram-se a este acampamento famílias e “gente solteira” das próprias regiões do Alto Uruguai, filhos de agricultores das colônias que sonhavam com um pedaço de terra. Neste mesmo ano marcado por um conjunto de acampamentos no Rio Grande do Sul e intensos conflitos, o Estado através do Incra aponta novamente a estratégia de recrutamento de famílias para a fronteira.

Segundo a narrativa de Ildo Coraza, uma das famílias que integrou este recrutamento, a possibilidade de migrar para o Mato Grosso foi criada quando um funcionário do Incra⁴⁰ que no ano de 1989 foi à Ronda Alta fazer uma reunião. No dia 09.05.1989, data em que ocorreu a reunião entre o agente do Incra e os acampados foi apresentada a intenção do Estado de conceder áreas de terra em outras regiões do Brasil, citando especialmente regiões dos estados do Mato Grosso,

39 Na trajetória de Roberto Trezz, natural de Constantina este conflito histórico é em parte a razão que levou o agricultor a vender a terra (1984) e investir no ramo do “comércio” (1984-1987). A terra fazia parte da área em disputa. Da mesma forma, dois irmãos de Roberto Trezz, compunham o grupo de agricultores desalojados na Reserva da Serrinha e foram assentados em assentamentos no município de Dom Pedrito, região sul do Rio Grande do Sul.

40 O funcionário do Incra é natural de Tenente Portela, norte do Rio Grande do Sul. Participou da mobilização de agricultores daquele município para os projetos de colonização de Canarana e Terra Nova do Norte, quando de 1977 a 1981 foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Na década de 1980, torna-se funcionário do Incra.

Goiás, e Bahia.⁴¹ Como encaminhamento prático a partir da seleção de famílias interessadas, que totalizaram o número de 110, foi tirada uma comissão de 20 agricultores que visitariam as áreas possíveis nestes estados citados. As despesas totais desta visita com passagens de ônibus, hospedagens e mais o fretamento do avião, foram pagos pelo Incra. A primeira área visitada por esta comissão foi em Nobres, local “que o pessoal gostou” e assim não chegaram a visitar outras áreas possíveis em outras regiões do Brasil.

Não obstante este caso aponta, dentre outras coisas, como os assentamentos na fronteira compõem um mecanismo de alívio de tensões sociais no campo, de forma muito semelhante a exemplos desencadeados nos projetos de colonização levados a cabo nas décadas anteriores. Neste caso, é importante fazer menção a indicações de que o processo de recrutamento já havia começado antes desta reunião. Há relatos da construção de propaganda por parte de algumas lideranças locais que compunham o acampamento, talvez influenciadas pelo Incra meses antes da reunião; ou seja, antes mesmo de ocorrer o recrutamento oficial já estava posta entre os acampados a questão das terras em outros estados, o que em parte, suscita um caso já ocorrido no projeto da Gleba Verde em 1981. O MST, por ocasião, manifestou-se contra esta proposta emergente, que ocasionou desvinculação do movimento daquelas famílias que posteriormente migraram para Nobres.⁴²

Se a reunião aconteceu em maio, dois meses depois no mês de julho de 1989, as 110 famílias, chegaram com “as mudanças” em Nobres. Porém, na área de 50 mil ha localizada a 60 km da sede do município houve uma surpresa. Segundo Ildo Coraza, havia um acampamento de 600 famílias provenientes do próprio Mato Grosso. Assim, seguiram tensões entre os que foram “recrutados” e os que se julgavam

41 Estes estados colocados como possibilidades à comissão dos agricultores recrutados no Sul para conhecer é um indicativo de que outras ações semelhantes foram desencadeadas pelos agentes do Estado neste período.

42 Informações extraídas de entrevistas com dois agricultores hoje residentes, um no município de Dr. Maurício Cardoso, e outro em Piratini, ambos do Rio Grande do Sul, que participaram deste acampamento entre 1989-1991.

no direito de posse por “estar ali”. Enquanto este grupo de famílias do Sul aguardava o Incra cortar,⁴³ as demais famílias foram “grilando” e tomado posse da área, ato que depois acabou sendo legitimado com a posse legalizada dos lotes pelo Incra três anos depois (1991), para aquelas famílias que assim procederam.

O procedimento de demarcação dos lotes se alongou por estes três anos. Durante este tempo em que aguardavam a demarcação, as dificuldades foram aparecendo. Os poucos recursos, seja em dinheiro, seja de provimentos alimentares, foram escasseando e naquela região, as alternativas de trabalho em fazendas como peão diarista eram pequenas. Diante destas dificuldades, 56 famílias desistiram do acampamento e a maioria, retornou para o Rio Grande do Sul (alguns migraram para outras regiões do Mato Grosso). Muitas destas famílias não retornaram em função da própria falta de dinheiro para as passagens dos membros da família. No dia 16.07.1992 as 54 famílias restantes foram conduzidas para uma nova área do assentamento Eldorado I.

O agente do Incra mencionado pelo assentado de Ipiranga do Norte⁴⁴ afirma que foi responsável por levar mais de mil agricultores do Sul para as regiões Norte e Centro-Oeste em projetos de colonização, os assentamentos rurais, este foi o caso dos acampados de Ronda Alta. “Se o cara é destas regiões, do Sul, da minha região, em qualquer projeto eu assino embaixo”. Nestas palavras uma ideologia já apontada no passado vai sendo reelaborada nas diversas formas de ocupação por onde marcham os migrantes do Sul, marcando estes como agentes prioritários para um projeto de desenvolvimento do País de vocação agrícola.⁴⁵

43 O termo cortar é utilizado para a operação realizada pelo Incra de demarcação dos lotes, onde em cada divisa entre lotes é aberta uma pequena picada, que se assemelha a um corte na vegetação nativa.

44 Cito entrevista breve realizada por ocasião do evento chamado 4º Encontro dos Amigos do Portelaço. Em maio de 2008, no município de Sorriso, evento que em parte é representativo dos processos migratórios descritos anteriormente ao reunir um conjunto de migrantes espalhados pelo Mato Grosso, todos com uma origem comum – o município de Tenente Portela.

45 Neste aspecto além da ideologia é possível identificar a noção de pertencimento a um grupo social, analisada na Seção 3.2 desse livro.

O recrutamento considera os migrantes a partir de uma concepção “utilitarista”. “Migrantes são vistos do ponto de vista econômico como necessários ou dispensáveis” (SAYAD, 2000, p. 50). Considerar a visão utilitarista sobre determinados grupos de migrantes é analisar o fato a partir da perspectiva dos agentes em posições sociais superiores envolvidos no processo migratório, qual a função (que pode produzir a perspectiva da necessidade ou dispensabilidade) atribuída para estes grupos sociais. As “funções” disseminadas pelos órgãos oficiais responsáveis na promoção da migração, “no chamamento” dos migrantes no Sul, ou por mecanismos de seleção social, atribuem a função maior de promotores do desenvolvimento com base na modernização. Isto fica evidenciado neste conjunto de casos dos projetos de colonização. Mesmo assim, casos de recrutamentos como os mencionados nesta subseção permitem relativizar esta visão genérica na medida em que este grupo recrutado, não fora assumido inicialmente neste local de destino no Mato Grosso. Paralelamente, este mesmo grupo do ponto de vista dos agentes do Rio Grande do Sul em posições sociais superiores (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fazendeiros da região e outros), considerou estas famílias dispensáveis, indicando desta forma a possibilidade de uma leitura do ocorrido pela relação entre migração e exclusão social.

Esta é uma questão que se coloca no trabalho que aponta a importância de pensar a visão utilitarista presente nos processos migratórios, fato que é recorrente nos estudos que relacionam a migração e o mercado de trabalho. Desta forma, no decorrer da investigação dois aspectos devem ser objeto de reflexão: i) refletir sobre o sentido utilitário ou de dispensabilidade – vantagens e custos para quem, a quem interessa (ou não) a presença de novos migrantes que vêm chegando a estas regiões, principalmente destacando a imigração intensa verificada na última década na microrregião do Alto Teles Pires; ii) observar o momento histórico e o espaço social em que estes grupos de migrantes se situam. Os mesmos grupos sociais podem, como vimos, ser considerados, por vezes necessários e por vezes dispensáveis dependendo das condições históricas e trajetórias migratórias empreendidas. Mesmo não considerando que os fluxos podem ser contidos ou somente desen-

cadeados, como algo totalmente controlável como de fato não o são, vale observar a construção destes mecanismos de seletividade que vão facilitar ou dificultar a possibilidade de determinados grupos de migrar ou permanecer nestes locais:

Afinal, um migrante só tem razão de ser, no modo provisório e é esta a condição que se espera dele; ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de sê-lo pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 2000, p. 55).

No âmbito da fronteira, essas noções apontadas pelo autor são relevantes a partir do momento em que identificamos uma latente priorização de migrantes sulistas, que passarão a ocupar funções e espaços específicos nas novas regiões, observando a construção da distinção social. O discurso do prefeito⁴⁶ por ocasião do 4º Portelaço, um evento festivo que reúne caravanas de migrantes sulistas localizados em diversas regiões do Mato Grosso, traz aspectos sobre os sentidos da migração:

O Mato Grosso é muito grande, e muito distante e é terra de oportunidades. O Mato Grosso recebe a todos com muito carinho. Este Mato Grosso tem um respeito muito grande pelo Rio Grande. Por aquilo que o Rio Grande fez, formou agrônomos, formou engenheiros, formou médicos, formou dentistas e mandou para o País inteiro. É o berço de tudo. O Mato Grosso deve muito ao Rio Grande pelo que o Rio Grande fez, pela soja plantada, pelas aberturas do Cerrado, e os gaúchos e as gaúchas que aqui vieram são responsáveis por tudo aquilo que está acontecendo, por este desenvolvimento fantástico que o Mato Grosso tem tido, e se tornará

⁴⁶ Discurso pronunciado no encerramento do 4º Encontro dos Amigos do Portelaço, município de Sorriso, maio de 2008.

não só o maior produtor de grãos, mas o maior industrializador deste país (Prefeito de Sorriso, 14/05/2008).

Os significados da migração presentes nos discursos atribuem aos “sulistas” a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento, destacando que a promoção da migração destes agentes foi e continua sendo uma ação priorizada que compunha um projeto maior de desenvolvimento do Brasil em que o Estado teve um papel fundamental. Os migrantes do Sul mesmo considerando sua heterogeneidade nos discursos e práticas oficiais são consideradas os agentes necessários “para desenvolver”. Esta assertiva se reproduz desde os processos de ocupação desenvolvidos no início do século XX. Assim, verificam-se ações políticas que podem estimular ou conter as migrações. Os casos das migrações internas para a Amazônia, promovidas pelo Estado através de políticas de colonização de novas terras, não foi adotada apenas no passado recente (pós-64). Mas, conforme trouxemos algumas indicações, estas ações governamentais estão presentes ainda hoje, promovendo os assentamentos de trabalhadores rurais do Centro-Sul do Brasil na região Amazônica.

2.4 | MANIFESTAÇÕES ATUAIS DE SELEÇÃO SOCIAL DE MIGRANTES

Na abordagem sobre os processos de ocupação das regiões do Sul de onde partiram ou por onde passaram as trajetórias das famílias identificamos a construção social de um “tipo” de migrante que, na medida em que segue seu percurso vai construindo um *habitus* em meio a distinções e ações objetivas que em alguma medida não esteve dissociado das políticas de incentivo a migração nas fronteiras agrícolas. Neste sentido, vale observar como estão operando alguns mecanismos de seleção social atualmente. Nesta seção a intenção é observar alguns casos onde a priorização das famílias destas regiões do Sul continua presente, talvez operando suas devidas peculiaridades.

Um dos assentados que compõem as trajetórias aqui analisadas, da gleba Mercedes V, traz a narrativa de um caso atual de recrutamento

e seleção social de migrantes. Ocorre que, no município de Tabaporã/MT, segundo a narrativa de Lorival Santini, o prefeito manifestava a intenção “em desenvolver” o local em grande parte ainda de vegetação de mata amazônica. Este prefeito, conversando com um dos cunhados de Lorival Santini, manifestou esta intenção, porém ele apregoou que havia terra, mas observava que a região não iria desenvolver com esse “nossa povo do Pará, estes maranhenses, pois eles têm um sistema deles, de pequenos plantios, migram muito e não são tanto de querer crescer e desenvolver a região”. O cunhado levantou a proposta de começar a potencializar a produção de grãos na região, a exemplo do que vinha acontecendo em outras regiões do Mato Grosso, porém era necessário investimento e concessão de terras. No caso de isto se confirmar será cogitada a ideia de atrair mais famílias a partir do município de Mundo Novo/MS.

Desta ideia inicial surge uma articulação política envolvendo dois prefeitos, o do município de Tabaporã e o do Mundo Novo. O primeiro se encarregou de articular o acesso à terra, especialmente contatando o agente do Incra regional que, segundo a narrativa, era uma pessoa conhecida e, portanto, solidária com propostas de priorização “de gente do Sul” para o estado. Não há, obviamente, os detalhes desta tratativa. O prefeito de Mundo Novo, por sua vez, ficou responsável por organizar as famílias no Sul. Formaram uma cooperativa ainda no Mato Grosso do Sul compondo 74 famílias, incluindo a família de Lorival Santini. Não pude aprofundar os critérios de seleção das famílias, mas entraram quesitos de afinidade política e relações pessoalizadas de indicações priorizando o parentesco e “ser de origem”. “A gente está seguindo o que meu pai já fez no passado quando saiu do Rio Grande do Sul e veio para aquela região do Paraná” (Lorival Santini, assentado, 31/05/2008).

O projeto de assentamento, conduzido pelo Incra está em fase de demarcação dos lotes. As famílias migraram e se estabeleceram em cidades próximas como Sinop e aguardam o desfecho para assumir os lotes. A entrevista com esse assentado traz evidências de que as articulações visando à atração de agricultores do Sul, como agentes de um modelo de desenvolvimento na região Amazônica, continuam em pleno anda-

mento. As configurações deste caso acionam agentes sociais em posições sociais superiores, nas administrações municipais e órgãos oficiais, que partilham de uma mesma ideologia de progresso conforme descrito.

Nas décadas recentes, além dos agentes oficiais que conduziam os processos de reocupação das áreas de fronteira no Mato Grosso, com destaque aos agentes do Estado (envolvendo Incra, Bancos oficiais e órgãos de extensão rural), uma parte dos próprios agentes sociais que migraram do Sul vão ocupar posições sociais superiores nestas regiões, ou seja, espaços de poder institucionalizado. Prefeitos, vereadores, presidentes de Sindicatos Patronais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações locais e outras instituições “das sociedades” compõem espaços de poder onde predominam os “sulistas” que carregam consigo um *habitus* construído historicamente conforme já apontamos.

Nos processos de implementação de Projetos de Assentamentos, a partir de 1996, durante o governo FHC, foi adotada uma medida chamada de descentralização da Reforma Agrária (ver Seção 1.3.2). Resumidamente, esta medida vai potencializar os mecanismos decisórios em instâncias locais, no que se refere à implementação e gestão dos assentamentos. Neste sentido, abordamos a seguir como estas instâncias, através dos agentes que as constituem, vão reproduzir, mesmo considerando as suas especificidades, um processo de seleção social dos integrantes dos assentamentos rurais.

Os assentamentos apresentam dois momentos específicos no que tange a sua fase de implantação, cuja divisão se baseia no momento da homologação das famílias pelo Incra. Na fase anterior há toda uma movimentação dos grupos interessados no acesso à terra, fato recorrente no Mato Grosso e que implica, inclusive uma disputa pela área entre os interessados, pequenos conflitos locais e até demarcação de áreas antes mesmo deste processo ser realizado pelos agentes do Incra. Uma instância local que ganha notoriedade no processo de implantação dos projetos são as associações locais, ou seja, associações constituídas por lideranças locais e pelo grupo de possíveis beneficiários. Suas atribuições oficiais estão em acompanhar o processo de desapropriação, disponibilizar informações sobre a situação das áreas e dos possíveis beneficiários e monitorar a implantação do projeto, trata-se, em resumo, de uma

instância mediadora entre os órgãos de governo e possíveis beneficiários. Sua constituição é de responsabilidade dos próprios interessados no acesso à terra. Neste sentido, no assentamento Santa Rosa, um assentado, que foi presidente de associação, relata como aconteceu este processo:

Fui seis vezes a Cuiabá para negociar com o Incra; para Sorriso nem sei quantas vezes, ainda bem que o pessoal ajudava. Fui presidente por dois anos até 2004 e aí organizei. Antes o pessoal nem sabia quem era vizinho de lote, não sabia nada. Aí fiz uma lista de um ao 105, que era a minha parte da associação. Daí, da outra parte para baixo, tinha outra associação que tomava conta. Tinha a nossa que era a Cruzar e a outra que era a Estrelinha. Essa era outra associação. Ninguém sabia de quem e onde eram os lotes. O pessoal tinha medo era disso, do pessoal chegar e invadir o lote. Mas daí logo que eu ganhei o lote me botaram de presidente e disseram assim: “não vai que nós te apoiamos”, e aí que deu encrencas com a associação debaixo (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008).

A separação considerada entre a parte de “lá de baixo” e a parte “do chapadão”, além de uma dimensão meramente geográfica traz uma dimensão da construção do espaço social onde uma de suas manifestações se estrutura na organização em associações. Na associação que ficou responsável pela área “do chapadão” predominava, em sua coordenação os migrantes sulistas; de outra parte, na associação de baixo predominavam grupos sociais dos “outros”. Os elementos de distinção social apregoados anteriormente vão construir os elos de confiança que movimentam a defesa dos lotes de forma coletiva pelos interessados no acesso à terra entre os integrantes de uma associação e os da outra.

Da mesma forma, mesmo depois da demarcação dos lotes pelo Incra e homologação dos beneficiários, a seleção social “natural”, que se manifesta com a “entrada” no assentamento de novos assentados (compradores) tem o aval “informal” destas associações. A identificação de

um possível novo assentado comprador é avaliada segundo critérios de “pertencimento” a um grupo social, considerando elementos de origem, valor moral do trabalho, objetivos de “querer crescer” e indicações das redes familiares, parentesco e amizade:

Aí, quando começou a trocar, fazer esta seleção, até os caras do Incra falaram que era natural isso acontecer em todos os assentamentos. Aí começou a vir pessoal de lá debaixo [do Sul] e vinha e vinha (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008).

Cristiano – E no começo não tinha quase ninguém do Sul nessa primeira leva?

Não, não tinha acho que 10%. (...) Quer dizer, tem dois ou quatro, bom conheço nome por nome, deve ter cinco ou seis no máximo que não são lá do Sul (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008).

A defesa da área e dos interesses da associação perante “os outros” fica marcada na gestão da área em desapropriação pelos agentes locais, como expressa por um assentado no período de chegada no assentamento relatando a importância da organização na defesa dos lotes e acolhimento que teve neste local:

Eu tinha um conhecido meu aqui, que me apresentou para o presidente e eu adquiri os lotes. Um passei para um colega lá da vila, através de uma associação que existia na época. Porque na época era projeto pro Incra assumir. Não era assim, já terra do Incra, era projeto em 1999. Aí tinha o presidente que comandava. (...) Ninguém te tomava a terra aqui, porque a associação defendia (...) (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

Conforme indicamos, nos pressupostos de um tipo idealizado de agente social nos projetos de colonização que constituíram a ocupação das áreas de origem no Sul, esteve presente um sistema classificatório que tomava o trabalho enquanto valor moral. Da mesma forma, o material empírico coletado no trabalho de campo também apontou este elemento como pertinente na construção da distinção social nas trajetórias das famílias. Assim, na medida em que se trata de um elemento central no *habitus* do colono do Sul, e se estes são os agentes que produzem a migração para o Mato Grosso, na medida em que se trata de um elemento acionado com veemência pelos agentes no processo migratório, incluindo as concepções de trabalho presentes na propaganda e na difusão, na seleção e na construção da ideia de “superioridade” dos migrantes “sulistas”, dedicamos a seguir um espaço para refletir sobre esta questão, considerando desde as percepções, sobre o trabalho, presentes no Sul e, posteriormente, as reelaborações que esta categoria foi sofrendo diante de novos contextos espaciais e socioeconômicos. Lembro, apesar disso, que observar as concepções, a partir dos atores sociais, é associá-la a um agir cotidiano dos migrantes envolvidos, perante outros, ou mesmo avaliar como isto legitima ações de segregação social e a produção de estigmas.

2.5 | ENTRE “OS QUE TRABALHAM” E “OS QUE NÃO TRABALHAM”

Diante do universo de pesquisa, é importante perceber que as designações atribuídas a “nós” e a “eles” pelos atores, se alteram no decurso das trajetórias. Os mesmos atores que, antes, quando da residência no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se identificavam como “italianos”, distinguindo-se dos “brasileiros” ou “caboclos” na migração empreendida inicialmente para o país vizinho, passam a designar-se como “brasileiros” diante dos “paraguaios”, e depois, ainda compõendo a mesma trajetória deste caso no município de Lucas do Rio Verde e para Boa Esperança no assentamento rural em Mato Grosso, os “outros” são designados de “cuiabanos ou maranhenses”. No entanto, nestas distinções que se expressam não somente em discursos, mas no agir

cotidiano destes grupos, permanecem alguns “sistemas de classificação” (BOURDIEU, 1979), que são reelaborados segundo o contexto histórico, socioeconômico e cultural que perpassam as trajetórias. Na seção a seguir, abordamos um destes elementos constituintes da distinção – o trabalho.

Gehlen (1998) indica que o conceito de trabalho operado na modernidade justifica a exploração e é compreendido como dignificador do ser humano, regenerador de males e libertador. O trabalho assume centralidade ética, cuja valorização se mede pela produtividade (relação otimizada entre o tempo e a tecnologia). Passa a ser importante gerir o tempo.

Os colonos do Sul concebiam o trabalho familiar aplicado à natureza como meio para gerar a subsistência do grupo doméstico e ainda acumular patrimônio e, posteriormente, reproduzir novas unidades familiares. Os colonos do Sul se reproduziram e construíram sua forma de produzir em meio a áreas de florestas. Logo esta floresta era rica em madeira, em fauna e o mais importante do ponto de vista das práticas agrícolas que vão ser desenvolvidas – a abundância de fertilidade natural do solo. Derrubada a mata, e feita a roça, com o trabalho familiar geralmente desenvolvido de forma manual, quase que imediatamente era possível obter aumento de produtividade. Logo, nestas condições, quanto maior fosse o dispêndio de trabalho, melhor as condições objetivas de acumular patrimônio. Não era necessário dispor de capital para fazer agricultura. Esta condição gera a valoração do trabalho penoso, do sacrifício e da disciplina. Quanto mais produção, mais roças feitas no ano, mais as famílias eram consideradas famílias trabalhadoras. Da mesma forma, mais trabalho manual e penoso gerava aumento direto de produtividade, e assim o patrimônio familiar crescia.

Esta concepção naturalizava que os pobres, como era o caso de muitos caboclos que viviam na região Sul, eram sinônimos de não trabalho e da preguiça. Seriam pessoas sem dignidade. Afinal, se a natureza era abundante, se havia áreas de florestas nas cidades e vilas que estavam em amplo crescimento econômico, a mobilidade social só poderia depender de cada grupo familiar.

Mais tarde, especialmente após 1970, com a modernização da agricultura, as concepções de trabalho vão se alterando. Com o esgotamento dos solos e o não acesso pleno à tecnologia da modernização agrícola,⁴⁷ somente o trabalho manual, penoso, passará a não mais produzir os mesmos resultados em produção e tanto menos desta forma a mobilidade social. Nos relatos dos assentados rurais no Mato Grosso, que migraram do Sul, há observações feitas sobre o sistema de trabalho ainda praticado por alguns dos seus parentes que permaneceram, ou mesmo na época em que residiam naquela região de origem:

Trabalhava na roça com arado de boi o ano todo. Colhia 50 sacos de soja por ano. (...) Olha, eu acho que lá para baixo eu creio que já deu o que tinha de dar (Antonio Theobaldo, chacareiro, 04/06/2008).

Se é para eu voltar a trabalhar hoje, de novo, no braço, eu vou vender picolé lá nas ruas em Sorriso. Monto uma barraca na beira da BR, faço salgado que ali faço mais. Porque fazer o que você fazia lá hoje, você não come. Porque você vai colher 100 sacos de soja, vai vender a 40 e vai ter R\$ 4 mil. Vai trabalhar o ano inteiro, para limpar e colher no braço. Aquilo lá hoje não tem mais. Hoje, mesmo lá é inviável e isso aqui fica pequeno (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

Nas regiões de fronteiras agrícolas, esta concepção de trabalho produtivo e especializado, realizado com o uso de tecnologias, se reforça. Isso altera as designações utilizadas para si mesmas. Das 25 famílias contatadas, nenhuma delas se designou como colonos. Ou ainda, durante todo o trabalho de campo, verifiquei que somente por três vezes⁴⁸ foi

47 Para saber mais sobre modernização ver Graziano da Silva (Org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

48 Uma vez a designação foi usada pelo nono Barcellos, que se considerava colono por residir na propriedade, e trabalhar com a família em várias atividades agrícolas; a

utilizada a designação “colono” em meio a aproximadamente 100 contatos estabelecidos durante toda a pesquisa.

Quais as explicações possíveis diante disso considerando que, naqueles estados, estes atores haviam construído os elementos de distinção e diferenciação enquanto colonos diante dos “outros”? Nas regiões de origem do Sul do Brasil, a categoria colono foi associada ao não uso de técnicas modernas, ao trabalho manual ou com uso de tração animal, baixa inserção no mercado, e a resultados de baixa produtividade nas atividades agrícolas, especialmente na década de 1970 quando a modernização agrícola se intensifica. O ideário da modernização pregava a necessidade de uma agricultura moderna, tecnificada, especializada e assim capaz de superar o “atraso” dos modos de vida e de produção vigentes até ali. Nesses modos de vida incluíam-se os colonos. “colono” passa a ser agora pejorativo (RENK, 2000, p. 163), passa a ser sinônimo de “atraso” em relação à sociabilidade urbana, pessoas que trabalham “pra burro”, que “não usam muito a cabeça”. Assim, a partir do momento em que o assentado entrevistado nega tanto o trabalho manual e associado a ele as formas “de fazer” agricultura, ele também está querendo negar que é um colono no sentido do termo do atraso, do pejorativo e do não moderno.

De outra parte, é possível identificar que vários dos elementos associados a ideia de colono também foram usados para caracterizar os lavradores nacionais no Sul do Brasil e serão sistemas de classificação utilizados perante outros grupos no Mato Grosso. Negar o trabalho manual e penoso, demonstrar que “trabalha com a cabeça” e usar máquinas são atribuições que legitimam as hierarquias sociais, inferiorizando os grupos sociais que de forma genérica, são designados como “maranhenses”, como “só sabem trabalhar com o braço” ou que “não sabem trabalhar com a cabeça” (com as técnicas modernas).

segunda por um fazendeiro, seu Gazolla, fazendo referência ao passado há cerca de 20 anos com o sistema de trabalho familiar e o desenvolvimento de policultura; e a terceira vez pelo nono Pelissari, que fez referência ao período em que residia no Rio Grande do Sul com os filhos nas colônias há mais de 20 anos.

O trabalho manual e penoso, como a catação de raízes, o abastecimento de máquinas com insumos, carregamento e descarregamento de caminhões, são funções apregoadas aos “maranhenses”. No entanto, para o migrante que se torna assentado, o trabalho penoso, incluindo o manual, é valorizado socialmente pelos seus afins, observando que se trata de uma etapa inicial. “Eu trabalhei para burro, catamos raízes e tudo, mas agora não tem muito que fazer, pois se faz tudo com máquina e veneno” (Euclides Kasanova, assentado, 10/06/2008). O trabalho é o meio para alcançar um resultado produtivo, que implica disciplina e “ter opinião, ter objetivo”, categorias utilizadas pelos assentados que estão associadas ao planejamento em médio prazo (num mínimo de cinco a 10 anos) e à ideia de superação do “atraso”:

Só que o seguinte né, cara. Isto aqui é para sem-terra, é pro cara que “tem opinião”, se “não tiver opinião não aguenta”, e você tem que estar decidido a uma proposta. Vim para cá fazer isso, fico nem que demore 10 anos. Daqui a 10 anos eu vou chegar lá. Já faz oito anos que cheguei e não cheguei a ver tudo isso aqui aberto. Você já pensou? (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

O trabalho, o sacrifício como meio para alcançar um objetivo a médio e longo prazo, vinculado à busca pela acumulação de patrimônio, se traduz nestes casos em uma força simbólica que move a família. Esta perspectiva é dicotômica à designação de aventurar. Lauro Marchiori, em sua narrativa traz a tona sua percepção do aventurar:

Aventurar é quando você vai fazer uma viagem, sai para conhecer, passa lá e dá uma volta num lugar. Agora pegar tudo que você tem, pegar a mulher e os filhos dentro de um ônibus e a tua mudança jogar num caminhão, para vim morar aqui é aventureiro? (...) Se você sai de um lugar se sujeitando a estas dificuldades você tem um objetivo, e aí você tem que lutar para alcançar este objetivo. Vou lá vou

fazer isso, vai ser bom para mim, para família e isso não é aventura (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

A designação de aventura se opõe à migração empreendida com o grupo familiar, se opõe a uma perspectiva de permanecer e trabalhar como proprietário rural em atividades agrícolas de forma autônoma. Desta forma, a designação vai ser associada aos migrantes individuais, que por vezes são solteiros ou deixam a família nos lugares de origem, e partem atrás de possibilidades de trabalho. Nestes termos, este sujeito que migra para vender força de trabalho está mais propenso ao ato de migrar. Caberão no termo os jovens que migram para as cidades oriundas do Sul, mas acima de tudo, a designação da aventura estará sendo posta aos trabalhadores migrantes oriundos do eixo Norte e Nordeste do Brasil.

Na precariedade das condições iniciais no lote do assentamento, o que denota uma dimensão de crise,⁴⁹ houve uma tensão no sentido de permanecer ou migrar novamente para o Sul. Neste sentido, a esposa e assentada aciona o elemento trabalho penoso, associado ao manual, ao sacrifício, como fase para acumular patrimônio:

Eu sempre digo para ele, nossos pais também, que a gente é da mesma comunidade, eles são do assentamento daquela época. Então eu lembro assim, a minha mãe tinha bem mais filhos que eu, e começaram do nada, o pai sempre meio adotado, tudo manual. Sei lá se a gente já teve este peso, já teve e não foi criado em berço de ouro. Então, a gente sabe que tem que sofrer para um dia ter, isso a gente aprendeu que nada é de graça, não só ganhar, ganhar, ganhar (Neide Coraza, assentada, 01/07/2008).

A concepção de trabalho, do sacrifício, expresso nesta narrativa, chama a atenção também, pois ela se situa num contexto histórico a partir das gerações anteriores (pais e avós). O trabalho não somente

49 Noção de crise, de acordo com Renk (2000).

como meio para o provimento do autoconsumo, mas como meio de acumular patrimônio (incluindo a terra), a fim de que, se não for possível eles usufruírem do produto deste trabalho, que os filhos o possam fazer.

Em alguns casos ainda, fazendo referência ao Sul do Brasil, especialmente “os que mexiam com vaca de leite”, se consideram “escravos” do trabalho. Renk (2000) já identifica isto em Santa Catarina, onde as estratégias de produção e reprodução tenderam à diversificação em várias atividades agrícolas e ao atrelamento com agroindústrias (aves, suínos e fumo). “Escravo das vacas” é o trabalho penoso, em parte, ainda não mecanizado e que implica ainda uma rotina determinada durante todo o ano:

Eu desanimei, sabe porque, trabalhar com vaca de leite, isso me desanimou. Tinha cinco a seis vacas de leite e os porcos; os porcos não davam muito serviço, mas as vacas de leite davam serviço demais. E quando comecei a ter muitas vacas eu cheguei num ponto que a gente era escravo das vacas. Na ordenha tinha sempre 40 vacas de leite. Tirava em torno de 1.000 litros de leite. E era só eu e minha esposa (Camilo Bortolli, assentado, 03/07/2008).

Agora tudo este pessoal é escravo das vacas. Trabalham. O povo lá trabalha. Não tem sábado, domingo, segunda-feira, nada. Um cunhado lá, ele tira na faixa de 2.500 litros de leite por dia. Mas quatro horas da manhã ela vai para estrebaria, sai às oito horas, e quatro horas da tarde. Faz a conta: passar oito horas no estábulo. Se existir escravidão, é aquilo (Camilo Bortolli, assentado, 03/07/2008).

Aqui [Mato Grosso] o serviço é mais leve. Lá no Sul você ia numa festa, mas quatro horas da tarde, tinha que ir embora cuidar dos animais (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

O trabalho rotineiro, que se estabelece em condição do sacrifício, é reconhecido socialmente pelo grupo, na medida em que constitui uma fase, como já fora dito. A partir do momento em que este trabalho empreendido pela família nas atividades diversificadas (gado de leite, aves, suínos e outros), impõe a perenidade do trabalho manual com baixa mecanização e associado a uma condição de rotina pré-determinada durante todo o ano, está colocada em xeque a perspectiva que considera o trabalho como fonte de liberdade, que também era um símbolo dos colonos no Brasil (WOORTMANN, 1984). Nestes casos, o trabalho com lavoura, ou grãos, é encarado como uma das atividades que permitem um tempo livre e o trabalho leve.

O caminho investigativo permitiu levantar um conjunto de reflexões sobre a distinção presente nas regiões de origem, trazia o elemento étnico (colonos de descendência europeia) associado a uma concepção de trabalho como vocação, simbologia que também foi operada pelos agentes condutores dos projetos de colonização no Sul do Brasil. Estas “colônias” foram estruturadas em meio à regiões já habitadas por um camponês (caboclo), cujas concepções de trabalho, modo de vida e formas de acesso à terra se distinguam dos primeiros. Logo, as comunidades rurais dos municípios se constituem sobre esta distinção, que é em parte fortalecida pela precariedade das condições das “colônias”. Isto reforça um conjunto de valores e práticas diante do outro, no sentido de superar esta condição. Destas famílias, comunidades rurais ou mesmo municípios é que vai sair a maior parte dos migrantes, rumo ao Cerrado mato-grossense, seja inicialmente nos projetos de colonização, seja na migração que prossegue com outras famílias e indivíduos, incluindo as 25 famílias, das quais analisamos parte de suas trajetórias.

Diante do outro, em um novo momento histórico onde o meio rural assenta-se sob as bases da modernização agrícola, os atores reelaboraram sua concepção de trabalho e, por que não dizer, as designações atribuídas a si e aos outros grupos sociais. As concepções de trabalho associadas à designação de colono como sinônimo do atrasado e do não moderno se contrapõem a concepção de trabalho presente entre os atores pesquisados. A percepção do trabalho está em geral associada às definições de Gehlen (1998): é o trabalho produtivo, empreende-

dor, associado à gestão e ao uso de tecnologia. Os resultados (patrimônio) alcançados por meio deste trabalho parecem de outra parte tender cada vez mais a associar-se à busca de mobilidade social destes atores. Paralelamente, as distinções que vão ser produzidas nesta região do Mato Grosso operam com esta concepção de trabalho, que não se limita somente ao elemento étnico, ou de origem, mas pode produzir o estigma entre os próprios migrantes do Sul.

2.6 | DE POSSÍVEIS VENCEDORES A ESTIGMATIZADOS

Discutimos anteriormente como, em cada projeto de colonização, aparece como elemento simbólico a “ideologia da ascensão social” (BRITO, 2002), ou também definida em outros trabalhos sobre migração de colonos ou gaúchos para regiões da fronteira como “ideia do progresso” (SANTOS, 1993). Desta forma, como vimos, a propaganda nos projetos de colonização acionou narrativas neste aspecto. Inerente ao processo migratório está a representação coletiva, que associa o ato de migrar à possibilidade de mobilidade social e à melhoria das condições de vida que, conforme o grupo social está associada ao acesso ao trabalho (emprego e renda) e à terra como meio de vida e trabalho. No caso do Mato Grosso esta busca é um aspecto não menos importante, na medida em que as narrativas das trajetórias dos 25 casos apresentam um eixo central, que pode ser traduzido na busca coletiva (familiar) de mobilidade social. A associação é operada metodologicamente nas pesquisas sobre migração, através das análises de como as possibilidades concretas de sua ocorrência aparecem no período, nas décadas de 1960 a 1980, em especial.

No entanto, nesta relação entre migração e mobilidade social consideremos o que a investigação, no universo de pesquisa tem possibilitado concluir até agora. Se as trajetórias sociais percorridas pelos grupos familiares permitiram estes potencializar sua acumulação de patrimônio, em comparação com o antes de migrar (ou perante a condição vivida na etapa migratória anterior), isto não deve significar que os mesmos alcançaram mobilidade social no sentido de uma associação deste termo com a noção de trajetória de Bourdieu (2006). Mobilidade

social está associada a mudança de posição social dos agentes. Nos casos das famílias aqui analisadas, a acumulação de patrimônio alcançada não as colocou exatamente em nova posição no espaço social, não se tornaram fazendeiros ou empresários, por exemplo, mesmo considerando o conjunto de distinções e formas de segregação social que identificamos a partir dos “pequenos” proprietários rurais.

A noção de ilusão coletiva permite pensar que esta mobilidade social seria uma “ilusão”. Analisar o processo migratório do Sul para o Mato Grosso permite compreender alguns aspectos de por que ela constitui uma representação coletiva de amplo espectro, que mobiliza migrantes desde os primeiros projetos de colonização até os dias atuais. No trabalho de campo desta pesquisa, foi recorrente ouvir nas narrativas a associação direta entre o migrar e a busca da mobilidade social. Questionando sobre as motivações da mudança para o Mato Grosso, as respostas eram: “vim para ganhar dinheiro”, “queria ficar rico”, “aqui tinha mais espaço para juntar patrimônio”. Pensar os fatores que mantêm acesa esta ideologia da ascensão social, nos termos de Brito (2002), remete à perspectiva teórica que coloca este tipo de representação associada a um universo objetivo vivido pelos agentes. Assim, é importante identificar aspectos sobre as representações e atributos sobre os migrantes que, apesar de carregarem um *habitus* comum, uma mesma origem, que os “grandes”, não ascenderam socialmente. Este é ponto de reflexão a seguir:

(...) para realizar esta colonização é necessário fazer uma seleção (nº 31): assim, os gaúchos poderão servir de exemplo aos nordestinos que chegaram em grande número a Altamira, na Rodovia Transamazônica (nº 3,6 e 18). Mesmo que alguns desistam e voltem, a culpa é deles, pois “os erros devem ser procurados nas condições psicológicas, morais e intelectuais dos pioneiros” (nº 20): em última análise, são “vagabundos” e “vadios” esses colonos que voltaram das novas terras para o Sul (SANTOS, 1993, p. 84).

O estigma, que esteve e está presente no Sul do Brasil associado aos caboclos ou brasileiros, acaba sendo transposto para os próprios “sulistas” que, por inúmeras razões, não atingiram um nível de acumulação de patrimônio considerado adequado segundo o espaço social onde estão inseridos e por esta razão permanecem numa suposta condição de pobreza. Da mesma forma, as atribuições associadas ao insucesso estão relacionadas “aos que não permanecem” no local de migração no Mato Grosso (que retornaram para o Sul do Brasil, ou que migraram para “à frente”). Este estigma, que por tempos era reservado aos outros (não sulistas), de repente passa a ser atribuído a determinados grupos de migrantes do Sul que “não venceram”. Se a oportunidade foi dada a todos, via projetos de colonização e pelo potencial natural da região, o suposto sucesso poderia ter sido alcançado – assim se atribui mérito aos que acumularam mais patrimônio e culpabilidade pelo suposto “fracasso” dos demais.

Os projetos de ocupação conduzidos especialmente nas décadas de 1970 e 1980, apresentaram alto índice de famílias que retornaram para o Sul do Brasil. No próprio processo migratório, os agentes institucionais já haviam construído a ideia de fracasso àqueles que não permaneceriam nos locais de destino, ou seja, nos projetos de colonização. O caso dos parceiros de Lucas do Rio Verde, estudados por Santos (1993) e Zart (1998), foi um dos mais marcantes. Os retornantes foram estigmatizados. Essa estigmatização associada aos atores que viveram este processo, no início da década de 1980, encobre razões estruturais que em muito influenciaram este retorno de famílias. Zart (1998) elabora questões neste sentido, como a relação com os agentes locais do Incra, que dificultavam o acesso aos recursos e uma relativa perseguição às famílias de parceiros, visto que estes agentes incentivavam os “paranaenses”, posteriormente, a comprar os lotes dos desistentes. O hoje assentado do município de Ipiranga do Norte, Lauro Marchiori foi parceiro nesse projeto em 1981 e, como a maioria deles, em 1983 retorna para o Rio Grande do Sul. Em 1997 empreende nova migração para o local onde reside atualmente. Na entrevista, Lauro Marchiori apontou o conflito estabelecido com o representante do Incra quando foi implantado o assentamento Mogiana em Ipiranga do Norte, um

dos quais ele acessou seu primeiro lote. O representante do Incra “não queria me dar a terra, alegando que eu tinha ido embora do outro”. E assim fora a resposta a ele:

Quero que tu fales para mim que sou vagabundo, todo mundo fala, e vocês falam que veio pessoal do Sul aquela vez que era vagabundo, que voltaram embora, e vocês sabem disso e não é eu que vendi e fui embora que vou te contar esta história (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

(...) Quando o pessoal estava indo embora já tinha área quebrada, ali era Cerrado leve e quebravam com tratorzinho de pneu e uma espia. Depois, colocavam fogo e enleravam no braço, tiravam um toco ali outro lá, queimavam, arrancavam e preparavam 30 ha num ano. Eu cheguei fazer isso também e daí um cara chegar e dizer que a gente era vagabundo (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

Ao mencionar este fato ocorrido, ele apresenta a indignação de uma espécie de estigma que ele (retornante) carrega e tenta se livrar. Segundo ele, corria, seja no Sul ou no Mato Grosso, a conversa de que os parceleiros eram vagabundos e que só quiseram a terra para em seguida vendê-la. Vivendo esta época, ele afirma que o pessoal apesar da falta de recursos foi fazendo a abertura de área com pequenos tratores, com o uso do fogo e, posteriormente, enleiravam “a braço”. Neste grau de dificuldade, chegaram muitos a abrir 30 hectares em média por ano: “se o cara é vagabundo não se sujeitaria a este tipo de trabalho, nem de morar na lona preta à beira da estrada” (Lauro Marchiori, assentado, 03/07/2008).

Como poderiam ser vagabundos os “filhos de agricultores” oriundos das comunidades das “colônias”, de famílias *de origem*, que têm o trabalho como valor moral fundamental? A atribuição de vagabundos é encarada como uma ofensa dura, visto que a designação os iguala aos “outros” (maranhenses ou caboclos).

Os assentamentos rurais no Mato Grosso se apresentam como espaço para que muitas famílias possam “recomeçar”. “Então eu vim ali e comecei do zero. Eu ficava no assentamento praticamente sem dinheiro” (Cássio Pascoali, assentado, 16/06/2008). Aliás, as trajetórias das famílias em estudo são constituídas de um constante começar de novo ou recomeçar. Se o “começar” está relacionado, como vimos na seção 2.1 deste capítulo, em geral a uma etapa do ciclo de vida, o prosseguimento deste caminho, demarcado por etapas migratórias, o recomeçar está associado ao novo espaço social, a um novo local de destino. Revendo o conjunto de trajetórias a partir deste olhar, é possível afirmar que existem alguns fatores determinantes para produzir uma nova etapa migratória associado ao recomeçar. Este momento ou fato denota uma condição de crise; há uma ruptura que ocorre no cotidiano vivido e que leva o grupo familiar a colocar a migração como perspectiva.

Nestes termos, podemos citar a perda de patrimônio acumulado, parcial ou total, no decorrer da trajetória. Múltiplos fatores levam a essa ocorrência, desde casos de endividamento em agentes financeiros, até crises econômicas que atingiram o Brasil em diferentes períodos históricos:

Éramos agricultor. Tínhamos 60 a 70 ha de terra ali, mas depois, na época do Sarney, ficamos endividados e foi diminuindo. Sobrou só um cantinho. Antes ou logo depois de 1990 por aí. É, cada mês era 90% em cima do capital. Aí vendemos as coisas e pagamos o banco e sobrou um trator e um carretão e um pouco de dinheiro (Lucas Cancian, charqueiro, 16/06/2008).

Desta forma, sem a intenção de aprofundar a questão sobre crises da macroeconomia no País, o trabalho de campo indicou três momentos destas crises, entre 1987-1989, 1995 e 2004-2005. O que importa é ponderar que o momento após o auge da crise, que provoca perda do patrimônio, para muitos, ocorre em diversos recantos deste País um rearranjo na propriedade das unidades produtivas, fato que implicou deslocamentos de famílias de um ponto para outro. Outros mecanismos

que levaram a perda de patrimônio familiar são eventos climáticos. Há um destaque neste sentido, muito intenso, aos fatores climáticos, especialmente as secas, nas narrativas dos migrantes que chegam ao Mato Grosso nesta década atual, em particular nas regiões do Sul, onde de fato estas intempéries têm sido frequentes e ocasionaram perdas de muitas colheitas e patrimônio.

Os fatores climáticos são apontados como exemplo da dimensão de crise, assim como também foi apontada no estado do Mato Grosso a ocorrência de chuvas intensas, pequenas estiagens, mesmo que não frequentes, em um sistema de agricultura (ver capítulo anterior) que exige altos investimentos em capital, desestrutura as condições financeiras e o patrimônio acumulado das famílias de agricultores. Esses fatos vão gerar um novo recomeçar, citado no decorrer deste capítulo, em razão de fraudes na aquisição de terras, negócios que não produziram retorno do investimento, ou mesmo problemas familiares (especialmente quando envolvem a saúde). Neste sentido, uma trajetória pode ser iniciada por um migrante de pouco recurso e, no seu percurso aparecem obstáculos que redirecionam os rumos de sua trajetória, podendo gerar um “recomeçar”.

Ser uma família “de pouco recurso” pode ser uma condição não prévia, como foi para a maior parte dos casos no início da trajetória migratória (no pré e pós-matrimônio), mas pode ser uma situação produzida por múltiplos fatores, não podendo ser considerado um processo linear.

Nas famílias entrevistadas nos assentamentos rurais e chácaras, pudemos verificar vários casos de expressão do estigma “de não ter vencido”, ou não ter alcançado um nível idealizado por elas de acumulação de capital, representação esta que é inspirada nos fazendeiros (“os grandes”). Neste caso, mesmo estes entrevistados reconhecendo sua condição de vida melhor do que a condição anterior à migração, aparecem manifestações de um sentimento de frustração própria, ou ainda, de outra parte, uma reflexão que vai tentar identificar “os erros cometidos”. Cássio Pascoali, assentado, faz uma autoanálise sobre sua trajetória após realizar seis deslocamentos (incluindo o Paraguai) sempre empre-

endendo trabalho árduo, por três vezes compondo o grupo pioneiro nas zonas de expansão, em seus 55 anos de idade, quando ressalta:

Sempre, sempre dei murro em ponta de faca. Sempre trabalhei que nem um condenado. Não sei se me falta, se é honestidade demais, ou se me falta alguma coisa de administração, que uns sobe na honestidade, uns sobe por malandragem, outros não sobem por falta de sorte, então tudo cheio de mistério. Então, eu não entendo o meu lado, porque eu trabalhei muito, e sempre vou me orgulhar de dizer isso (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/2008).

Pelos lugares onde passou viu muitos que haviam migrado nas mesmas condições que ele ascender socialmente, como ocorreu com os próprios irmãos que migraram para Lucas do Rio Verde, incluindo um irmão que o contratou como peão quando o mesmo migrou para o Mato Grosso.

No entanto, se os próprios agentes (“pequenos” proprietários rurais) não alcançaram esta mobilidade social, quando analisamos o leque das relações sociais destes encontramos pessoas e grupos sociais que viviam em condições semelhantes nas regiões de origem, ou por vezes ainda migrando no mesmo período que, porém, encontram-se em posições sociais superiores. São, por vezes, irmãos, parentes e amigos que estão nesta situação. Podemos perceber que estamos tratando aqui dos pequenos, mas que no seu entorno muito próximo, todos os casos têm relações com pessoas que alcançaram a mobilidade social no Cerrado mato-grossense. Esses exemplos servem de elemento concreto que alimenta essa representação social da mobilidade. Tanto esta relação construída, assim como as estratégias e os caminhos percorridos pelos migrantes que ascenderam socialmente, são questões que merecem ser abordadas com maior profundidade em outros trabalhos acadêmicos.

O conteúdo deste capítulo atenuou a importância conferida às redes sociais nos estudos de migração, visto que ele também será relevante para, a partir dos processos sociais concretos, lançar luz sobre a seletividade da dinâmica migratória, criando condições de responder

a duas questões chaves: por que alguém se torna migrante? E por que algumas pessoas de um segmento populacional, sob efeito das mesmas transformações estruturais, sociais, econômicas ou políticas, migram e outras não? (TRUZZI, 2008, p. 9). Tais processos sociais concretos incluiriam redes institucionais, políticas, econômicas e de pessoas que, operando entre as esferas micro e macro, organizariam, de fato, a migração. Este tema sobre redes sociais e migração, a partir do conjunto de relações dos atores foco deste trabalho, será abordado no capítulo a seguir.

Capítulo 3 | MIGRAÇÃO E REDES SOCIAIS

“Porque, não sei se você sabe, mas a vida é como uma linha e esta linha nunca se desgruda do carretil, sempre fica amarrada a ele, pode ir se desenrolando cada vez mais, mas sempre está presa ao carretil”
(N. H., comerciante de Sorriso).

No Capítulo 2 abordamos aspectos históricos que indicaram um conjunto de vetores que interferiram e em parte produziram os fluxos migratórios do Sul para o eixo Oeste. A tentativa foi pensar de forma relacional as trajetórias familiares em meio a um contexto sócio-histórico no qual elas se inseriam. Este capítulo dentre outras questões, apontou uma relação construída, mas ao mesmo tempo deixou em aberto a abordagem sobre o conjunto de relações e laços que os “pequenos” proprietários rurais construíram no decorrer de suas trajetórias. Como pensar este universo das relações, que se estabelecem entre os atores envolvidos antes, durante e depois da migração? Nos capítulos anteriores, em vários momentos foi citada a relevância das redes como mecanismo de conexão entre atores, espaços geográficos distintos e ponto de troca de informações e recursos. Mas do que realmente estamos tratando ao falar de redes sociais? Não estaremos fazendo confusão entre relações familiares, de conhecidos e instituições? Onde está inserido o debate das redes sociais dentro deste arcabouço teórico-metodológico que tomamos como referência neste trabalho?

Como ponto de partida, vale retomar a noção de trajetória que é referência neste trabalho, ressaltando nela a perspectiva do ator coletivo. Este ator coletivo não se restringe à noção de família nuclear, tendo em vista que esta é tomada neste trabalho como categoria analítica. O sentido coletivo dos atores é que vai ser o eixo que norteará nosso debate sobre essa trama de relações, como uma estrutura não estática, mas fle-

xível, apontará a direção da análise do que por ora chamamos de redes sociais. Sayad (2000) fala da comunidade de espectadores, que possibilita uma abordagem capaz de identificar uma rede que não se restringe aos migrantes em si, ou somente aos seus contatos estabelecidos neste ato. Esta comunidade de espectadores de alguma maneira interage com os migrantes que partilham um conjunto de elementos do *habitus*. Para Bourdieu (1990), a ação não é um ato puro e simples onde os agentes executam uma regra. Os agentes sociais estão imersos em um sistema de disposições coletivas produzidas pela experiência que por sua vez, variam de acordo com o tempo e o espaço. As práticas e comportamentos, desta forma, estão orientados para um objetivo comum, mesmo que não sejam racionalmente expressos – é o senso prático.

Esta forma de abordagem tem sido explorada pelas tradições disciplinares que trazem o conceito de redes para o centro da decisão de migrar. O ponto relevante é recuperar o papel do agente e de suas relações no processo migratório em contraposição aos modelos meramente estruturalistas (que levam em consideração apenas as condições estruturais de origem e destino). Desse modo, o migrante, no interior de suas redes pessoais, seja em um núcleo familiar ou individualmente, é visto como agente racional que têm objetivos, que se articula, desenvolve estratégias, mobiliza recursos não somente para migrar, mas também para se inserir no novo espaço social, tanto no mercado de trabalho, quanto no acesso à terra. “Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista” (TRUZZI, 2008, p. 207).

Neste sentido, as relações e redes, neste trabalho não serão consideradas elemento determinante nem na geração nem manutenção do fluxo; assim como não serão consideradas como determinantes nos caminhos trilhados pelas famílias de “pequenos” proprietários rurais. Serão consideradas como mecanismo de análise que permitirá ampliar a abordagem, no sentido de dar conta da complexidade do processo migratório em questão. É a busca por considerar variáveis econômicas, sociais, morais e políticas no estudo. Se determinadas abordagens sobre os processos migratórios sugerem que os mesmos se iniciam com

desequilíbrios macroestruturais entre locais de origem e destino, produzindo fluxos que serão sustentados por trocas contínuas (sobretudo interpessoais), alimentadas pelas redes sociais, da mesma maneira, uma abordagem mais “pura” das redes sociais nos processos migratórios em geral acaba por se ater essencialmente à análise das relações entre indivíduos ou grupos. Assim, o mais sensato diante do desafio de explicar um processo migratório concreto, é o investigador se valer de paradigmas distintos para dar conta das situações empíricas (TRUZZI, 2008).

Se nos capítulos anteriores aprofundamos contextos históricos, a busca por terra e trabalho, aspectos da seleitividade inerentes ao processo e distinções entre os atores, o momento agora é de delinear aspectos sobre as relações, a rede sendo acionada no ato de migrar, no antes e no depois, os agentes que compõem a rede, a circulação de informações, a adaptabilidade nos primeiros anos, as relações familiares e as funções das redes na complementaridade das explicações sobre onde os atores irão se instalar.

3.1 | ARTICULANDO OS “CONHECIDOS” PARA A MIGRAÇÃO

Logo que foi definida a região de estudo no estado do Mato Grosso, uma de nossas primeiras ações foi pensar em estabelecer alguns contatos. A pergunta que veio à mente foi: que pessoas “conhecemos” que residem nesta região estaria realizando esta pesquisa? Realizar uma pesquisa de campo em um universo um tanto desconhecido, onde o pesquisador não havia pisado, constitui um desafio inicial de “familiarizar-se” com este universo e conseguir, em um curto período de tempo (em função do tempo cronológico da pesquisa), estabelecer um mínimo de relações com pessoas e grupos sociais para que as informações e percepções possam ser mais relevantes. Assim, o pesquisador recorre a um universo um tanto desconhecido em busca por construir relações que possam aproximar-lo dos atores. Trata-se de pessoas que possuem um elemento em comum – que pode ser pensado como um pertencimento a determinado grupo social no local de origem. Antes de fazer a primeira viagem eu já dispunha de um mapeamento de pessoas conhecidas, sabendo inclusive sua posição social naquele local. Durante o trabalho de campo

outros ainda foram aparecendo. Neste caso, os conhecidos foram fundamentais para a realização da inserção no distrito da Boa Esperança e município de Ipiranga do Norte. Estas pessoas não necessariamente são do círculo de nosso parentesco ou família, mas pessoas que estiveram presentes no universo social onde nossa trajetória pessoal esteve inserida. Sabia por vezes que esses atores faziam parte do universo social no Sul do Brasil, sabendo sobre eles algumas informações como, por exemplo, como e em que trabalhavam, mas o fato é que não compunham parte de nossa sociabilidade.

Estes “conhecidos” foram importantes na pesquisa em dois aspectos principais. Primeiro, por servirem de mediadores entre o pesquisador e os atores objetos da investigação. Chegar a um assentado via um contato conhecido, uma pessoa com que estabelecemos alguma relação em outros momentos de nossa trajetória pessoal e que por ocasião da pesquisa vem a ser o agente mediador entre o pesquisador, e o ator pesquisado acaba por apurar o processo de familiarização. Do mesmo modo, dispor de conhecidos na região, município, ou assentamento, se tornava uma referência de pertencimento a um grupo social, à pergunta muitas vezes dirigida a nós, “mas você tem algum conhecido ou parente aqui?” Se respondida de forma afirmativa e em seguida tivesse de indicar a pessoa ou família, isto estreitava as relações entre as partes. De alguma maneira, o pesquisador se tornaria um elo da rede e um novo conhecido, sendo identificado como o primo da família F, o conhecido de Pedro, que estuda no Rio de Janeiro.

Este fato do trabalho de campo não foge a uma estratégia dos atores no ato de migrar. Para realizar esta ação, é preciso dispor de um mínimo de confiança e apoio de outras pessoas para facilitar a “entrada” no novo espaço social. Desta forma, o ponto básico nesta seção é observar e refletir, a partir dos casos, quais foram os principais elos da rede contatados para migrar.

Sayad (2000) traz a noção de pertencimento ao local de origem, no estudo sobre os migrantes argelinos na França. Trata-se de um pertencimento a uma história coletiva de um grupo, pertencimento a um tempo, a um determinado espaço físico, expresso em narrativas como uma referência a uma origem comum que em geral aciona o espaço

geográfico de uma região, de um município, de uma localidade. É a referência ao Sul, a “ele é da minha gente”, “é do meu povo de Palotina”. O pertencimento demarca um universo social, demarca relações, demarca a busca da reconstrução de relações com os outros no novo local de destino.

Uma categoria manifestada em todas as narrativas que merece destaque nesta análise é a de “conhecido”.⁵⁰ O conhecido, por vezes, teve participação central no ato de migrar, tanto no apoio quanto no acesso a informações. O conhecido faz parte do espaço social. Mas, observando os 25 casos estudados, quem seriam os conhecidos? Que relevância e participação teriam estes sujeitos a que muitas vezes nem se faz referência ao nome? Vejamos os relatos onde aparecem os atores acionados na migração do assentado Enio Trento, nas três “mudanças” que empreendeu no Mato Grosso:

Tinha conhecido lá e ele [primo] foi. Aí ele voltou quando faleceu o tio e depois foi o tempo que viemos de novo. Eram dois. Um era casado e o outro era solteiro. Em 1984, um tinha mulher e o outro era solteiro. Aí fomos em Sinop. Direto para Sinop, mas como tinha uns amigos em Sorriso, vim para cá e trabalhei nas lavouras em Sorriso, eles ficaram trabalhando nas madeireiras em Sinop (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

Em Sorriso tinha os Guarnieri, o Carlinhos Corasolli, o Inocêncio Moreira. Este até foi um dos pioneiros, a primeira madeireira em Ubiratã foi dele e era conhecido de lá. E o Carlinhos Corasoli eu conheci ainda solteiro; jogávamos bola juntos, e daí quando cheguei aqui em Sorriso procurei por ele (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

50 Vários estudiosos da migração consideram a categoria de conterrâneos, associada à ideia de pertencimento e à referência aos grupos sociais de mesma origem (SAYAD, 2000; TILLY, 1990).

Quando morava lá, um ano antes, eu já era pra ter vindo pra cá. Tinham uns lotes que eu conhecia. Que nem a primeira vez que vim ver eu liguei pro Telmo. Eu conhecia ele desde lá do Sul quando ele era patroleiro. Daí ele era conhecido. Depois que eu vim já tinha o Vanzetta e outros conhecidos ali (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

Os relatos utilizando a categoria “conhecido” denotam a relevância destes atores no ato de migrar. Em 10 casos o conhecido é mencionado como um ator-chave acionado na migração. Observamos que há o elemento familiar (que discutiremos na seção seguinte). O “conhecido” é alguém que esteve presente, mesmo como um elo fraco, no espaço social por onde as trajetórias sociais dos atores perpassaram. Desta forma, são agentes que eram ou são do Sul. O termo “conhecido” está no tempo pretérito, indicando que houve um contato estabelecido com este agente em alguma condição histórica. Nas narrativas antes mencionadas, todos os “conhecidos” estabeleceram esta relação nos espaços de origem, comunidades, municípios e regiões do Sul do Brasil.

No caso das famílias de Enio Trento e Lorival Santini, os principais contatos acionados na migração foram os primos que migraram três anos antes, por sua vez, estes haviam contatado os conhecidos que já se encontravam residindo no norte do Mato Grosso. Conhecidos, neste caso, eram pessoas que viviam na mesma comunidade de origem no município. Enio Trento, um ano após “fazer a mudança” para Sorriso, logo identifica um conjunto de conhecidos, todos com um ponto em comum – eram naturais da mesma região da família que migrou. E, por último, para chegar até o assentamento, no ano de 2004, novamente, o entrevistado vai acionar uma pessoa na qual tinha alguma relação no município de origem, pois soube que esta pessoa residia em Boa Esperança. Este procedimento se assemelha à ação desenvolvida pelo pesquisador no trabalho de campo, conforme descrito anteriormente. Neste caso, não podemos esquecer o que já fora abordado nos capítulos anteriores, ou seja, que estamos tratando do fluxo do sudoeste e oeste do Paraná para o norte do Mato Grosso, que se trata de um fluxo

intenso mobilizado por um incentivo econômico e político em meados da década de 1970 e que segue na década de 1980.

Diante de uma situação de crise vivida no Sul no final da década de 1980, decorrente de fatores da macroeconomia do Brasil, a família de Lucas Cancian vive uma crise. Um dos rapazes (filho) planeja migrar para o Mato Grosso; logo, busca inicialmente acionar pessoas conhecidas daquela região. Este rapaz tinha um amigo que foi convidado por outra família de São José do Cedro para trabalhar como peão em fazenda. Estes amigos, bem como a família que o convidou são pessoas consideradas conhecidas pelos entrevistados:

Foi assim. Tinha um rapaz que os pais dele já moravam no Sul. E eles “eram meio conhecidos”. Ele já era casado e o trouxeram para trabalhar de caseiro em uma fazenda. Ele veio e sofreu o cão. A fazenda era longe e vinha só para cidade a cada 90 dias (Regina Cancian, filha do chacareiro, 27/06/2008).

Neste ponto, devemos considerar a confluência dos processos geradores do fluxo oriundos de políticas de incentivo para o Mato Grosso com a rede que vai ser acionada no ato de migrar. Os casos nos quais esta política parece ter tido maior influência foram os dos que migraram sem possuir nenhum contato prévio de familiares, parentes, amigos ou conhecidos. Nem sempre houve possibilidade de acionar sequer um conhecido mais distante por ocasião da migração, seja do ponto de vista da informação ou, ainda, como possível apoio no local de destino. Neste caso, as cinco famílias, mesmo visando o acesso à terra como objetivo, não entraram diretamente no espaço rural (nas chácaras ou assentamentos). As cidades serviram como porto seguro, onde as famílias permaneceram uma temporada logo que migraram do Sul, tempo em que vão reconstruir relações sociais, obter “o conhecimento” sobre a região, e assim poder definir a melhor estratégia neste novo espaço. Roberto Trezz, assentado, não tendo conhecidos, parentes, familiares ou amigos na região do Alto Teles Pires, foi construindo relações durante o trabalho como caminhoneiro autônomo nos períodos

da safra da soja durante três anos antes de migrar, além de ter migrado e residido dois anos na cidade de Lucas do Rio Verde antes de ir para o lote no assentamento:

Eu não vim direto aqui. Um cara que vem direto aqui, direto lá do Sul, se não tem parente e conhecido aqui ele não entra aqui dentro. Ele vai a Sorriso, ele vai a Lucas, ele vai a Mutum ou Sinop, dentro da cidade grande para depois sair. Ele tem medo (Roberto Trezz, assentado, 12/06/2008).

O processo de adaptação da família, especialmente no espaço rural, seja nas técnicas de produção, seja na construção da sociabilidade, gera um sintoma de insegurança nos atores envolvidos na migração, expresso pelo assentado nos termos “ele tem medo”.

Euclides Kasanova, agricultor no Sul do Brasil, foi para o Mato Grosso por “ouvir falar que estava bom”. Neste caso ele, da mesma forma, não dispunha de uma rede estabelecida previamente com pessoas do norte desse estado. Porém, vale apontar que ele compunha antes do ato de migrar a comunidade dos espectadores do local de origem, que estão ouvindo e acompanhando os deslocamentos para novas áreas, como o que aconteceu com o próprio irmão para o Paraguai, nos anos 1980. De outra parte, o assentado não tinha elos de sua rede social no Mato Grosso, ele próprio, ao migrar para Sorriso se tornou um novo elo de uma rede social, que envolveria sua família, parentes e conhecidos. De modo que outros “vieram atrás”, ou seja, migrariam nos anos seguintes conforme ele mesmo relatou.

Feita esta reflexão sobre os “conhecidos” acionados na migração, vale agora analisar os conhecidos como recrutadores de famílias no Sul, que é o caso de fazendeiros (patrões), em geral agricultores mais capitalizados que migraram para o Mato Grosso e ampliaram seu patrimônio e vão recrutar peões do seu local de origem para trabalhar em suas fazendas. Foram encontradas seis famílias, sendo que em quatro delas o ato de migrar, tanto da família como do patrão (que recrutou), aconteceu no mesmo momento. Nos casos de Antonio Theobaldo e Inácio Fernandez a migração ocorreu junto com um “conhecido” do Sul

visando ao trabalho como “peão”, na ocasião que os patrões (conhecidos) haviam adquirido fazendas no Mato Grosso. Nestes dois casos, os novos patrões são agricultores capitalizados residentes na mesma comunidade e, paralelamente, as famílias (aqui fazendo menção aos pais) dos novos peões são famílias “de pouco recurso”, que plantavam roças em sistema de parceria no Sul. Nos demais casos, o recrutamento dos jovens ou famílias de peões buscados no Sul contempla novamente o elemento do pertencimento à mesma comunidade rural ou município. Nos casos de Enio Trento, Cássio Pascoali e Edson Ferrarini está presente o parentesco, além de novamente aparecerem os peões recrutados de famílias cujo patrimônio era menor naqueles locais: “Os Daroit eu conhecia de lá, eles eram de Renascença. De Sorriso os mais grandes eu conhecia todos, eram todos dali daquela região”(Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

Tanto no caso de recrutamento como naqueles onde os conhecidos foram acionados na migração, há uma busca por pessoas de confiança, segurança, apoio mútuo e também famílias que vão compor a sociabilidade no novo espaço. Para tal, fica cada vez mais relevante observar a noção de Sayad (2000) para tratar de pertencimento onde o conhecido, em primeiro lugar, se trata de alguém que pertence ou pertencia a um espaço físico, grupo social e foi parte das relações desenvolvidas pelos atores estudados no decorrer de suas trajetórias.

3.2 | FAMÍLIA E PARENTESCO NA MIGRAÇÃO

Inicialmente, vale destacar que não teria como desenvolver uma reflexão neste capítulo sobre redes sociais e migração sem falar na família e no parentesco. Neste trabalho, conforme já apontamos, o termo família é utilizado como categoria analítica, a partir da concepção de uma família nuclear (onde se apresentam o casal e os filhos). Esta unidade analítica é foco nas trajetórias. Porém, nesta seção, ao tratar de família, observamos a concepção levada a cabo pelos atores, foco desta pesquisa. A concepção de família normalmente utilizada nas narrativas remete a pensar a partir da consanguinidade do esposo da casa, onde estão agregados os pais dele, os irmãos, as irmãs, quando a pergunta se refere diretamente sobre a família. Tios, primos e os pais da esposa por vezes são também

pertinentes nas narrativas, especialmente quando estes foram elos fundamentais na migração e no processo de adaptação. A menção feita em relação às irmãs da família consideram, em geral, o cunhado como parte da família.

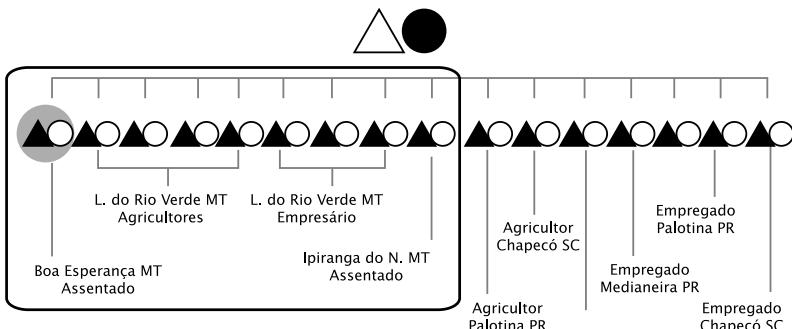
Para Comerford (2003), famílias não são unidades inequivocavelmente estabelecidas de uma vez por todas. São unidades compostas, componíveis e decomponíveis, círculos vivos multilocalizados, em expansão, segmentação, contração, agregação e desagregação. Isto permite lançar a categoria de família a partir dos membros individuais que se interligam mais que somente por consanguinidade, mas por relações de reciprocidade, afeto, ajuda, compondo um conjunto de valores morais que formam as teias desta rede. Isto permite entender a família para além da consanguinidade, de membros estabelecidos em um único espaço físico, o que se torna um instrumento importante para mapear as relações e as próprias redes sociais onde estão dispostos os movimentos migratórios deste estudo, o que permite o diálogo com os casos em questão, como o do assentado Cássio Pascoali:

Mas a nossa família era assim, bem aliada, ali trabalhávamos sempre só em cima de parentesco, primo, sobrinho, irmão, o pai também se podia, ajudava, era assim praticamente o parentesco. Depois sim, aí começou umas desavenças, um começou a casar aqui outro ali e começa a entrar a família diferente, então cada um garrou um rumo (Cássio Pascoali, assentado, 20/06/2008).

Neste caso, por mais que sejam 16 os irmãos e ainda um conjunto de primos e primas, o assentado em sua narrativa indica um processo de desfamiliarização que foi ocorrendo e levando as relações familiares não necessariamente a seguir uma sequência lógica a partir do conjunto destes irmãos e os seus agregados (especialmente via casamentos), mas indica que as relações operadas são diferenciadas neste leque de parentesco (consanguíneo). Os irmãos residentes no Mato Grosso (mesmo observando que existia uma distância geográfica significativa entre as

partes) foram os que criaram as condições da família de Cássio Pascoali migrar de Dois Vizinhos/PR para Lucas do Rio Verde:⁵¹

Quadro 9 | Fluxograma da família Pascoali, Palotina/PR



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Foram verificados, em 10 casos, atores designados como familiares (em geral irmãos e cunhados) e ou parentes (com destaque a primos e tios) como elos fundamentais articulados para a migração. Vejamos este destaque a partir das respostas dos entrevistados quando questionados sobre como ocorreu o contato com o Mato Grosso:

O Jair [primo] e o irmão conheceram a região porque eles tinham caminhão e aí descobriram o assentamento (...) E eu vim visitar eles. O Jair e a mãe não estão mais aqui, agora

51 Para melhor compreensão, alguns casos são analisados de forma explicativa, associados aos respectivos fluxogramas, nos quais os membros familiares são representados em figuras, focadas nos grupos de irmãos, juntamente com os dados do local onde residem atualmente e a atividade principal desenvolvida. Nos quadros a seguir, os triângulos se referem aos homens e os círculos às mulheres, considerando que a cor preta indica a consanguinidade a partir do casal representado na parte superior do quadro. A cor branca (seja do círculo ou do triângulo) indica aquelas pessoas que se agregaram ao tronco familiar através do casamento (portanto, genros e noras, ou cunhados e cunhadas). O casal representado à esquerda do quadro, destacado com contorno em cinza, situa a família estudada da qual analisamos a trajetória. Por fim, deve-se considerar que o quadro em preto indica a parte da família deste tronco que reside e trabalha no Mato Grosso.

eles estão em Mutum. Moraram acho que uns seis anos aqui (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008).

Tem uns “primos” meus que estão em Sinop. Viemos com eles. Um deles, que é bem mais novo que eu, que inclusive foi eu que ensinei a dirigir e trabalhar nas máquinas, hoje é prefeito de Porto dos Gaúchos (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

As entrevistas desses assentados apontam para o caráter coletivo da família e do parentesco que, inclusive, se manifesta na migração de vários de seus membros que, no processo migratório operam em “sistema cooperativista”, tanto na migração como nos primeiros anos na nova terra. O trabalho coletivo, os apoios financeiros, as trocas são expressões daquilo que se atribui a uma família. Superar as dificuldades no processo migratório para estes “pequenos” proprietários se torna tarefa facilitada quando se pode contar com este coletivo. “Ah, nós conseguimos vencer as coisas porque nós trabalhávamos tudo junto. Se só você trabalha não vai pensar que consegue logo se colocar” (Regina Cancian, filha de chacareiro, 27/06/2008). O coletivo, nestes termos, é acionado especialmente até que o grupo dos irmãos e cunhados “sejam colocados”, ou possam dispor de meios concretos (renda, terra, trabalho, residência) a fim de poder produzir a acumulação de patrimônio.

A migração dos irmãos e cunhados esteve presente nas trajetórias de Ildemar Pavarino, Elton Rubin e Edson Ferrarini. Empreenderam o trabalho coletivo familiar desde a compra do lote até os respectivos investimentos em capital e força de trabalho nesta terra; da mesma forma os casos de Lucas Cancian, Euclides Kasanova e Afonso Hartmann, são deslocamentos que ocorreram compondo o casal já com os seus filhos jovens ou recém-casados e da mesma forma que os casos anteriores, trabalharam coletivamente visando o acúmulo de patrimônio familiar. No entanto, devemos considerar que se alteram com o passar dos anos a forma de manifestação deste caráter coletivo, que tende a sair do trabalho “junto”, pois a pretensão é de que as novas famílias

(nucleares) tenham uma relativa autonomia, mesmo que ela possa contar com diversas formas de apoio da coletividade familiar.

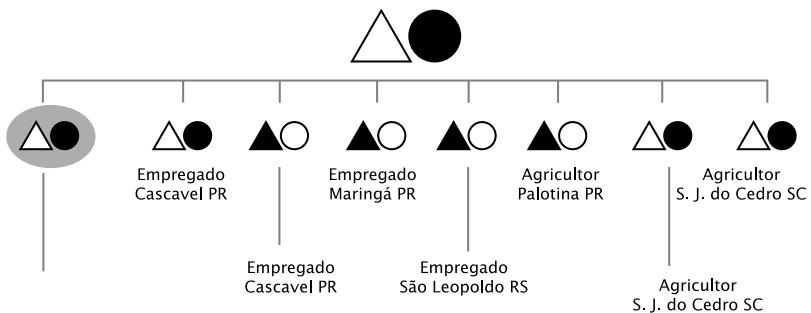
A articulação com vistas à ampliação do patrimônio a partir da família atuando enquanto coletividade⁵² também foi identificada no caso de Ildemar Pavarino. Dos sete irmãos, são três atualmente no Mato Grosso e os demais residem em Constantina. Em 1983, o pai dele, juntamente com dois filhos mais velhos, adquiriram área de terra em Santa Rita do Trivelatto, período no qual o entrevistado destaca “o grande comentário” em relação ao Mato Grosso, especialmente pelo grande contingente de famílias da região que migravam naquele período para Lucas do Rio Verde. A aquisição da área de 600 ha, a “abertura do Cerrado”, a nova compra realizada 15 anos depois requereram o esforço de todo o grupo familiar, incluindo o trabalho dos irmãos no Sul, bem como os recursos acumulados nas safras que foram investidos na fazenda em formação. Importante perceber que os irmãos mesmo recém-casados alternaram períodos entre o cuidado da área no Mato Grosso e do Sul. No entanto, a fazenda formada atualmente não é usufruída pelo conjunto dos irmãos, visto que somente um deles é proprietário da mesma. Ildemar Pavarino, como era solteiro, esteve presente na nova área nos três primeiros anos e depois retornou para o Sul a fim de trabalhar nas atividades agrícolas. O caso chama a atenção para a coletividade familiar que contemplou um dos irmãos e operou não somente no momento da aquisição da área, mas esteve envolvendo o grupo familiar, até o falecimento dos pais em meados da década de 1990. Do ponto de vista dos estudos migratórios, estas estratégias de reprodução do grupo familiar indicam outro fator que pode ser objeto de estudo em relação aos fluxos migratórios do Sul do Brasil para o Oeste. O deslocamento vai além das pessoas em si – junto com elas foi deslocado patrimônio acumulado que, ao ser remetido sob diversas formas de investimentos no Mato Grosso, raramente retorna ao local onde fora produzido.

52 A percepção de família reitera o que já refletimos nesta seção, recorrendo ao grupo dos irmãos, cunhados e pais.

Em geral, os estudos de migração consideram a família e o parentesco como laços estabelecidos antes da migração, alguns casos, porém, permitem relativizar esta questão. Em quatro casos um parente foi o elo principal na migração, porém, mesmo sendo considerados parentes, não faziam parte do universo social vivido, não faziam parte da sociabilidade, da troca de informações da família que iria migrar. Camilo Bortolli planejou a primeira articulação para o município de Querência do Norte/MT (parte do projeto de colonização de Canarana) onde havia um contato “um parente”. O negócio não se efetivou por outras razões. Na segunda tentativa a viagem “para conhecer” foi realizada ao Pará nos municípios que margeiam a BR-163 (cito Novo Progresso) onde tinha alguns amigos que trabalhavam “com madeira” (madeireiros). Neste caso, mesmo os amigos se colocando à disposição no apoio para Camilo Bortolli caso ele migrasse, a avaliação produzida por ele e sua família foi de não migrar para aquele local por considerar que “ali tem que ser forte e grande para mexer com madeira”. E o terceiro contato, que vai ser estabelecido desta vez no município de Sorriso é o de um primo que Camilo Bortolli “não conhecia”. Um parente do Sul indicou o contato deste primo que residia em Sorriso. Este fato colocou aquele município na rota de uma possível migração. O primo desconhecido foi procurado por Camilo Bortolli na viagem e foi central na indicação de Ipiranga do Norte como uma das possibilidades para adquirir lotes de terra. Desta forma, podemos considerar que o primo foi acionado para viabilizar a migração. Esta articulação também pode ser considerada como um ato de familiarização, que pode se manter após este período dos primeiros anos após a migração, como por vezes ficar restrito a este momento ou período, não se constituindo um elo constante entre as relações estabelecidas.

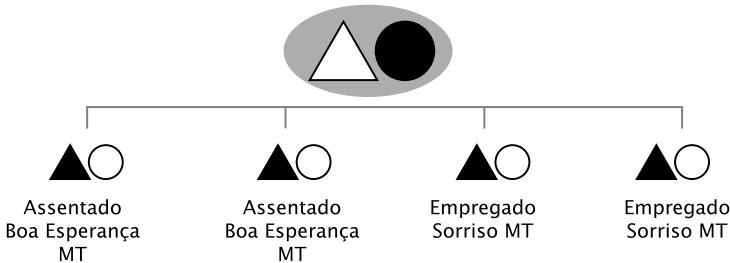
Outra situação onde o entrevistado foi o primeiro a migrar para o Mato Grosso, sem ter nenhum parente, familiar ou conhecido, foi verificada no caso de Euclides Kasanova. Com o passar dos anos, ele próprio se tornou o elo central para a migração do irmão três anos depois. Permanecem ainda dois dos irmãos no Sul.

Quadro 10 | Fluxograma da família Bortoli, São José do Cedro/SC



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Quadro 11 | Fluxograma filhos família Kasanova, Boa Esperança/MT



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

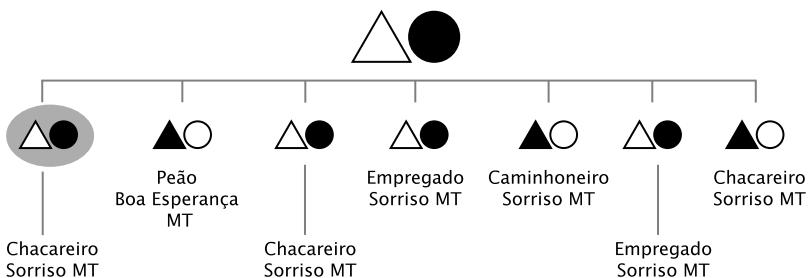
Nas relações entre o Sul e o Mato Grosso, a chacareira Sueli da Silva apresenta uma concepção de família associada ao tronco materno. Neste caso, os pais de Sueli da Silva migraram no ano de 1987 para o Mato Grosso, constituindo-se naquela ocasião como chacareiros. Do conjunto dos sete irmãos e irmãs somente Sueli da Silva não acompanhou seu tronco familiar, pois estava de namoro com Airton da Silva naquele ano. Após o casamento, o novo casal vai residir em sítio nas proximidades da família (tronco) de Airton da Silva. Somente depois de 10 anos de relação ocorre a migração que, do ponto de vista das relações familiares, apresenta uma tensão que opera como pano de fundo que é a busca por estar próximo a um ou outro tronco. A chacareira aponta

que a sogra desejava que eles continuassem residindo no Sul, mantendo uma expectativa de retorno até o presente ano:

Cristiano – Você falou antes que sua família veio em 1987. Então, era você e mais irmãs?

Sim, em 1987 veio. Tem um irmão meu mais velho que mora aqui na frente, o mais velho, ele mora ali, mas trabalha com carreta, tem a outra irmã que trabalha aí junto com a mãe, ela agora trabalha com leite e frango (daqueles de corte para mercado) e aquele outro lá embaixo também. Aí tenho outro irmão, que é o mais novo dos rapazes, ele trabalha em fazenda lá perto da Boa Esperança. (...) Nós somos sete irmãos. Tem a outra irmã que mora no Bairro Bom Jesus, que tem casa (...). Tem a mais nova que tem casa da Cohab. Ela era mãe solteira (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/2008).

Quadro 12 | Fluxograma da família Silva, chacareira de Sorriso/MT



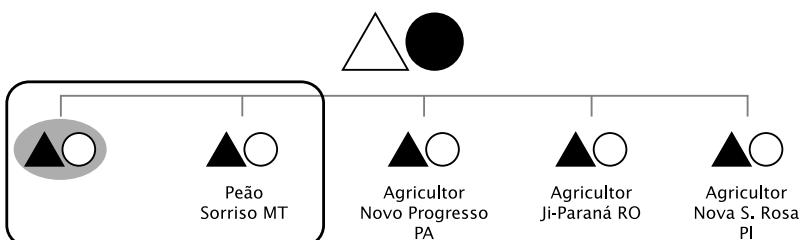
Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Neste caso, a migração intensifica a relação familiar “pro lado dela”, ou seja, em relação ao tronco da esposa, o que não significa obviamente o rompimento com a rede familiar do “lado dele”. Este fato é verificado na forma como eles mantêm acesso o contato com o Sul, via telefonemas e ainda, pelas viagens anuais que a família realiza. Neste

mesmo caso há uma relação com a atividade agrícola; cinco dos irmãos e irmãs estão diretamente vinculados às atividades do emprego agrícola e a de chacareiro.

Os quadros expostos nesta seção permitem visualizar os locais onde estão residindo atualmente membros destas famílias. No conjunto dos casos apresentados, os irmãos e irmãs que residem nos três estados do Sul do Brasil têm uma relação com etapas migratórias da família formada a partir do casal (representado no topo da figura). Ou seja, parte dos filhos que formaram novos núcleos familiares permaneceu em cada etapa migratória naqueles estados. Doravante, a dispersão geográfica dos membros familiares se situa num momento histórico e possui uma relação com a expansão da fronteira. O caso da família Picolotto ganha destaque na medida em que cada irmão (de um grupo de cinco) se localiza em uma região e estado diferentes. Neste caso, a primeira migração do grupo de irmãos ocorreu para Rondônia, em 1979, seguido do irmão residente em Sorriso, em 1988, depois a família do chacareiro residente também em Sorriso em 1992; e os outros dois irmãos, um que reside no Pará e outro no Piauí com migração respectivamente em 1997 e 2000. Os casos permitem relacionar a espacialidade com o avanço da fronteira agrícola:

Quadro 13 | Fluxograma da família Picolotto de Medianeira/PR



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Outra questão pertinente identificada em cinco famílias (Pascoalli, Picolotto, Bortoli, Kasanova, e Silva) é que o primeiro membro do grupo dos irmãos migra para o Mato Grosso na década de 1980,

ou seja, período de mais de 20 anos. O estabelecimento deste membro expandiu a rede familiar para o Mato Grosso, fato que contribuiu para nos anos seguintes, outros membros do grupo familiar realizar a migração.

Nossa intenção não é medir se seriam mais relevantes os parentes, familiares ou conhecidos no processo migratório. O trabalho empírico mostra, de forma evidente, que as articulações envolvem uma gama ampliada de atores. Envolve inclusive se observarmos o debate apontado no capítulo anterior às instituições públicas e privadas, entendido como espaços de poder ocupado por pessoas que compõem estas redes. Estas indicações permitem, no final desta seção, estabelecer algum diálogo sobre o que se comprehende por redes a partir de alguns autores.

Os casos tomados no trabalho de campo confirmam que as relações são flexíveis e, assim, quando um núcleo familiar ou indivíduo migra para um novo espaço, este ato estabelece rupturas de elos anteriormente intensos, ao mesmo tempo em que pode manter a grande parte das relações estabelecidas, especialmente com familiares, parentes e conhecidos. Este movimento é o que leva Tilly (1990) a concluir que “as redes migram”. O principal pressuposto desta conclusão é que, junto com os migrantes também se deslocam as suas relações, ou ao menos parte destas. A partir dos primeiros sujeitos que se deslocam impulsionados por razões diversas, em busca por trabalho, por problemas de herança, em busca de novos espaços e condições para reproduzir o grupo familiar, o deslocamento espacial se incorpora nas redes sociais já existentes (FAZITO, 2005). Estas redes sociais tendem a se afirmar e alimentar os fluxos migratórios por circular por ela, pessoas, recursos materiais e informações.

Mas, apesar de ser recorrente falar em redes sociais nos estudos de migrações, atualmente é importante esclarecer do que estamos tratando. Fazito (2005) e Soares (2002) consideram que a maioria dos trabalhos trata as redes como “mecanismo heurístico” ou como um “problema empírico”, segundo eles não fornecendo a legitimidade necessária à matéria. Decorre que, nos estudos sobre migrações, predominam os trabalhos da demografia e da economia, fazendo uso principalmente de modelos analíticos e dados quantitativos que apesar de importantes,

carecem de diálogo com as dimensões socioantropológicas, no sentido de discutir e refletir sobre os atores, sobre suas relações e sobre os contextos específicos onde se apresentam estes processos da migração. Apesar de ser possível construir modelos para análises de redes sociais, isto pode implicar em “fechar” estas redes e limitar sua compreensão. Nesta direção, o trabalho de campo aponta para uma rede que constrói e se reconstrói, agrupa e desagrega novos elos e atores, especialmente quando observamos os movimentos migratórios constantes nos quais as redes estão envolvidas.

Soares (2002) sintetiza os principais debates e abordagens sobre redes e postula as seguintes diferenciações que, ao nosso ver, podem contribuir muito nesta pesquisa:

- 1) Rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais; 2) Rede pessoal representa, então, um tipo de rede social retida que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.; 3) Rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem à migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar (SOARES, 2002, p. 12).

A partir destes pontos, primeiramente temos que considerar que, quando estamos tratando de redes familiares, sociais ou de parentesco elas estão configuradas antes mesmo da ocorrência da migração dos indivíduos ou dos grupos familiares. A migração, neste caso, passa a integrar enquanto processo a rede existente, necessariamente tendendo a construir novos elos, que poderão criar novas formas e estratégias de deslocamento.

Tomar a noção de rede migratória parece pertinente nos contextos onde aparecem fluxos migratórios consolidados, para além de relações de parentesco, amizade, envolvendo não migrantes ou ainda instituições. Contudo, o objetivo-fim de tais redes é viabilizar o ato de

migrar. Nos estudos de migrações internacionais esta noção é muito utilizada, conforme apontam os trabalhos de Soares (2002) e Fazito (2005), em função de existirem barreiras legais, institucionais, físicas e morais normalmente impedindo o ato de migrarem entre os estados nacionais. Assim, as redes migratórias constituídas associam elementos das relações familiares, de amizade ou de origem comum, com agentes especializados, instituições jurídicas etc.

Nos termos ressaltados pelos autores em diálogo com o trabalho de campo, a noção de rede social abriga em si as redes familiares, de parentesco, de amizade e pertencimento. A partir das tipologias e definições dos autores sobre redes, tomar neste trabalho a perspectiva da rede familiar nos termos em que esta categoria é percebida pelos atores sociais foco desta pesquisa não permitiria observar no universo de relações, outros atores que também integram (ou integraram) a rede. De outra parte, se tomada a noção de família nos termos de Comerford (2003), conforme discutimos anteriormente, isto poderia ser um caminho a ser percorrido que em muito se aproxima do debate sobre redes sociais aqui pautadas. Rede familiar, neste trabalho (a partir das percepções dos atores), abrange um universo de relações, delimita um campo social a partir da consangüinidade, em geral tomando por referência a ascendência e descendência do “tronco” do qual o esposo provém. O parentesco, por sua vez, amplia este universo social para os que têm “um sobrenome” comum, com destaque ao grupo de irmãos e irmãs (junto com os cunhados), além de primos e tios.

A noção de rede pessoal utilizada pelos autores poderia ser um caminho estabelecido, pois tem de início um ponto de partida para análise, que em geral, é o próprio migrante. A partir dele, buscam-se as relações e os elos da rede que podem transcender o familiar, envolvendo os conhecidos e amigos. O uso desta noção, porém, esbarra, neste trabalho, na compreensão do que definimos por ator coletivo, tanto no sentido da noção de trajetória aqui utilizada, quanto nos termos da categoria analítica em voga (família nuclear).

As trajetórias partem, como já mencionamos no início deste capítulo, de uma família nuclear que se move, se articula, para permanecer, ou não, e será inserida e moldada por relações sociais. “A migra-

ção pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (MASSEY *apud* SOARES, 2002, p. 10). Vale apontar um aspecto relevante neste debate, que se refere às dificuldades de operar com os conceitos de redes nos estudos migratórios, especialmente quando estudados em perspectiva histórica. Isto exige a utilização de um conjunto de fontes de pesquisa não restritas somente a relatos orais, capazes de reconstruir com maior fidelidade as formas e modos com que se manifestavam os laços sociais, a circularidade das informações e seu acesso e, ainda, as mentes que o avaliavam (TRUZZI, 2008, p. 213-214).

3.3 | ADQUIRINDO E AMPLIANDO O CONHECIMENTO

A relevância das redes sociais no processo migratório sinaliza para a construção de uma base sólida que busca garantir segurança, confiança, apoio mútuo, e um fator, não menos importante, que é a informação. Os estudos sobre as redes sociais e migração mencionam a informação que circula entre os migrantes e não migrantes envolvidos no processo migratório como um ponto-chave (TILLY, 1990; SAYAD, 1998; SOARES, 2002; FAZITO, 2005). Nas seções anteriores, discorremos sobre a reflexão quanto aos atores envolvidos na migração, bem como sua articulação para migrar. Esta rede social, de conhecidos, parentes e familiares, é a principal fonte que supre de informação os novos egressos, assim como a comunidade de espectadores que permanece nos locais por onde a trajetória perpassara:

O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São as relações pessoais que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações (TRUZZI, 2008, p. 210).

Discutimos nas seções anteriores, a categoria “conhecido”. Vale considerar agora que, associada a ela, está a categoria “conhecimento”. Logo ao ouvir esta categoria ser mencionada inúmeras vezes pelas famílias estudadas, houve indicação que ela estava associada ao acesso e à disponibilidade de informações que circulavam através das relações sociais destes atores. A pertinência de discutir a questão circulação das informações pautada pelos estudiosos da migração, e quanto à referência expressiva da categoria empírica mencionada por parte dos atores, foco deste trabalho, justificam a necessidade de ampliar a análise.

3.3.1 | As viagens para conhecer

Obter conhecimento é fundamental para a inserção no Mato Grosso. Dentre as estratégias utilizadas pelas famílias, as viagens “para conhecer” foram centrais no sentido de obter as informações. Estas viagens, mesmo que às vezes travestidas como trajetos para visitar “conhecidos” e parentes, se configuram como ato planejado cuja intenção é analisar as condições reais que se colocam para uma possível migração. Nessas viagens “para conhecer”, em muitos casos elas foram momentos em que negócios de compra de áreas de terra foram efetivados e oportunidades de trabalho foram analisadas. Os contatos prévios, os elos da rede que serão visitados neste roteiro são relevantes, pois se constituem em fontes de informação cuja base está na própria experiência vivida no Mato Grosso.

O sentido planejado, associado à intenção de migrar para os que viajam para conhecer pode ser verificado por nós no próprio trabalho de campo. Diante da relação construída com alguns conhecidos, uma identificação de pertencimento a um local de origem e da circularidade dos pesquisadores no trabalho de campo por mais de 60 dias, foi comum o questionamento sobre o que estávamos achando da região e se não teríamos interesse em “vir para cá”. Este tipo de questionamento emerge de uma história marcada pela grande circularidade de pessoas “chegando” e visitantes que passam ou passaram por este local buscando conhecer, fato que produziu para a maioria dos que “viajaram para conhecer”, o ato de migrar. “Neste mesmo ano [1996] vim para cá para conhecer.

Por causa de muitos assentamentos e tal e coisa, já conhecia Ipiranga, já conhecia” (Roberto Trezz, assentado, 17/06/2008).

Planejando adquirir terras no Mato Grosso, Elton Rubin, o irmão mais as esposas, saíram em viagem “para conhecer” e saber de áreas e lugares em fevereiro do ano de 2002. O primeiro ponto da viagem foi Paranatinga que tinha umas “terras boas” e, depois, iriam de lá passar por Boa Esperança e Nova Ubiratã, Sorriso e Lucas do Rio Verde. Como tinha um primo, que morava em Lucas e possuía fazenda em Santa Rita do Trivelatto, ele informou e conduziu os viajantes nessa região. Não fecharam negócios por ocasião desta viagem. No entanto, esta viagem foi central para ampliar a rede social desta família, abrangendo o primo e a família Dalmolin, que o informariam no caso de existirem possíveis oportunidades para aquisição de lotes de terra. Nova viagem acontece quatro meses depois, porém, com um itinerário que incluiu regiões “novas” de assentamentos no norte do Mato Grosso. O primo, além de conduzi-los em busca de locais onde poderiam se concretizar negócios de compra de terra observando as condições materiais dos interessados (o que já se configura como uma forma de conhecimento) dá conselhos a partir de sua experiência vivida para o possível migrante. Um dos conselhos é dispor de um mínimo de conhecidos ou parentes na região com os quais pudesse contar. Assim, o assentado ressalta a importância de tais elos: “Que nem aqui, tinha conhecido e parente. Tinha o Coradini aqui 60 km em Trivelatto, tinha o Titi, conhecido do Sul.”

Este caso aponta outro elemento que se refere à quem compõe a viagem para conhecer, e, paralelamente, articula a migração. Esta ação em geral é atribuição masculina. Podemos observar que, em várias das famílias estudadas, havia pessoas especialmente as mulheres, que não concordaram com a migração, ou ainda casos em que na reflexão cotidiana em que estão imersos os migrantes, sobre retornar, permanecer ou “ir adiante”, as mulheres apresentavam desejo de retornar ao Sul. Assim, se o julgamento dos maridos aponta para a migração, ao mesmo tempo esta ação não pode desagregar o núcleo familiar (não no sentido meramente espacial, mas no sentido moral). Na experiência coletiva acumulada nos deslocamentos, a migração implicou a desfamiliarização de membros, pois nem todos concordavam com ela. Uma das estratégias

gias que foi operada pelos assentados e chacareiros foi a realização das viagens antes da migração com a esposa ou com todo o grupo familiar. “Eu vim conhecer o assentamento, e voltei uns meses depois com a mulher, e a trouxe para conhecer para ver se ela ia gostar” (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008). O caso de Elton Rubin, que construiu toda uma articulação para a migração e inserção no Mato Grosso, juntamente com a família do irmão, a discordância por parte da esposa do irmão, foi fator que desencadeou o retorno para o Rio Grande do Sul deste grupo familiar seis meses após a “mudança” para o Mato Grosso. Importante salientar que o grupo familiar tinha viajado “para conhecer” a região antes da migração, no entanto, a definição, tanto de migrar, como da forma e ainda do local de destino, foi do marido (irmão de Elton Rubin). Todos estes casos permitem afirmar que a decisão de ficar ou de partir é um ato em geral negociado entre os membros do grupo familiar. Nestes termos a relação de gênero e o processo migratório, mesmo não estando abordada aqui nesse trabalho, é um eixo que merece ser objeto de reflexão principalmente pelos inúmeros fatos observados e narrados no decorrer do trabalho de campo.

3.3.2 | (Re)construindo a rede no novo espaço

Não ter conhecidos, parentes e familiares nos locais de destino passa a ser uma circunstância compreendida como um sinal de crise, ou seja, há uma maior percepção de que ocorreu uma ruptura entre o local de origem ou etapa migratória anterior, agravante que pode ser atenuado nos casos onde o migrante e sua família não puderam contar com o apoio de relações previamente constituídas. Nas entrevistas, uma pergunta dirigida aos atores pesquisados era sobre o principal momento de dificuldade ou crise vivida no decorrer das trajetórias. As respostas de todos os 25 casos elencavam os primeiros dois a três anos após a migração para o Mato Grosso. Observando estas respostas, estavam presentes as dificuldades referentes à busca pela (re) construção das relações de sociabilidade, de apoio, adaptação ao clima e a práticas agrícolas diferentes das formas conhecidas no Sul: “Que estranha o clima, estranha o povo, tudo são coisas que de lá são sistemas diferentes. E daí a

gente sofreu muito os primeiros dois anos. Não é fácil se habituar, as amizades e tudo” (Elisa Hartmann, assentada, 15/06/2008). Dispor de conhecidos, familiares e parentes é o primeiro caminho para dispor de conhecimento:

Lá no Taquari a gente sempre trabalhou de empregado e a gente era bem conhecido. Agora, quando chegamos aqui para começar, aqui foi brabo. para começar a gente era estranho, o pessoal não acreditava muito na gente então era difícil conseguir as coisas (Inácio Fernandez, assentado, 10/06/2008).

O caso de Inácio Fernandez confirma que, em meio às dificuldades financeiras, falta de estrutura na propriedade rural, máquinas e não acesso ao trabalho temporário, estar inserido nas relações sociais é fundamental. “Conseguir as coisas” também está relacionado a empréstimos em dinheiro e crédito nos estabelecimentos comerciais nas vilas e cidades próximas. Este momento de adaptação, associado à ideia de crise e “período ruim”, aparece em oito casos. Afonso Hartmann, também, em sua narrativa traz à tona a dificuldade dos primeiros anos associada a este fato:

A primeira dificuldade dos primeiros dois anos foi você chegar num comércio assim. Por você estar num assentamento, você chega num comércio e você vai querer ter um crédito. Aí, a primeira coisa: vai pedir onde você mora, se vai comprar alguma coisa. (...) Mas daí através deste tempo foi adquirindo o conhecimento e adquirindo um crédito na vila e foi comprando e aí foi melhorando as coisas. Hoje já me sinto como lá no lugar que eu tava (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008).

O conhecimento, nestes termos, além da informação em si sobre a dinâmica de vida, das formas de plantar, colher e vender, de estratégias de fazer negócios, está associado à construção das relações de confiança

e troca, especialmente diante de pessoas em posições sociais superiores (como fazendeiros, empresários, comerciantes e políticos), enfim, diante das instituições que operam no local. Esta relação de confiança que vai ter que ser construída pode ser pensada em termos da política de reputação das famílias foco deste estudo (COMERFORD, 2003). A relevância de dispor deste conhecimento traduzido como reputação conquistada nos locais de destino é ponto de avaliação por Ildo e Neide Coraza:

Porque lá em Nobres já tinha conhecimento, e acaso se não conseguisse dinheiro, comprava a prazo nos mercados, e aqui quando a gente chegou era a distância, era Lucas do Rio Verde e ainda quando falavam que era do Ipiranga e tal, se bem que Lucas começou com um assentamento e o mesmo pessoal lá de nossa cidade, mas já estavam estruturados e tudo e daí era o pessoal acampado lá de Ipiranga, não sei o quê. Tanto que não era fácil conseguir fora do dinheirinho que o Incra dava e assim mesmo o Banco demorava para liberar, não sei por que segurava lá. Outros recursos no Banco não pegavam. Uma porque a terra era só direito, não tem título e outra porque avalizar ninguém avalizava, pois não conhecia (Ildo Coraza, assentado, 01/07/2008).

A permanência no novo espaço vai requerer, neste caso, a construção de elos sociais, no sentido de permitir o acesso a recursos escassos através do crédito nos estabelecimentos comerciais ou mesmo no sistema bancário pelo sistema de aval. Em Nobres, a família indica ter conseguido alcançar “este conhecimento”. Entra em cena a questão da distância da cidade mais próxima, no caso de Lucas do Rio Verde, que ficava a mais de 100 km do assentamento. Assim, as viagens para a cidade eram raras, fato que dificultava ainda mais a construção destas relações. Não dispor de conhecimento está associado aos momentos de dificuldade e de crise. Conforme apregoa na narrativa, esta dificuldade se apresenta, mesmo considerando que havia dentro do assentamento muitas pessoas

conhecidas e de mesma *origem*, porém, eram todos assentados e, assim, as condições de falta de recursos eram semelhantes:

Lá em Nobres, eu gostava de lá. O lugar é a gente que faz. Se você gosta de quem está em volta de ti, têm conhecidos, e amigos (Neide Coraza, assentada, 01/07/2008).

Cristiano – E este grupo que estava lá, há três anos, em Nobres era pessoal todos conhecidos de vocês?

Era. Todos do município, muitos era da nossa comunidade mesmo. Por exemplo, dali da família veio eu e mais dois irmãos (Neide Coraza, assentada, 01/07/2008).

O conhecimento, portanto, é designação que indica o nível e disponibilidade de informações, as quais os atores dispõem ou conseguem ir acessando e experienciando paulatinamente. Adquirir conhecimento também está associado à (re)construção de laços sociais, permeado pela reputação do grupo a que se pertence. É o tornar-se parte do grupo social na nova terra, o que vai produzir as condições para realizar a sociabilidade, para poder contar com o apoio e ajuda mútua dos demais e assim sentir-se como parte ativa do espaço social. A informação não pode ser desvinculada, obviamente, desta dimensão constituinte da categoria conhecimento.

A família Silva busca a reconstrução das relações sociais, no novo espaço tomando como base inicial a rede alicerçada em pessoas da família que haviam migrado 10 anos antes, irmãos, irmãs e pais. Mesmo assim, desde a chegada em Sorriso, houve a busca por ampliar o leque de relações. Neste momento, os elos de pertencimento ao Sul, ou dito de outra forma, ao espaço social representado por um município ou microrregião de origem vão ser considerados pontos-chave para a reconstrução destas relações:

Tem bastante, porque nós temos bastante conhecidos, que na verdade de lá a gente não conhecia porque morava numa

linha um pouco mais longe, mas aqui quando a gente conhecia alguém que sabia que era de lá, aquela amizade a gente sempre pegava para desabafo da saudade do Sul e tal. Até que hoje a gente tem um negócio que a gente faz galinhada de aniversário, até tinha uma sábado de noite. Quando um tá de aniversário deste pessoal de lá conhecido nosso, a gente faz surpresa (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/2008).

O ponto que chama a atenção nestes casos é que o conjunto de pessoas que passarão a fazer parte do universo social desta família, por mais que tenha em comum o pertencimento (“que sabia que era de lá”), conforme abordamos acima, este grupo não fazia parte da rede social da família nos locais de origem. Pelo contrário, passará a fazer parte somente no novo espaço social em construção.

A reconstrução das relações no Mato Grosso pressupõe vários modos de relações que trazem à tona uma tentativa de retorno. O retorno, além da relação dos migrantes com sua terra natal, com a dimensão temporal do vivido no decorrer das trajetórias, tem a ver com a terra nova, onde, segundo os casos há uma tentativa de reconstruir um espaço social utilizando um conjunto de elementos trazidos em suas bagagens: formas de convívio, valores morais, formas de produção. A chacareira menciona a reconstrução de um espaço social cuja base está no pertencimento a um determinado espaço físico e a um grupo. Desta forma, pode-se concluir ser atores que deixaram fisicamente a sua terra, mas que continuam a carregar de uma maneira ou de outra este espaço social, com a diferença que no novo local ele necessitará impor, aprender, conhecer e, por vezes, tendo que dominar outros grupos neste processo⁵³ (SAYAD, 2000).

53 O trabalho de Zart (1998) sobre o caso de Lucas do Rio Verde aponta esta dimensão da reconstrução do espaço social naquele local. Esta reconstrução do espaço social também é apontada por outros autores como processo de (re)territorialização (ver HAES-BAERT R. *Des-Territorialização e Identidade: A rede Gaúcha no Nordeste*. Niterói, UFF, 1997).

A partir de um conjunto de conhecidos e contatos prévios acionados na migração e que serviram como ponto de apoio inicial, a rede social neste local de destino vai sendo reconstruída, com novos elos. Logo serão descobertas outras pessoas do Sul que também migraram. O universo das relações tende a se ampliar.

O “ter conhecidos” é levado em consideração na escolha do local específico de residência. Os conhecidos entram em cena na troca de informações sobre negócios, sobre técnicas ou formas de vida. Dispor de poucos conhecidos significa dispor de menos conhecimento sobre este espaço social e físico, que pode significar o fracasso da migração, conforme reiteraram os próprios assentados:

A gente veio num lugar que tinha gente conhecida da gente. Não é que tu vai num lugar não sei aonde que não tem ninguém. Tu sendo bom faz amizade em qualquer lugar. Mas sofre mais (Elton Rubin, assentado, 17/06/2008).

E queira ou não queira, a gente se quebrou aí na lavoura por falta de informação (Nilson Peruzzolo, agricultor, 17/06/2008).

Informação de amigo e conhecido. Tu faz amizade com o pessoal, agora no começo ninguém quer te ajudar; ninguém quer te emprestar nada, entendeu. Quando eu cheguei aqui todos os vizinhos me ajudaram (Elton Rubin, assentado, 17/06/2008).

Igualmente, começamos a perceber que não dá para generalizar a questão do acesso à informação, compreendida a partir dos mesmos pesos e medidas. Por mais que os “pequenos” proprietários rurais possuam um leque ampliado de relações, a informação acessada e o conselho se diferenciam segundo a origem do ator que a disponibiliza.

3.3.3 | O conhecimento dos mais experientes

Nos aspectos que tangem ao conhecimento, é interessante verificar que, na rede, existem alguns membros que são considerados informantes e contatos privilegiados seja no caso da articulação para migrar, seja na realização de negócios, ou ainda sobre estratégias em geral a serem desenvolvidas no Mato Grosso.

Dos casos já mencionados, percebemos que a posição social de onde parte a informação é básica nesta diferenciação. O primo foi o principal contato de Elton Rubin, relação que, mesmo depois de quatro anos de residência no Mato Grosso, permanece como uma relação que potencializa o conhecimento de ambos. No entanto, este primo não é qualquer primo, mas um parente que reside em Lucas do Rio Verde, há mais de 20 anos, que tem uma trajetória marcada pela ascensão social e é considerado um fazendeiro (“grande”) na região. Esta posição e condição social pode ser observada no conjunto dos cinco principais conhecidos e parentes mencionados por Elton Rubin como fundamentais para “adquirir o conhecimento” no Mato Grosso. Se os conhecidos, parentes e familiares são fontes de informação, é necessário observar que por vezes, o círculo mais próximo de relacionamento pode significar apenas informações circunstanciais, diferente daqueles que estão situados em outra posição na estrutura relacional:

Nessa operação, vinculam-se atributos e oportunidades a posições que o ator social ocupa em uma dada estrutura relacional. Além da posição de um ator em uma dada rede social determinar em boa medida o grau de autonomia ou dependência deste relativamente aos demais, ela configura a estrutura de oportunidades desse ator no que diz respeito à facilidade de acesso a recursos de outros atores situados na rede ou fora dela (TRUZZI, 2008, p. 211).

Há no círculo das relações dos “pequenos” proprietários rurais, pessoas cuja informação prestada possui maior legitimidade. Sujeitos de reputação reconhecida no âmbito das relações e ocupando atividades

e funções associadas ao ramo do comércio; os caminhoneiros e fazendeiros são exemplos deste fato. Um incentivo por parte destes sujeitos diante de possíveis migrantes nas regiões de origem pode ser decisivo para desencadear a migração de novas famílias. Estas posições sociais, na medida em que aparecem permeadas por laços familiares, de parentesco ou pertencimento, tornam a informação, um incentivo, um conselho, um apoio moral ou aval financeiro, uma força cujo efeito social se diferencia do conhecimento produzido por parte dos atores que somente compõem pura e simplesmente os laços sociais na rede e que, por sua vez, estão dispostos em posições sociais hierarquicamente consideradas inferiores.

O grupo reconhecido nestes municípios ou cidades como “pioneiros” cumpre este papel diante dos migrantes que ingressam no Mato Grosso posteriormente. Uma das questões que vai legitimar o “conhecimento” gerado por este grupo é uma relação com o tempo; ou seja, estes atores possuem um período maior em suas trajetórias composto por experiências no estado do Mato Grosso. Diante disso, são pessoas em geral procuradas como forma de adquirir o conhecimento. No distrito de Boa Esperança, o assentado Afonso Hartmann, na medida em que alcançou o apoio de algumas famílias de fazendeiros considerados “pioneiros”, através da expressão em seu cotidiano, do resultado do trabalho familiar, “abriu” as relações baseadas na confiança para o acesso ao crédito, ao aval nos bancos e, ainda, à participação intensa na sociabilidade local. Em suma, o título desta subseção que aponta para o conhecimento dos mais experientes atribui a importância de se observar a origem e a personalidade dos atores com quem se está produzindo “o conhecimento”.

Esta relação e a legitimação do conhecimento a partir da experiência associada à trajetória puderam ser verificadas diante das comunidades de espectadores que permanecem no Sul do Brasil. A experiência da migração para as famílias estudadas traz uma dimensão real da ampliação do universo social vivido, seja das relações construídas, seja do conhecimento sobre a heterogeneidade presente no próprio País. Observamos que a maioria dos casos, mesmo com alguma relação com o Mato Grosso, estabeleciam, até antes da migração, uma visão

de mundo formada a partir do cotidiano vivido em uma comunidade, município ou microrregião. Alguns casos tinham alguma relação e conheciam cidades médias e as regiões metropolitanas do Sul do Brasil. De alguma maneira, mesmo que com intensidades diferentes, as pessoas que migraram passaram a circular entre Sul e Centro-Oeste, mantendo contatos e vivenciando realidades que, até então, não faziam parte de sua experiência. Os relatos de vários entrevistados apontam esta ampliação do universo social, da visão de mundo: “A gente até acostumou a falar mais. Porque lá a gente do interior vivia a semana inteira na roça e saía fim de semana” (Sueli da Silva, chacareira, 21/05/2008). A expressão do “falar mais” indica que a migração e a (re)construção da vida no Mato Grosso (tanto das relações sociais, práticas de produção, relação com os setores do comércio etc.) possibilitaram a construção de uma experiência diferenciada em relação aos que permaneceram no Sul do Brasil. Esta experiência construída na trajetória migratória, na medida em que é partilhada com o conjunto integrantes da rede social (envolvendo os elos que residem no Sul), estabelece as bases deste processo de construção do “conhecimento”.

3.3.4 | Migrantes recentes e os de mais tempo

Nas relações estabelecidas entre os atores do Mato Grosso e o Sul do Brasil, lançamos, no projeto de pesquisa, uma indagação referente à existência ou não de possíveis diferenças entre migrantes recentes e os que residem neste estado há mais tempo. É possível estabelecer diferenças na relação com o Sul do Brasil entre um migrante que reside no Mato Grosso há 20 anos e um que migrou há menos de cinco?

Ao discorrer sobre a busca pela (re)construção das redes sociais com parentes, familiares e conhecidos, e associado a isto criar as condições para adquirir o conhecimento e a experiência na nova terra, tivemos indicativos de que tanto a migração, quanto o processo de saída do local de origem e a adaptação no Mato Grosso devem ser entendidos como atos planejados e calculados visando uma busca incessante para não incorrer em erros ou insucessos já presenciados por pessoas e grupos familiares no leque das relações em que participam. No Capítulo

1, a constante avaliação entre o permanecer ou migrar, as estratégias de acesso à terra e trabalho reforçam este objetivo. As condições do que se atribui como cálculos racionais não são dadas objetivamente na prática. Mesmo que os agentes realizem com frequência ações que parecem um agir ao acaso, o fazem sob as instruções de um senso prático, que é produto da exposição continuada a condições de natureza semelhante às suas; os mesmos comportam-se de determinadas maneiras em certas circunstâncias, porque integram um sistema de disposições que orientam suas práticas, que é fundamento objetivo de suas condutas (BOURDIEU, 1990).

Esta constatação é um dos aspectos que merece ser objeto de reflexão buscando estabelecer, a partir dela, algum comparativo entre as “primeiras levas” de migrantes e as “levas mais recentes” foco deste estudo. Os agentes migrantes de hoje possuem circunstâncias diferenciadas especialmente pelas possibilidades de acesso à informação e redes sociais formadas neste espaço. Há maior circularidade de informações, recursos e pessoas, possível em grande parte pelo avanço nos sistemas de transporte (linhas de ônibus, veículos e estradas pavimentadas) e sistema de telecomunicações (telefone, internet etc.), que encurtam distâncias. Neste sentido, as condições históricas são diferentes das vividas pelos considerados pioneiros ou migrantes das “primeiras levas”. Paralelamente, os migrantes recentes, que até há alguns anos integravam as comunidades de espectadores, puderam presenciar as experiências de migração para o Mato Grosso por partes de indivíduos e famílias participantes do bojo das relações sociais. Estas experiências, operadas desde a década de 1970, produziram um conhecimento acumulado sobre os deslocamentos tomados pelo caráter coletivo na medida em que todos dele partilham. No conjunto de experiências das “primeiras levas”, já analisadas em estudos com Santos (1993), Zart (1998) e Souza (2001) são apontadas questões referentes à precariedade das condições vividas nas primeiras levas de migrantes, como é o caso de famílias que perderam todos os seus recursos nesse processo e, ainda, o grande contingente de retornantes da migração que, segundo a ideologia operada de sul a norte do Brasil, seria sinônimo de fracasso. O conjunto de experiências acumuladas nas trajetórias migratórias e que são partilhadas identificam

um enorme contingente de “fracassados”. O olhar voltado para estes casos busca sempre identificar quais foram os “erros”, no sentido de evitá-los nas experiências dos novos migrantes.

No distrito de Boa Esperança, tivemos a oportunidade de analisar a trajetória de Elomar Mariatti (que não faz parte dos 25 casos) em relação a isto. Elomar Mariatti migrou do município de Esperança do Sul no ano de 2003, apoiado pela família do Sul (pais e irmãos). No objetivo de aumentar o patrimônio familiar, adquirindo uma nova área de terra, chegaram via um contato ao assentamento Santa Rosa I, onde compraram três lotes de outros (assentados-posseiros). Vale observar, conforme discorremos no Capítulo 2 sobre assentamento, que se tratava de área que ainda não fora desapropriada pelo Incra. O migrante adquire esta posse de outros assentados e inicia o processo de abertura do Cerrado, plantio, construção da residência e barracão para as máquinas. Logo, no segundo ano, porém, o proprietário da fazenda apresenta-se diante dele e promove a sua saída. A família perdeu todo o investimento ali realizado. Nos anos seguintes, este agricultor consegue negociar a área em sistema de arrendamento para continuar a atividade agrícola. O apoio da família (especialmente o irmão) do Sul, com recursos financeiros e máquinas agrícolas foi fundamental para superar este transtorno no assentamento. No entanto, dialogando com outros assentados e moradores da vila sobre o caso, foi unânime a consideração de que ele foi enganado, pois não se preocupou em buscar o conhecimento sobre o local e fazer uns conhecidos ali na vila. “Eu vi isso tudo acontecendo, mas não falei nada para ele, pois não o conhecia muito bem. Se ele tivesse vindo procurar a gente, nós logo falaríamos para ele como a coisa aqui estava e funciona” (Carlos Jackobsen, assentado, 19/06/2008). Experiências como estas foram recorrentes no processo de colonização do Mato Grosso, e estes “erros” são observados pelo conjunto dos migrantes e também pelos não migrantes que permanecem no Sul do Brasil.

Observando este aspecto, percebemos que praticamente nenhum dos casos estudados (mesmo aqueles que tomaram outras tantas etapas migratórias) se lançou na perspectiva da migração para o Mato Grosso sem uma busca prévia de conhecimento. Buscaram como já abordamos

viajar para conhecer, construir relações, permear formas de inserção social e produtiva dentro das possibilidades existentes e, também auxiliar, como vimos no Capítulo 1, “o momento e o local certo”, segundo as condições do grupo familiar.

3.4 | AS REDES EM MOVIMENTO

A partir das considerações de Tilly (1990), segundo as quais as redes migram, nestas seções finais do capítulo pretendemos analisar como as redes migraram, tomando como ponto de partida o conjunto dos 25 casos centrais deste estudo. De ordem prática, significa observar quem “veio depois” deles, especialmente famílias ou indivíduos que congregavam parte da rede social existente antes da migração. Do mesmo modo, faremos uma rápida análise sobre a geração dos filhos dos “pequenos” proprietários rurais.

3.4.1 | Os que vieram depois

No universo empírico, se verificou que a migração com o decorrer dos anos, sempre seleciona os indivíduos ou grupos que permanecem (ou permanecem mais tempo) no local de destino. Vimos no capítulo anterior, que os considerados bem-sucedidos podem agir como elemento de atração apoiando outros para migrar, além de facilitar a fixação de novos atores participantes da mesma rede social vivida no local de origem, alimentando desta forma um fluxo migratório para os que não foram pioneiros, para os que vieram depois (TRUZZI, 2008).

O potencial de atração desencadeado por fatores como terra e trabalho associados a uma rede que se movimentou através de migrantes foi agregando novos espaços sociais e, assim, mobilizou para a migração outras famílias, conhecidos e parentes do mesmo local de origem, todo ele parte integrante das relações sociais e residentes no Sul. No assentamento Santa Rosa II, identificamos um grupo de assentados de mais de 10 famílias residentes próximas umas das outras e mantêm relações de sociabilidade. Todos com ligações de pertencimento e, por vezes, de parentesco. O pertencimento neste caso associado ao local de origem,

circundando municípios do Sudoeste do Paraná, com destaque para Renascença, Planalto, Realeza e Francisco Beltrão:

Cristiano – Quer dizer que aqui tem vários que são da mesma “terra natal”, como se diz aqui no assentamento?

O Euclides, o Marcelino, e eu andávamos juntos em Renascença (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

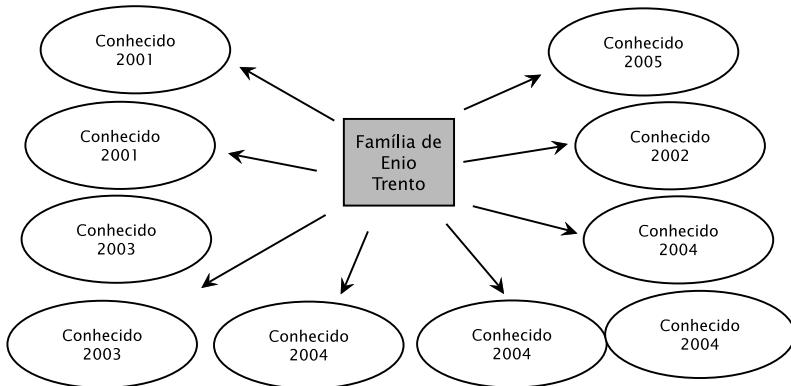
Cristiano – Mas eles chegaram a vir direto, para cá, depois que vocês estavam aqui?

O primeiro a vir foi o Marcelino (não o Marcelino não), o Vanzetta e o Daia vieram antes que eu. Eles vieram direto de Renascença. Aí tem os Lotto que vieram depois, tem os Guarnieri. Os Lourenço faziam divisa com o sogro (Enio Trento, assentado, 15/06/2008).

Esse grupo de assentados se formou da migração no período de 2001 a 2005. As primeiras famílias que compunham a mesma rede social antes da migração nos municípios citados do Paraná, articulados com os gestores locais do assentamento, criaram as condições de atração, onde entra a propaganda, o chamamento feito diretamente a esta família nos encontros periódicos e o apoio mútuo aos novos ingressantes no assentamento. “Um foi puxando o outro”, como afirma um entrevistado, expressa este encadeamento que vai formatar um grupo social cujo elemento-chave está baseado no parentesco e no pertencimento. Este grupo partilha de mesma sociabilidade no distrito de Boa Esperança, de modo semelhante ao que ocorria no município onde residiam anteriormente. Observando o fluxograma 1 a 25 desse estudo, os casos que apresentam somente uma etapa migratória, ou seja, saíram das regiões de origem diretamente para o assentamento citado, o fizeram através das redes que se fazem “estender” para um novo espaço geográfico e podem ser considerados grupos familiares que migraram a

partir de uma das famílias estudadas neste trabalho, como é o caso de Enio Trento:

Quadro 14 | Fluxograma conhecidos da família de Enio Trento e ano da migração para o assentamento Santa Rosa II



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Outro grupo com um caráter permeado pelo parentesco que pudemos identificar também no assentamento Santa Rosa II migrou a partir das relações sociais de Inácio Fernandez. Este assentado, juntamente com o cunhado, migrou da região do Alto Taquari, no ano de 2000. A partir da presença deles, ocorreu o encadeamento da rede social que materializou a migração de outros parentes que integravam as relações sociais desta família naquela região:

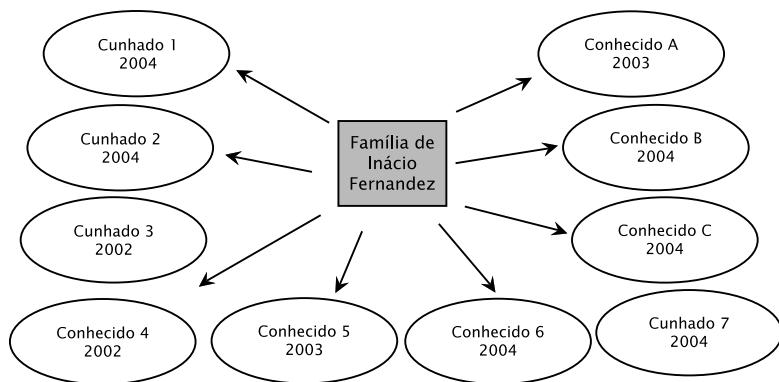
Cristiano – Tem parentes seus aqui no assentamento?

Parente dela. Na época veio eu, o Zé Manco, o meu genro que trabalha comigo e o enteado do Zé Manco. Agora, depois que viemos para cá aí veio outros, praticamente toda a família dela está aqui. O Zecão mora ali, o Zé Manco mora lá (...) tem a Fátima, o Bastião que tem a mulher também e o Valdecir que foi embora. Na vila tem o Edson e o Sávio.

São oito só tem um para lá [município anterior], o resto está tudo aqui (Inácio Fernandez, assentado, 10/06/2008).

Este caso caracteriza um grupo de parentesco que migrou para o assentamento e a sede do distrito de Boa Esperança totalizando um conjunto de sete famílias nucleares (cunhados) e mais três famílias “conhecidas”. O processo de articulação, o apoio no ato de migrar e nos primeiros anos são facilitados por esta primeira família, que adentrou no assentamento a partir do conhecimento possibilitado pelas viagens no trabalho como caminhoneiro pelo Mato Grosso.

Quadro 15 | Fluxograma de parentes e conhecidos da família de Inácio Fernandez e ano de migração para o assentamento Santa Rosa II



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Estes dois grupos que identificamos na área do assentamento formaram-se a partir da migração de uma família que não só manteve suas relações sociais entre os espaços geográficos diferentes, mas, posteriormente, “puxou” o principal grupo afim que formava a sociabilidade no local onde residiam antes da migração. A rede migrou. Este movimento da rede só se torna ato devido à confluência dos fatores como possibilidade de acesso à terra e trabalho associado à rede de familiares, parentes e conhecidos.

3.5 | AS RELAÇÕES COM O SUL

O conhecimento partilhado nos fluxos do Sul do Brasil rumo ao Oeste compõe a teia de relações sociais, com expectativas comuns, embasa o movimento de bens, informações e pessoas, incluindo comunidades de origem e de destino, bem como migrantes e não migrantes. Em termos gerais, o fluxo migratório para o Mato Grosso foi sendo consolidado com o tempo, especialmente por este conhecimento acumulado que pode ser compreendido como capital social,⁵⁴ que faculta aos migrantes de mesma origem (familiares, parentes e conhecidos) os meios práticos para quem chega, seja hospedagens, oportunidades de negócios e trabalho entre outras possibilidades. Da mesma forma, este capital social é colocado à disposição da comunidade de espectadores e os não migrantes.

Nas subseções a seguir enunciamos três aspectos inerentes às relações com o Sul que trazem alguns dos significados atribuídos à migração. Inicialmente, apontamos esta relação com as comunidades de origem, primeiramente, acionando o elemento da provação a qual se processa nas relações sociais e momentos de encontro com o Sul. Em seguida, relativizamos, a partir de alguns casos, a visão genérica que tende a considerar que há uma busca por parte de quem migra de relações sociais com os locais de origem ao considerarmos que migrar pode significar uma busca por reconstruir relações e formas de vida, rompendo ao máximo com a situação vivida anteriormente. Na terceira subseção, apresentamos uma análise temporal sobre o número de visitas empreendidas pelo conjunto dos casos.

3.5.1 | A provação

O estatuto legal e moral atribuídos aos migrantes associa-se à ideia de provação e, assim, tanto o sujeito que migra, como sua rede de relações, aceita e legitima o ato de migrar, mudar, abandonar o universo formal e atual com a condição de consciência de que isto não passa de provação que o levará a uma condição de vida melhor. Este processo inerente à migração precisa como discute Sayad (2000), ser frequentemente legi-

54 Ver Bourdieu (1990).

timado, o que ocorre nos momentos de encontro entre os migrantes do ponto de origem, alimentando a ideia de ilusão coletiva na migração. É preciso alimentar o imaginário coletivo de que o local para onde está ocorrendo o fluxo migratório sempre é “melhor” que o local de origem.

A relação ao processo migratório em estudo quando se pensa tanto as representações coletivas dos que vivem o ato migratório em si, quanto as que se relacionam com o migrante. Sayad (2000) considera que no processo migratório participam também os não migrantes, que mantêm relações sociais diretas com o grupo dos migrantes. Nas viagens realizadas ao Sul e buscando aspectos históricos sobre as épocas intensas de migração, seja para o oeste do Paraná, seja para os projetos de colonização no Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980 ou, ainda, no movimento migratório que se intensificou pós anos 90, tivemos indicações de que estes que permaneceram avaliam constantemente as possibilidades de migrar ou não, sempre tomando como referência as trajetórias daqueles grupos familiares e afins que o fizeram.

Durante o trabalho de campo pudemos manter contato com as comunidades ou pessoas de origem, tanto por ocasião das viagens realizadas no ano de 2008, especialmente para o norte do Rio Grande do Sul, bem como por ocasião da participação da viagem da caravana dos “portelenses” quando participaram do 4º Portelaço. Desta maneira, um dos aspectos foi observar quem e em que condições a migração de uma família ou indivíduo seria “socialmente aceita”. Logo, no decurso do trabalho de campo houve indicações de que a migração de pessoas ou grupos familiares em condições de dificuldades financeiras, falta de terra, endividamento, falta de oportunidades de trabalho, se colocaram como pressupostos observados pela comunidade para legitimar uma possível saída. A migração poderia levar à melhoria das condições de vida, visto que “estas famílias não teriam muito a perder”. Mesmo assim, ao tratar de migrações nos anos recentes, isso não deve ser considerado uma “aventura” nos termos discutidos sobre esta categoria no capítulo anterior, mas deve ser um ato planejado, assim como à quase totalidade dos casos em estudo neste trabalho. As redes sociais, a busca

por informações anteriores ao ato de migrar, são condições necessárias para diminuir o risco do que é entendido como fracasso.

A acumulação de patrimônio serve como parâmetro associado a elementos morais e de sociabilidade para demonstrar o que Sayad (2000) define como os elementos da provação. É necessário provar para a comunidade de suas relações, neste caso pensando também os locais de origem, que houve sucesso na migração, que este ato fora decisão acertada sempre numa relação que aciona a memória da situação anterior observando, tanto a situação vivida pelo grupo familiar anteriormente quanto à relação com as pessoas e grupos que ainda permanecem lá. Ao questionar um dos entrevistados sobre como as pessoas percebiam a trajetória da família de Lucas Cancian, a resposta foi a seguinte:

Eles ficam enlouquecidos e encantados com o jeito que a gente veio e com o jeito que a gente está hoje. Tanto é que pessoas lá da comunidade onde a gente morava, que não tem mais de 100 pessoas, tipo assim, mais de 100 pessoas que já vieram na nossa casa aqui. Pessoas que quando a gente estava lá pisaram e maltrataram a gente. Nós tratamos melhor do que deveríamos ter tratado (Regina Cancian, filha de chacareiro, 27/06/2008).

A narrativa apregoa o comparativo com a condição vivida entre o antes de migrar e o depois; neste caso, apresentando uma família que, ao ampliar seu patrimônio e renda familiar, vai ter o seu *status* social reconhecido pela comunidade de origem, mesmo por pessoas que não participavam do rol de relações presentes no Sul do Brasil. A representatividade das visitas realizadas na chácara da família, segundo a percepção, indica o reconhecimento, a reconstrução da reputação diante da comunidade de espectadores. Fica, nestes termos, manifestado um ato de provação desencadeado por parte de quem migrou.

De outra parte, as famílias que migraram nos anos recentes e se encontravam “estabilizadas”, com terra própria, boa reputação nas suas comunidades, uma renda superior à média do conjunto das famílias

daquela região e ainda numa fase do ciclo de vida que “não são mais gente nova”, ou seja, após os 40 anos, são casos que produzem uma relativa polêmica na opinião das comunidades de origem:

Eu era agricultor-modelo tudo bem organizado, carro novo, sempre bom, dois tratores, um novo e um mais usado, com 12 ha de terra. Os caras se admiravam do que eu conseguia fazer. Agora te falo que era trabalhado. Todo mundo me chamou de louco, este cara vai quebrar no Mato Grosso e todo mundo falava isso. Ele tá bem aí, não precisa ir embora. Os meus vizinhos falavam assim. Mas eu dizia não, eu tenho coragem (Camilo Bortolli, assentado, 03/07/2008).

O caso de Camilo Bortolli e a narrativa descrita anteriormente apontam para uma necessidade maior de provação diante desta comunidade de origem: “vou mostrar que tenho coragem”. A provação, neste caso, entra como um elemento simbólico potencializado, pois muitos consideravam que “eles estavam bem aqui, não precisavam migrar”. Na medida em que a comunidade de espectadores observa com maior afinco este grupo familiar que vivia nesta condição, este elemento simbólico potencializa as ações destes migrantes no novo espaço a fim de melhorar as suas condições de vida. A acumulação de patrimônio é o principal elemento de provação. Esta busca incessante por esta acumulação se traduz também como um sinônimo de ganância.

No processo de circularidade de informações e, principalmente, de provação devemos destacar os momentos das visitas, realizadas tanto pelas pessoas do Sul aos conhecidos, parentes e familiares no Mato Grosso, ou vice-versa. Nossa presença no decorrer do trabalho de campo foi, como um poderoso indicativo de como operam os mecanismos de provação. Ao ser identificado pelos atores, como “alguém do Sul”, que conhecia grande parte dos municípios de origem do norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, fomos percebendo que estávamos participando de alguma maneira, da rede (de conhecidos) e, assim, diante de nós a provação se manifestou.

Inicialmente, nos chamou a atenção que praticamente todas as narrativas apresentaram um eixo articulador baseado na trajetória social relativa à busca e às formas de acumulação de patrimônio familiar. O elemento explicativo está associado à entrada na rede social desses atores, ou seja, na medida em que nos identificamos como sendo do Sul e conhecedores de muitas comunidades e municípios de origem, o mesmo passa a ser percebido como possível informante das comunidades de origem. Isto fica reforçado em ato não somente nas narrativas, visto que em vários casos no decorrer do trabalho de campo foram realizadas visitas (a residências, chácaras, assentamentos e fazendas), o que permitiu ao pesquisador dispor de dados sobre a condição vivida por estes atores oriundos da observação. Nestes termos mostrar as máquinas, a residência, ou ainda a amplitude da lavoura (com área cultivada) foi rito partícipe de todas as visitas. Uma demonstração curiosa da busca pela provação ocorreu com Elomar Mariatti. Este assentado, que reside no Mato Grosso desde 2005, ao ser contatado durante um dia de campo a partir de outros assentados que já havia entrevistado em dias anteriores, ao saber de nossos interesses de pesquisa e paralelamente a origem do Sul, nos convidou para mostrar as suas duas caminhonetes (uma nova e outra seminova) que se encontravam estacionadas no pátio de onde estava sendo realizado o evento. O assentado comentou com entusiasmo que só tinha um carro velho no Paraná e, em três anos, conseguira adquirir aqueles utilitários.

Discutiremos a relevância dos encontros entre migrantes e não migrantes, especialmente das comunidades de origem em relação aos mecanismos de provação. No entanto, a não ocorrência de viagens periódicas ao Sul também pode ser uma das facetas inerentes à provação. Na medida em que o indivíduo ou grupo familiar que migrou avalia, segundo suas percepções, que não atingiu as condições de melhoria nas condições de vida ou, ainda, um aumento significativo no patrimônio familiar em comparação com o período antes da migração, as viagens para o Sul podem ser abortadas. Este fato ficou evidente em famílias onde mesmo dispondo das condições mínimas para viajar para as regiões de origem (como recursos para passagens, tempo disponível em algum período no ano), as mesmas optaram por não realizar estas

viagens nos primeiros anos após a migração, pois pretendiam: “chegar lá quando estivessem bem”.⁵⁵

3.5.2 | Migrar para apagar o passado

Em geral, quando tratamos do tema da migração e das redes sociais inerentes a ela, os estudos apontaram para uma tentativa de reconstrução de laços sociais a partir do vivido antes da migração, ou seja, nos espaços sociais das regiões de origem. No entanto, o ato de migrar pode, inclusive a partir dos atores significar um desejo de rompimento com a situação vivida naquele local, seja no sentido das condições materiais (em termos de dificuldades financeiras, acesso à terra e trabalho), seja no sentido do rompimento com um universo de relações sociais que, segundo a percepção dos atores migrantes, não era desejável.

Identificamos, neste estudo, que a referência ao local de origem, cuja categoria utilizada é “o Sul”, se refere a um espaço social onde o indivíduo ou o grupo familiar viveu – é acima de tudo uma narrativa, uma ação prática que se alicerça na experiência vivida naquele espaço, mesmo que os atores dispunham de um arcabouço de informações atualizadas sobre as transformações que se produzem nos seus antigos locais de residência. Nesta experiência vivida, na medida em que as relações sociais, a reputação da família era socialmente aceita pelo grupo social seja da família ou da comunidade, a referência ao Sul, em geral, apontou afirmações positivas especialmente no que tange à sociabilidade, as relações de confiança, a um universo social de que se tinha conhecimento e se era reconhecido. No entanto, esta experiência vivida, em alguns casos apontou um real desejo de “apagar o passado”, e uma referência a estes locais por onde a trajetória social perpassou ou teve seu “ponto de partida” com narrativas apregoando uma negatividade latente.

55 Do conjunto das 25 famílias estudadas, os primeiros 10 anos após a migração caracterizam-se por uma maior frequência nas viagens para as regiões de origem, exceto aqueles casos que enfrentaram condições precárias nos assentamentos, o que os restringiu a uma possibilidade de tal realização.

O caso da família Lucas Cancian, que migrou em 1997 para o Mato Grosso, compila um conjunto de afirmações de negatividade em relação ao espaço social vivido no oeste de Santa Catarina. Tive acesso para reforçar as informações sobre o local de origem com um chacareiro residente na mesma comunidade rural desta família, que reiterou a baixa reputação desta família naquele local. As narrativas de L. Cancian e da filha revelam um período de “muito sofrimento” no Sul, não somente devido às condições financeiras vividas especialmente após a crise macroeconômica em 1989, mas sim, especialmente devido a uma reputação marcada, que atribuía a esta família sinônimos “de bandidos, de gente má etc.”. “Aquele lugar, o pessoal tinha muita inveja da gente”, são termos citados pela filha de Lucas Cancian:

Cristiano – Como chegar lá no Sul depois deste tempo?

Não, aquilo ali não dá nem para botar na cabeça aquilo, só pensar no que a gente sofreu ali (Lucas Cancian, chacareiro, 27/06/2008).

Só pensar no que a gente passou nos últimos dois anos ali. Com tudo que aconteceu com os meninos. Claro que tem muita gente conhecida; meu pai morou 30 anos neste lugar, mas assim causa revolta. A lembrança daquele lugar traz revolta associada a estas coisas ruins (Regina Cancian, filha do chacareiro, 27/06/2008).

A luta por não retomar esta memória marcada por elementos negativos pode ser verificada na pouca abordagem sobre este local de origem no Sul nas narrativas e pela busca por demarcar a trajetória a partir do ato de migrar. É a tentativa de estabelecer um marco que possa romper com o passado a partir da representação associada a reconstrução, tanto das condições materiais, como da reputação em meio a outras relações que a família alcançou com a migração. Neste caso, não houve a busca por pessoas conhecidas do mesmo lugar de origem logo após a migração, como destacamos em outros casos sobre os quais refle-

timos nas seções anteriores. A busca pelo rompimento com o passado, com o grupo social de origem também é manifestada nos contatos (seja por telefone, por circulação de pessoas, ou por visitas) com o Sul. O que é mencionado é que, mesmo assim, a família que melhorou suas condições de vida após a migração, já é reconhecida, ou, dito de outra forma, reconstruiu sua reputação, mesmo diante daquela comunidade de espectadores do Sul, dos quais já visitaram a sua família nestes últimos cinco anos no Mato Grosso.

Não é raro e ocasional encontrar nas narrativas um enfoque que apregoa atributos considerados negativos ao tratar dos locais anteriores por onde a trajetória migratória perpassou. Isto, como visto na seção anterior, compõe os mecanismos de provação inerentes ao processo migratório. Este tom de negatividade não significa obviamente um rompimento com este local, mas denota a espécie de relação que se constrói diante dele. Não poderíamos deixar de comentar os aspectos presentes na trajetória de Rodrigo Pedó, que migrou para o Mato Grosso em 1999 e agora está programando “fazer a mudança de volta” para o Sul, para sua comunidade de origem no norte do Rio Grande do Sul. Rodrigo Pedó, ao mencionar esta intenção afirma: “quero migrar para apagar o passado”. Esta afirmação vai indicar os significados para a migração e reforçar a importância de analisar a partir de quem e de onde está sendo produzida esta narrativa. Os atores produzem a reflexão a partir de centrados na sua experiência em meio a um conjunto de relações sociais onde se movimentam e interagem. O discurso construído pelo entrevistado atribui um conjunto de fatores considerados por ele como negativos sobre o Mato Grosso, especialmente sobre as pessoas deste estado, o que inclui também os migrantes oriundos do Sul. O passado que ele quer “apagar” está associado a etapa de sua trajetória na qual residiu e trabalhou no Mato Grosso.

O fato crucial para tal atitude se refere a desavenças familiares, produzidas a partir do primeiro ano, após a migração especialmente com o cunhado. Assim, considerando que a família enquanto valor moral possui uma centralidade e a percepção desses atores apostam nela profundamente como sinônimo de confiança, apoio mútuo, enfim, de sociabilidade, estas desavenças, que não puderam ainda ser contornadas

e mediadas, marcam a memória desta família. O Mato Grosso enquanto espaço social foi sinônimo de “ganhar mais dinheiro”, mas também foi sinônimo de desavenças familiares produzidas segundo o entrevistado, a partir de melhores condições financeiras. Neste sentido, a forma de contornar esta situação é migrar para o local de origem e empreender a reconstrução das relações familiares, cuja referência e memória associam um espaço social marcado pela simplicidade, honestidade e livre de ganância. Se a família enquanto valor moral está presente em todos os casos dos “pequenos” proprietários rurais estudados, ela tem maior conotação especialmente nos casos como o da família de Rodrigo Pedó, cuja sociabilidade presente em sua trajetória antes da migração para o Mato Grosso esteve praticamente restrita ao universo do parentesco. O comparativo, neste caso, entre o Sul e o Mato Grosso indica o rompimento de um universo estritamente deste parentesco para um universo onde “tem gente de todo lado”.

3.5.3 | Circularidade nos espaços da rede – as visitas entre o Sul e Mato Grosso

Se a provação toma como parâmetro as comunidades de espectadores, é válido para finalizar este capítulo, tomar como eixo de análise as visitas realizadas às regiões de origem pelas famílias dos “pequenos” proprietários rurais e as formas de comunicação entre a rede social destes atores abrangendo origem e destino. No trabalho de campo, foi possível observar em vários municípios do norte do Rio Grande do Sul, especialmente nos meses de dezembro a fevereiro, os migrantes visitando suas regiões de origem. Nestes momentos em que se encontram migrantes e as comunidades de origem, o tema relacionado à migração e as condições e experiências vividas por indivíduos ou grupo familiar no Mato Grosso naquele período ou ano estão sendo constantemente avaliados. Esse momento, em meio à avaliação onde sempre aparecem elementos que de alguma maneira são comparativos, entre os dois espaços ou entre o antes e o depois da migração, também é da informação e também é do chamamento. Muitas migrações de pessoas ou famílias das comuni-

dades de origem foram articuladas e mobilizadas por ocasião das visitas dos que migraram às suas regiões de origem:

Tabela 9 | Relação entre ano de migração, período no Mato Grosso e periodicidade das viagens de familiares

Caso	Ano de migração para o MT	Período no Mato Grosso	Viagens para o Sul no Período	Viagens de familiares do Sul para o MT
Ildo Coraza	1989	19	2 vezes	1 vez
Lauro Marchiori	1997	12	3 vezes	1 vez
Carlos Jackobsen	2001	07	2 vezes	1 vez
Elton Rubin	2004	04	4 vezes	Não
Elomar Mariatti	2005	03	S. Inf.	Não
Cássio Pascoali	2002	06	2 vezes	Não
Roberto Trezz	1994	14	1 vez	1 vez
Enio Trento	1998	10	3 vezes	1 vez
Euclides Kasanova	1990	18	3 vezes	Não*
Célio Vilarin	1999	09	5 vezes	1 vez
Antonio Theobaldo	1986	22	3 vezes	1 vez
Luis Picolotto	1992	16	3 vezes	2 vezes
Ivo Patias	1990	18	S. Inf.	S. Inf.
Nelson Mariak	1997	11	4 vezes	S. Inf.
Rodrigo Pedó	1999	09	1 vez	Não
Airton da Silva	1997	11	Anual	Não
Lucas Cancian	1996	12	1 vez	Não*
Inácio Fernandez	1986	22	1 vez	Não
Ildemar Pavarino	2000	8	5 vezes	2 vezes
Afonso Hartmann	2003	05	3 vezes	1 vez
Camilo Bortolli	2002	06	Anual	Não
Almir Nadiani	1997	11	1 vez	Não*
Lorival Santini	2005	03	Anual	Não
Oscar Barbiano	1998	10	S. Inf.	S. Inf.*
Edson Ferrarini	2000	08	S. Inf.	S. Inf.

*Casos que possuem a maior parte dos membros da família (considerando pais, irmãos e cunhados) no Mato Grosso.

Analisando a tabela anterior, não é possível estabelecer um parâmetro geral que indique relação direta entre o tempo de migração e a frequência de viagens. No entanto, isto se constitui como um dado, na medida em que vamos adiante à análise e passamos a refletir sobre os casos que apresentam maior frequência (independente do período no Mato Grosso).

Um aspecto relevante para a ocorrência das viagens é a presença de familiares nas regiões de origem. A residência dos pais em geral em idade avançada, irmãos e cunhados, aparece em todos os casos onde há maior frequência. Analisando a trajetória dos casos onde aparece uma frequência menor de viagens entre os dois espaços, este fato se relaciona ao falecimento dos pais que residiam no Sul e/ou à migração da maior parte do grupo familiar (tronco) para o Mato Grosso, nos anos seguintes. Os filhos, residindo ou estudando nos estados do Sul do Brasil, também são motivadores de viagens.

A experiência vivida pela família, seja nas condições materiais, formas de sociabilidade e reputação antes da migração nas comunidades de origem é fator fundamental para compreender o desejo de contato periódico com estes locais através da manutenção dos contatos, das notícias e principalmente no planejamento de visitas quando possível. Na bagagem de cada família que migrou está a memória construída a partir das relações sociais e com o espaço geográfico vivido. Quando esta memória carrega aspectos relacionados ao que os entrevistados designam como sofrimento, rejeição pela comunidade de origem, retornar para estes locais, mesmo que em visitas, passa a não ser um desejo destes migrantes.

As viagens dependem também das condições objetivas para serem realizadas; disponibilidade de tempo – seja no trabalho (no caso de empregados e peões) e também do período do ciclo agrícola; das condições financeiras para realizar as viagens, sempre considerando que muitas famílias possuem vários membros, o que exige maior disponibilidade de recursos financeiros. A condição precária vivida por muitas famílias nos primeiros anos restringiram as viagens, especialmente, no caso dos assentados.

Na medida em que vão passando os anos após a migração, com a reconstrução das relações sociais e formas de adaptação que produzem o espaço social, o processo de “estranhamento” vivenciado na chegada ao Mato Grosso começa a se intensificar diante das regiões de origem. A percepção de que o lugar não é mais o mesmo, pois mudanças foram se processando após a saída do grupo familiar daquele local. Os imaginários, as representações sobre as regiões de origem, se estruturam com base no espaço vivido (quando se fazia parte deste cotidiano), mesmo considerando que as redes familiares, de parentes e conhecidos vão surprender de informações estes atores, ou mesmo lhes permitem, de certa forma, acompanhar o que de fato está ocorrendo no local de origem. A residência em outro local propicia uma visão diferenciada sobre a região de origem, geralmente tomando como referência o período antes da mudança para o Mato Grosso e o atual:

Você chega lá e já é outra realidade, parece que tudo mudou, muito feio. Quando a gente saiu do asfalto e começou aqueles morros e capoeira e quiçaça. E é que na época estas áreas dobradas eram quase tudo cultivado, agora tá tudo abandonado, só tão fazendo nas mais planas. E ninguém limpa em roda de casa (Elisa Hartmann, assentada, 19/06/2008).

O valor da cultura não viabilizava mais. Agora está ficando só os mais velhos na região. A juventude foi embora, foram para São Leopoldo, foram para São Paulo, Blumenau (Afonso Hartmann, assentado, 19/06/2008).

Além do estranhamento do local de origem e suas mudanças percebidas em geral como negativas em quatro casos, aparecem relatos referentes ao sentimento de um distanciamento social que, com o passar dos anos após a migração, tende a se acentuar. “A gente gosta do pessoal e tudo, mas começa a não se sentir mais de lá, começando a se sentir que o seu lugar é agora aqui. As amizades vão enfraquecendo pela distância e os assuntos são diferentes” (Elisa Hartmann, assentada, 19/06/2008).

Na família de Antonio Theobaldo, sobre as impressões que têm quando a comunidade que residiam antes de migrar onde ainda residem os pais e irmãos, há uma percepção sobre as mudanças ali ocorridas, que parece não ser mais o mesmo. Um primeiro sentido é referente ao tamanho, às percepções sobre o espaço geográfico. Aquilo que para eles era concebido como áreas de lavoura com dimensões consideradas grandes, após alguns anos de residência no Mato Grosso, é considerado por eles como “cantinho”. Do mesmo modo, afirmam “que agora está bem diferente”. Na época, todas as áreas de morro com maior declividade e com grande presença de pedras eram cultivadas com lavouras. Atualmente, observam que estas áreas estão “virando mato” e que as lavouras estariam situadas somente nas partes “de máquina”. Este estranhamento vai apontar que, apesar das redes sociais não estarem delimitadas em espaços geográficos restritos, as relações diante desta distância sofrem reelaborações, e tendem a se reestruturar a partir do espaço geográfico de destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre o processo migratório permite afirmar que os deslocamentos do Sul rumo ao Oeste não só permanecem no período pós-90, como se intensificam, ganhando novos contornos. Se muitos estudos acadêmicos demonstraram que a migração nas décadas de 1970 e 1980 foram motivadas pela busca de terra e trabalho, produto de projetos de ocupação do território promovidos pelo Estado brasileiro associados a empresas colonizadoras privadas, este trabalho apontou dados e reflexões de que este processo prossegue com uma nova fase onde a urbanização e o desenvolvimento dos setores agroindustriais e de serviços que movimentam pessoas. Da mesma forma, se os motivos que levaram a certa acomodação dos estudos sobre as migrações para a “fronteira”, compreendendo que o processo de ocupação era algo definitivamente estudado, demonstramos que nas décadas recentes aparecem novos rearranjos nos deslocamentos de grupos oriundos do Sul do Brasil continuam a ocorrer inclusive vinculados ao acesso à terra e ao trabalho agrícola (peões), o que justifica o investimento em novas pesquisas, reelaboração de teorias e métodos capazes de desvendar este fenômeno.

Propomos, neste livro, construir uma abordagem sobre os fluxos migratórios compreendidos como um movimento heterogêneo. O foco analítico, a partir do grupo social que chamamos de “pequenos” proprietários rurais, permitiu uma abordagem diferenciada no olhar sobre os migrantes do Sul (também por vezes designados de “gaúchos”). Apesar de muito presente a possibilidade de ascensão social e a sua relevância enquanto elemento simbólico associado ao Mato Grosso, as 25 famílias foco desta pesquisa melhoraram suas condições de vida; porém, não mudaram sua posição social se analisado pelo conceito de Bourdieu (1990). Este fato decorre de uma complexidade de fatores, que não cabe aqui analisar cada um deles, os quais permitem, no que tange ao processo migratório, identificar que as direções específicas das trajetórias

daqueles migrantes “de pouco recurso” se configuraram em percursos peculiares, locais de trabalho e residências específicos destas famílias no estado do Mato Grosso.

Os assentamentos rurais, as chácaras, as fazendas e as cidades e vilas em formação são os espaços onde em geral as trajetórias perpassaram. Paralelamente, nesses locais as famílias alternam períodos de suas vidas desempenhando algum dos “tipos” de trabalho de peão, a função de caminhoneiro, além da condição de proprietários rurais em chácaras e assentamentos. Vale destacar que todas estas funções desempenhadas pelas famílias visam acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. O acesso a terra é compreendido pelo grupo dos “pequenos” como o caminho para tal fim. Os caminhos presentes na trajetória (trabalho de peão em suas diversas formas, caminhoneiro, interações e apoio da rede social no qual cada família está inserida) são percebidos como etapas nesta busca também associada ao ciclo de vida como “coisa para gente nova”.

No que tange à luta por terra no Mato Grosso, agregamos um aspecto que serve como mecanismo de acumulação: a valorização destas terras. Este elemento apresenta uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que possibilita a uma família assentada um abrupto crescimento no valor de seu patrimônio, de outra parte é a terra com alto valor de mercado e/ou sua facilidade de se transformar em ativo financeiro um dos aspectos que favorece a concentração da terra e inviabiliza, em curto período de tempo, a possibilidade de permanência no lote ou sítio por parte das famílias que possuem pouco capital (“recurso”).

Nesta busca pela terra nos anos 1990, os assentamentos, entendidos como políticas públicas promovidas pelo Estado, foram fundamentais. Eles foram desenvolvidos paralelamente à expansão dos grandes empreendimentos agropecuários, que foram concentrando a terra e isto produz a consolidação das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde como polos microrregionais do chamado “agronegócio”. O crescimento vertiginoso foi o que permitiu a viabilização de pequenas chácaras no entorno das cidades e, também geração de trabalho agrícola neste período de expansão das áreas cultivadas, derrubadas do Cerrado e construção das cidades. Os atores sociais aqui pesquisados percebem

este movimento que poderia ser considerado cíclico e de curta duração. Neste sentido, avaliam constantemente o “momento certo e o lugar certo” nesta grande fronteira, ou seja, onde é mais oportuno diante das suas condições econômicas, sociais e culturais efetivarem a nova etapa migratória. Compõe parte do cotidiano a análise, das possibilidades e decidir entre o permanecer ou migrar.

Podemos definir os “pequenos” proprietários rurais como famílias camponesas, e considerar a relevância de aprimorar, a partir deste trabalho e dos dados desta pesquisa, os estudos sobre as estratégias de reprodução do campesinato. Há dados e reflexões neste livro que indicam que transformações vêm se processando nas suas estratégias de produção e reprodução que muitas vezes implicam repensar aquilo que aparecia como devidamente estudado, especialmente em relação a este grupo social do Sul do Brasil.

O caminho dos “pequenos” mostrou que o fato, muito mais do que a clássica forma de perceber os deslocamentos como um movimento único, operado entre as regiões de origem e o destino, favorece as trajetórias dos atores e permite que apresentem a condição de provisoriação deste grupo de famílias quando verificamos que as avaliações entre o permanecer e o migrar compõem seu cotidiano a partir do conjunto de suas relações sociais em geral operadas como um processo negociado. Do mesmo modo, esta provisoriação é verificada quando identificamos que a maior parte dos casos (16 entre 25) possui mais de uma etapa migratória em sua trajetória, muitas vezes isto não estando diretamente relacionado à etapa do ciclo de vida, como pode ser verificado na análise que fizemos entre migração e ciclo de vida na história da migração dessas famílias para o Mato Grosso. Assim, a condição da família que sai do Sul ou de outras etapas migratórias não pode ser relacionada somente ao ciclo de vida, e muito menos somente à precariedade de condições vividas no Sul. Nas décadas recentes, migram recém-casados, jovens solteiros, idosos, famílias de meia-idade, tanto em condições de pretensa pobreza e dificuldades no acesso à terra, quanto famílias capitalizadas que dispunham de acesso à terra e patrimônio nos locais de origem.

O cruzamento entre as etapas do ciclo de vida e a migração permitiu identificar uma relação direta entre o período do matrimônio e a

primeira migração. Do mesmo modo, uma relação direta como a que os atores definem como o começo da trajetória social do núcleo familiar. Porém, logo verificamos que, quando observadas as trajetórias onde aparecem várias etapas migratórias (especialmente na relação com a migração para o Mato Grosso) constata-se a necessidade de contextualizar estas trajetórias historicamente. Este exercício permitiu apurar que as trajetórias, mesmo com suas peculiaridades no que tange as estratégias e aos locais de migração, estavam inseridas no contexto dos projetos de colonização e o respectivo “chamamento” realizado por estes projetos.

Os processos de chamamento e recrutamento seguem ocorrendo nos estados do Centro-Oeste e Norte do País e têm como um dos seus instrumentos os projetos de assentamentos. Nesta relação entre os projetos recentes e de décadas atrás, apesar deste trabalho trazer indicativos concretos para a análise, consideramos que fica uma lacuna em aberto para que outros estudos acadêmicos apurem com maior profundidade esta questão. O que sabemos a partir dos dados do trabalho de campo é que as políticas de colonização e assentamentos continuam priorizando os agricultores oriundos do Sul do Brasil como agentes promotores de um modelo de desenvolvimento e progresso. O que vem aparecendo como aspecto novo é que, no processo migratório que ocorre à cerca de quatro décadas, muitos migrantes do Sul foram assumindo posições sociais superiores nos assentamentos, vilas, cidades, no estado do Mato Grosso e no governo federal, tornando-se novos agentes que influenciam nos processos de ocupação tendendo à priorizar e auxiliar os sulistas que desejam migrar e acionando neste processo as relações sociais de pertencimento, parentesco e familiaridade. As trajetórias das famílias integram um conjunto de políticas e formas de ocupação das áreas de fronteiras desencadeadas por agentes diversos, visando a um projeto de desenvolvimento do País de vocação agrícola.

É importante frisar que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem, caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, observando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial. Neste ponto, os processos de seleção social vão chamar as famílias a partir destas comu-

nidades de origem levando-se em conta a reputação e patrimônio. Com estas famílias que migram, vai parte de suas relações, o que chamamos neste trabalho de “as redes migram”. Consideramos que, no conjunto de valores observados nas percepções dos atores para designar quem obteve sucesso ou fracasso na migração, ressalta sobretudo o trabalho enquanto valor moral. As reelaborações nas percepções sobre o sujeito trabalhador passam pela concepção do trabalho enquanto algo penoso, manual, rudimentar, para uma visão do trabalho eficiente associado ao uso de máquinas e insumos visando maior produtividade financeira e acumulação de patrimônio. Na medida em que a família, mesmo do Sul, não alcança um mínimo aceitável socialmente de patrimônio no local para onde migrou, ou ainda, por diversas razões perdeu patrimônio e teve que “recomeçar”, também passa a ser estigmatizada pelo próprio grupo.

No que se refere às redes sociais que os migrantes mantêm com o Sul, confirmamos a hipótese referente a sua relevância para viabilizar o ato migratório e a permanência nos primeiros anos no novo espaço, bem sua importância na circulação de informações, recursos e modos de ajuda mútua. No entanto, a grande riqueza foi além de confirmar esta hipótese, visto que, ampliamos o debate sobre as formas como isto ocorre. O fluxo migratório do Sul para o Centro-Oeste tem mais de três décadas. Neste fluxo estão as redes que sustentam e tomam novos contornos com o passar dos anos. Há neste sentido, um conhecimento acumulado sobre migração, baseado nas experiências concretas vividas por aqueles que migraram. O grupo social dos “pequenos” proprietários rurais, segundo o que pudemos verificar, migraram a partir de um sentido planejado e com um objetivo maior que pode ser resumido na acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar e a busca por mobilidade social. Os supostos “erros” daqueles que “fracassaram”, são avaliados cotidianamente nos espaços das redes.

A noção de redes sociais conseguiu abrigar o conjunto de relações dos familiares e afins (“conhecidos”). Se as famílias migrantes do Sul, na maioria dos casos, carregam em suas bagagens relações que desencadeiam novas migrações de outros membros da rede existente antes da migração, ela também significa rompimento, ou afastamento de deter-

minadas relações. Este rompimento pode ocorrer no próprio interior do núcleo familiar na medida em que as decisões entre o migrar ou não forem negociadas. Assim, apesar de discutirmos a partir da noção de redes sociais, apresentamos no Capítulo 3 uma diversidade de possibilidades de uso da noção de família. Destaco alguns dos usos do termo neste trabalho. Primeiramente, a noção de família é utilizada como categoria analítica a partir do núcleo conjugal mais os filhos. Este prisma é que tornou possível a análise das 25 trajetórias enunciadas no início deste trabalho.

No entanto, apontamos a possibilidade de tomar a noção de família como rede de relações flexíveis, não baseadas somente na consanguinidade, mas no conjunto de valores morais e política de reputação, como referência para pensar estes mesmos deslocamentos. De outra parte, indicamos a diversidade do uso do termo família pelos “nativos”, mas que em geral, remeteu a pensar família a partir do grupo consanguíneo sob o viés das relações paternas. Acabamos tomando esta perspectiva para pensar as relações sociais dos atores no Capítulo 3, o que pode ser compreendida como uma ambiguidade. O conjunto de possibilidades de uso do termo família, neste sentido, reforça a necessidade de situar cada situação, cada momento, o que e por quem está sendo referido.

Por outro lado, se as redes migraram, mas os atores sociais mantêm uma ligação como o lugar de origem através da família, do parentesco e dos conhecidos (incluídos os contatos estabelecidos nas visitas e viagens), ao mesmo tempo identificamos que a migração pode carregar o significado do rompimento com o passado, e com o local de origem, fato que pode ser explicado observando qual era a experiência vivida pelas famílias em suas comunidades de origem e respectiva reputação das mesmas nestes locais.

Há de outra parte, famílias que migraram sem nenhum contato estabelecido antes da migração, se configurando como os primeiros elos de uma rede que vai se estabelecer no Mato Grosso. Assim foi necessário analisar a relação entre a migração e as redes. No entanto, em vários casos não havia, no leque das relações do Sul pessoas da família, do parentesco ou dos conhecidos no Mato Grosso. Mobilizados por

um conjunto de fatores e situações que discutimos no texto, as famílias se lançam no desafio de através de viagens construir um mínimo de relações no Mato Grosso que toma o conjunto de valores morais, afinidades, e uma representação sobre o Sul estabelecendo uma busca por reconstruir as relações sociais no novo espaço.

Entende-se ainda que o sentido planejado a que nos referíamos, associado ao deslocamento, inclui a construção de uma gama de relações no novo espaço que pode ser desenvolvida a partir de famílias inteiras que migraram e “foram puxando” outras pessoas e famílias do Sul, bem como neste novo espaço reconstruir a partir de outras pessoas e famílias que partilham do mesmo conjunto de valores, reputações associadas sempre ao Sul. O “conhecimento” está, assim, associado a estas relações que são construídas, englobando tanto as informações que circulam na rede sobre oportunidades, negócios e recursos, quanto os valores morais, a confiança e as reputações. Como base de todo este conhecimento estão as experiências e as trajetórias vividas pelos atores que compõem a rede social.

Em suma, a análise dos casos, observando a relação entre redes sociais e migração, apontou para a ocorrência de um conjunto de práticas variadas, mais ou menos consistentes, de deslocamentos e os seus significados para os agentes envolvidos.

Por fim, trazemos uma evidência empírica do trabalho de campo que não pudemos aprofundar. Houve uma forte menção por parte das famílias que migraram após o ano de 1998, referente aos fenômenos climáticos que vêm ocorrendo de forma intensa nos três estados do Sul do Brasil, como um dos pesos relevantes para desencadear o deslocamento. As frequentes secas, que ocasionam a escassez de água e a perda de produção são as mais citadas. Se isto gerou uma dimensão de crise, um possível deslocamento tende a ocorrer rumo às regiões onde há um “clima bom”, fertilidade natural de solo, uma rede social minimamente estabelecida. Este ponto, ganha maior contorno, no momento em que concluo este livro, trabalhando em uma região de origem” dos atores que estudei (o noroeste do Rio Grande do Sul), que enfrenta uma das maiores secas dos últimos anos. No sentimento coletivo da comunidade dos espectadores, a migração se torna uma das principais perspectivas e

já verificamos empiricamente, diversos casos de famílias se deslocando, ou ao menos avaliando através das “viagens para conhecer”, o Centro-Oeste e Norte como locais de destino. Portanto, refletir sobre esta relação entre as mudanças no clima, migração e o campesinato se configura como um dos desdobramentos possíveis do estudo aqui exposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, Rosane. *Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XX. Anais do XVI Encontro da ABEP*. Caxambu, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008>, Acesso em: 03 nov. de 2008.
- BEUTER, I. *Nova Ubiratã, município: berço do início da colonização do norte do estado do Mato Grosso*. Cuiabá: Futura, 2000.
- BORTONCELLOS, O.; DIAS, E. A. *Resgate histórico do município de Sorriso*. Portal do Cerrado Matogrossense. Cuiabá: 2003.
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Lisboa: Vega, 1979.
- BRITO, F. *Brasil, final de século: A transição para um novo padrão migratório?* XII Encontro da ABEP, Caxambu. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2007.
- CARINI, J. J. *Estratégias indígenas e campesinas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970-2007: O caso da reserva indígena da Serrinha*. In: TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008*. Porto Alegre: Est, 2008, p. 154-179.
- COMERFORD, J. C. *Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- CUNHA J. M. P. da et. al. Migrações e transformações produtivas na fronteira: o caso do Mato Grosso. *Anais do XIII Encontro da ABEP*. Caxambu/MG. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Cunha_texto.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2008. 2002.

DESCONSI, Cristiano. Os caminhos da volta para o meio rural – Um estudo a partir do caso do município de Esperança do Sul/RS, Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações – Caxambu/MG, 2007. Disponível: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outras/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf. Acesso em 23 de nov. 2008.

FAZITO, D. *Reflexões sobre sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários*. 1 v. Tese de Doutorado. (Departamento CEDEPLAR.) Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GARCIA JUNIOR, A. *O Sul caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero/Brasília: UNB, 1989.

GEHLEN, I. *Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla*. In: ZARTH, Paulo Afonso. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUI, 1998.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1930-1970)*. 2. ed. Cascavel/PR: EDUOESTE, 2008.

IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. *Marchas e contra-marchas na política agrícola*. In: FALEIROS, Vicente de Paula; NUNES, Seleme; FLEURY, Sônia. *A era do governo FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: INESC, 2004.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PALMEIRA, M.; ALMEIDA, A. *Invenção da migração*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. (Relatório de Pesquisa.) Mimeo.

PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas*. 11. ed. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e Das Organizações. Universidade Técnica de Lisboa, 2004 (SOCIUS Papers).

REYDON, B. P.; PLATA, L. E. A. Políticas de intervenção no mercado de terras no governo FHC. In: REYDON, B. P.; CORNÉLIO, F. N. M. (Org.). *Mercado de terras no Brasil: estrutura e dinâmica*. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários, 2006.

- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*. 11. ed. São Paulo: PUC-SP, 2006, p. 25-39.
- RENK, A. *Sociodisséia às avessas*. São Catarina: Grifos, 2000.
- RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Campinas: Unicamp, 2005. (Tese de Doutorado.)
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2. v. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SALIM, C. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ST – Migrações internas: a necessidade de novos paradigmas. Caxambu: *Anais do Encontro da ABEP*, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2007.
- SAYAD, A. *A imigração – e os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- . *Retorno, elemento constitutivo do migrante*. Número especial. São Paulo: Revista Travessia/Revista do Migrante, 2000.
- SEYFERTH, G. *Camponeses ou operários: o significado da categoria colono numa situação em mudança*. São Paulo: Revista do Museu Paulista/USP, 1984.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: A construção da identidade teuto-brasileira: In: Zarur G. *Etnia e nação na América Latina*, v. II. São Paulo, 1992.
- SILVA M. A.; MENEZES, M. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2008.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 2. ed. Brasília: Brasiliense, 1979.
- SOUCHAUD, S. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Assunción: UNFPA, 2007. (Série Investigaciones – Población y Desarrollo.)
- SOUZA, E. *Sinop – História, imagens e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop*. Assunción: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado em História.)
- TANNURY, A. *As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no município de Tapurah/MT*. Rio de Janeiro: CPDA, 2003. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agro-cultura e Sociedade).

SANTOS, J. V. T. dos. *Matuchos: exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOARES, W. *Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos de circunscrição topológica da migração internacional*. 2. ed. Ouro Preto: Anais do Encontro da ABEP, 2002. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2008.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: UPF, 1999.

TILLY, C. Transplanted networks. In: MACLAUGHLIN, V. Y. (Org.). *Immigration reconsidered: history, sociology, and politics*. New York: Oxford University, 1990, p. 75-95.

TRUZZI, O. *Redes em processos migratórios*. São Paulo: USP, 2008, p. 199-218. (Tempo Social). Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol20n1/v20n1a09.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2009.

VAINER, C. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados, as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPq, 2001, p. 177-184.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. *Migração, família e campesinato*. Brasília: UNB, 1990. (Série Estudos Antropológicos n. 87.)

—. *Com parente não se negoceia*. Brasília: UNB, 1984. (Série Antropológica 69.)

ZART, L. L. *Desencanto na nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde (MT) na década de 1980*. Cáceres: UNEMAT, 1998.

ANEXO

FOLDER DE PROPAGANDA DA COLONIZADORA SORRISO



**COLONIZADORA SORRISO LTDA.
COLONIZADORA IBICABA LTDA.**

**VENDAS: Av. Agrícola Paes de Barros N° 1.523
Cuiabá - Estado de Mato Grosso (CEP 78000-750)
Fone: (65) 321-4926**

Fonte: BEUTER, Ivo. *Nova Ubiratã. Município: Berço do Início da colonização do norte do estado do Mato Grosso*. Cuiabá: Futura, 2000, p. 190.

SOBRE O AUTOR

Cristiano Desconsi é sociólogo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, com especialização em Ciências Sociais pela mesma universidade. É mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA-UFRRJ (2009), com foco de pesquisa em processos migratórios no rural brasileiro. Atualmente, é consultor técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com atuação em políticas públicas para a agricultura familiar junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, na área de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.